

# CIRCUITOS CADEIAS DE PRODUÇÃO & A NATUREZA

ORGANIZADOR

Reinaldo Corrêa Costa



# CIRCUITOS CADEIAS DE PRODUÇÃO & A NATUREZA

ORGANIZADOR

Reinaldo Corrêa Costa

MANAUS, 2019



**CAPA**

Tito Fernandes

**PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Tito Fernandes e Stefany Guedes

**EDITORA INPA**

EDITOR-CHEFE

Mario Cohn-Haft.

PRODUÇÃO EDITORIAL

Rodrigo Verçosa, Shirley Ribeiro Cavalcante, Tito Fernandes

**FICHA CATALOGRÁFICA**

---

M553

Circuitos, Cadeias de Produção e a Natureza / Organizador: Reinaldo Corrêa Costa.

--- Manaus: editora INPA, 2019.

168 p.: il, color.

ISBN: 978-65-5633-002-0

1. Mercado. 2. Biodiversidade. 3. Cadeia Produtiva.

CDD 574.6

---

Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Av. André Araújo, 2936 – Caixa Postal 2223

Cep : 69067-375 Manaus – AM, Brasil

Fax : 55 (92) 3642-3438 Tel: 55 (92) 3643-3223

www.inpa.gov.br e-mail: editora@inpa.gov.br

# Sumário

---

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>7</b>  |
| Agradecimentos .....   | 12        |
| <b>A MERCADORIA COMO EVIDÊNCIA DE MÚLTIPLOS<br/>CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS</b> | <b>13</b> |
| Introdução.....  | 13        |
| Conteúdo dos processos e ações .....   | 17        |
| Formação de conteúdos no CEP .....   | 22        |
| Considerações finais.....  | 32        |
| Bibliografia.....  | 34        |
| <b>ELEMENTOS DA CADEIA PRODUTIVA DO CAMU-CAMU<br/>NO ESTADO DO AMAZONAS</b>        | <b>38</b> |
| Introdução.....  | 38        |
| Cadeia produtiva e o espaço do camu-camu .....                                     | 38        |
| O Circuito Superior e o Circuito Inferior do Camu-camu .....                       | 53        |
| ASPOC/COOPTUR .....  | 59        |
| Licores da Amazônia.....   | 61        |
| Magama .....   | 64        |
| Cupuama .....  | 65        |
| Wotüra.....  | 67        |
| Considerações Finais.....  | 71        |
| Referências Bibliográficas .....   | 73        |
| <b>O USO COMERCIAL DA BIODIVERSIDADE NO<br/>ESTADO DO AMAZONAS (AM)</b>            | <b>76</b> |
| Introdução.....  | 76        |

|  |            |
|--|------------|
| Abordagens .....   | 77         |
| Mercado e seu conteúdo espacial.....   | 77         |
| Considerações Finais .....   | 86         |
| Agradecimentos .....   | 87         |
| Referências .....  | 87         |
| <b>DINÂMICA DE MERCADO NAS FEIRAS REGIONAIS</b>  | <b>90</b>  |
| Introdução.....  | 90         |
| Teorias de Localização .....   | 91         |
| Caminhos da abordagem .....  | 93         |
| Força Centrípeta e Centrífuga nas Feiras Regionais.....  | 95         |
| Considerações Finais.....  | 103        |
| Referências Bibliográficas .....   | 105        |
| <b>PESCADO NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO JUTAÍ - AM</b>                                       | <b>108</b> |
| Introdução.....  | 108        |
| Caminhos da Pesquisa.....  | 110        |
| Conteúdos da Pesquisa.....   | 112        |
| Produção.....  | 114        |
| Distribuição.....  | 117        |
| Circulação .....   | 120        |
| Considerações Finais.....  | 122        |
| Referências Bibliográficas .....   | 123        |
| <b>A CADEIA PRODUTIVA DA RESERVA EXTRATIVISTA<br/>DO RIO JUTAÍ: MERCADORIAS VALORES/PREÇOS</b> | <b>126</b> |
| Introdução.....  | 126        |
| Reserva Extrativista do Rio Jutáí - AM.....  | 127        |

|  |            |
|--|------------|
| Produção.....  | 129        |
| Produção de Farinha .....                                | 132        |
| Pescado.....   | 133        |
| Garimpo.....   | 135        |
| ASPROJU – Associação dos Produtores Rurais de Jutaí..... | 137        |
| Comercialização .....                                    | 138        |
| Considerações Finais.....                                | 143        |
| Referências .....  | 144        |
| <b>MINERAÇÃO E MUDANÇAS EM JURUTI (PA)</b>               | <b>146</b> |
| Introdução.....  | 146        |
| Metodologia .....  | 148        |
| Referenciais Para o Estudo e Técnicas de Pesquisa.....   | 148        |
| Desenvolvimento .....                                    | 151        |
| O Projeto de Exploração da Bauxita em Juruti .....       | 151        |
| Os Impactos da Mineração no Município.....               | 156        |
| Considerações.....                                       | 164        |
| Agradecimentos .....                                     | 165        |
| Referências .....  | 165        |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO</b>                                  | <b>167</b> |

# Introdução

Reinaldo Corrêa Costa

A biodiversidade amazônica é base e conteúdo de várias cadeias produtivas e socioeconomias, mas não há uma equidade de forças, assim como na industrialização, mesmo de semi-elaborados de produtos oriundos da biodiversidade. Este conjunto de trabalhos tem como objetivo identificar alguns temas relevantes quanto as cadeias produtivas e natureza, em diferentes setores e áreas, sejam, pelos mercados ou pelos seus processo sociais, por meio das técnicas e tecnologias, assim como uma identificação do capital fixo/constante utilizados e potenciais para as cadeias produtivas.

Os procedimentos metodológicos serão baseados nas cadeias produtivas, assim como trabalho de campo para identificar a realidade local e identificar as estruturas territoriais disponíveis de produção de mercadoria, armazenamento, transporte interno, comercialização e circulação de capital e os agentes envolvidos, sejam públicos ou privados Identificação de capacidades produtivas, isto é, fundamental no plano de existência das cadeias e circuitos.

É composto pelos fatores que potencializam e limitam a reprodução do modo de vida (o que produz e como produz) em unidades territoriais específicas como as Resex ou área de mineração, mesmo as que anteriormente algumas áreas tenham histórico de agricultura tradicional e de extrativismo, assim como abordamos a inserção de novas técnicas e tecnologias como um fortalecimento da cultura de comércio e maior conhecimento de cadeias produtivas como base de reprodução sócio econômica do modo de vida. O uso da biodiversidade e desmatamento, é tema fundamental para a pesquisa, inclui a identificação dos recursos naturais dos benefícios e seus respectivos usos a fim de evitar a destruição da floresta.

Isto inclui a identificação da formação de preços e das necessidades matérias básicas de reprodução das famílias, geralmente as responsáveis pela destruição (desmatar para vender madeira com objetivo de obter capital), e

as possíveis propostas para conter ou evitar esse processo com o fortalecimento do uso da floresta sem destruí-la. Os impactos ambientais nas áreas estudadas são geralmente de escala local, assim como os impactos que afastam os recursos naturais, animas de caça para obtenção e proteína animal, plantas medicinais entre outros ligados à perda de biodiversidade.

Grandes influenciadores no processo de destruição das florestas são as dificuldades de compra de matérias necessários para a materialidade da vida, com a ausência de capital circulante oriundo do próprio trabalho estrutura-se um processo de precarização da vida, visto que quando aparece atividades como garimpo ou madeireiras os que vivem em resex vão trabalhar em tais atividade para obter dinheiro para satisfação das necessidades materiais, visto que somente com a estruturação produtiva e comercial existente na resex não é possível, por isso estruturar melhor cadeias produtivas oriundas da biodiversidade com tecnologias e técnicas já existentes, fortalecendo a cultura comercial e um melhor uso do capital constante/fixo já existentes.

A reprodução dos diferentes modos de vida e uso do território e os capitais fixos/constantos existentes inclui as diferentes formas de uso da terra. A pesquisa identificou e analisou as informações para aprimorar o uso para fins de políticas de desenvolvimento. Estudos sobre a distribuição espacial de cadeias produtivas devem subsidiar uma proposta de geração de produtos e de melhoria da qualidade de vida e de desenvolvimento (econômico, social e territorial), isto é, via pesquisa-ação, com pesquisas socioeconômicas e ambientais e que, se possível, com transferência de conhecimento nas áreas em estudo, agregando em seus modos de vida, assim como a importância desses conhecimentos na geração de emprego, fixação de renda, entendimento da cadeia produtiva e dos sistemas (agrário e de produção), melhoria nas condições de saúde e manejo das paisagens com um ordenamento territorial adequado a cada caso, sejam em cooperativas ou agricultores familiares.

Esse estudo serve para um dos maiores desafios da ciência na Amazônia, a superação da pobreza em uma região rica em biodiversidade. O uso dos sistemas naturais como recursos naturais (valor de troca) e matéria-prima (valor de uso) no contexto das cadeias produtivas (produção-distribuição-circula-



ção-consumo) e seus circuitos e escalas de economicidade e mercado com suas capacidades ociosas, potencialidades e fortalezas e fragilidades, toma relevância no contexto atual caso se confirmem as hipóteses de aquecimento global, diminuição da biodiversidade e uma maior participação do Brasil em mercados internacionais como uma das maiores economias do mundo com base em recursos naturais.

Nesse sentido o que funda os objetivos são relacionados à produção: o que produzir? Quem produz? O quanto produz? Como produz? Quem e como transporta a produção? Para quem produzir? A partir desses direcionamentos metodológicos podemos identificar quais os produtos existem nos mercados e o porquê de suas quantidades estruturando as cadeias produtivas; assim como quais serão os produtos e serviços produzidos para as cadeias produtivas e quais os recursos (naturais e financeiros) e quais os processos técnicos/tecnológicos são utilizados. Envolve também o destino, isto é, para quem está sendo produzida a mercadoria, qual tipo de consumidor está envolvido.

Realizar estudos a respeito da cadeia produtiva para identificar o processo de produção, distribuição, circulação e consumo e qual a relevância da biodiversidade em cada um e seu processo espacial em conjunto, isto é da natureza aos mercados. Estudos sobre a importância da biodiversidade nos modos de vida direcionados às cadeias produtivas são poucos, geralmente os estudos são separados; cadeias produtivas estudadas com a biodiversidade da região amazônica e sua respectiva estrutura territorial de produção devem subsidiar uma proposta de geração de informações e de melhoria da qualidade de vida da sociedade local, isto é, via pesquisa-ação, com metodologias próprias e que compreenda e atue na realidade existente nas áreas em estudo.

Historicamente as sociedades (locais, regionais, nacionais e internacionais) têm sido usuárias das diferentes aplicabilidades das ciências, mas não de forma homogênea e com velocidades diferentes. Isso tem interferido em produção econômica, preservação da natureza, combate às doenças, produção de alimentos, justiça social, soberania nacional, entre outros que com o desenvolvimento do conhecimento dos sistemas naturais e dos processos socioeconômicos em seus diferenciados modos de vida e usos (econômicos,

políticos e culturais e científicos) de biodiversidade de dimensões geoeconômicas e geopolíticas.

As dinâmicas da sociedade e seus mercados estão ficando mais complexas e integradas, com várias conexões, tipos de dependência e imposições, se tornando cada vez mais conectadas em informações. Em uma ampla gama de setores e cadeias produtivas, tanto nacionais quanto internacionais, as transformações estão ocorrendo, e estão intimamente relacionadas e conectadas entre si, sociedade e mercado, mercado e mercado, política e mercado entre tantas outras. São várias as formas de abordagem do tema, assim como as formas de identificar os mercados, circuitos, cadeias e a natureza, assim como as pessoas se autoidentificam, vêem uns aos outros e de como ocorrem às modificações como continuidade dos processos e expansão do mundo globalizado, as tecnologias utilizadas, as formas e meios de comercialização ante processos de individualização, bilateralismos e globalismos.

Todos esses processos são caracterizados e estruturados por tensões e conflitos entre a espacialização de grupos e setores dominantes de política, mercado e visões de sociedade, e isso ocorre em diferentes escalas (temporal e espacial), que se consubstancia em marcos históricos em cada sociedade, não raro, muito mais pelo caráter excludente de lucros e benefícios, do que de superação da pobreza e carestia. O que decorre das tensões e conflitos pode ter consequências positivas para uns e negativa para outros, mas, ao mesmo tempo também representa um conjunto de desafios não somente para as sociedades, grupos de interesse e indivíduos, mas também para novas formas de pensar as bases, a projeção e a estruturação dos mercados, em nosso tempo para muitos o lucro está acima e prioritário, o combate e a formação de pobreza não.

Como é que novas práticas (economia solidária, mercado justo, economia circular, economia verde, entre tantas outras) de solidariedade podem desenvolver e operacionalizar seus conceitos se as antigas formas não perderam suas eficiências? Ainda que com formação de pobreza, destruição do meio ambiente, precarização do trabalho entre outros. Quais são os maiores motivadores em comum para as sociedades e seus mercados? Quais são os fatores

que influenciam as escolhas e ações das pessoas e dos grupos que eles pertencem ou representam? Existe vontade ou interesse de influenciar e contribuir para o bem comum? Qual nossa capacidade de identificar, analisar, compreender e explicar esses processos nos planos filosófico, geográfico, histórico, biológico/ecológico, socioeconômico e projetar e vislumbrar caminhos para soluções? O que tais processos significam para a sociedade e seus mercados? Qual é o papel da sociedade, do mercado, das cadeias produtivas, da natureza (entre tantas outras)? Como as tecnologias, as mídias, as redes sociais e outras similares agem ante aos fatos, são meros reprodutores de padrões historicamente dominantes? Como as diferentes estruturações e funcionalidades dos sistemas socioeconômicos (sejam locais, regionais, nacionais internacionais, globais) atuam em mercados socialmente diversos? Como o indivíduo (que pertence a vários grupos, sejam econômicos, sociais, religiosos, políticos entre outros) se relaciona com os processos de formação e reprodução da sociedade e seus mercados?

Há alguns setores tanto das ciências quanto da política que estão à procura de novas propostas e soluções para esses temas e questões. Tais soluções devem referir-se tanto em relação às práticas (do indivíduo e da coletividade, socialmente identificados), quer envolva também o desenvolvimento de uma relação com equidade de direitos e oportunidades na lógica das concepções que se desenvolvem e se estruturam na sociedade atual, mas pensando também em diferentes escalas de tempo futuro: um desafio intelectual.

Para lidar com os desafios (novos, antigos e atuais) sociais, políticos, ambientais e econômicos que enfrentamos são necessários estudos científicos, aos temas vividos pelas pessoas. Primeiramente termos uma reflexão crítica e analítica a respeito dos processos da formação socioespacial, dos caminhos socioeconômicos de uma sociedade, de um povo: uma identificação minuciosa, detalhada, criteriosa, assim como uma análise e interpretação dos fatos empiricamente observáveis, e as narrativas a respeito deles, visto que são de perspectivas diversas. Isso tudo não deve ser influenciado pelas ideologias desprovidas de fundamentos éticos e democráticos sim ser influenciado por questões que prezam pela dignidade humana, processos autoritários não podem ser bem vindos. Devemos considerar uma perspectiva de tempo, espaço

e relações sociais em um contexto de desafios reais, tendo de um lado uma reflexão sistemática e do outro um aporte fundamentação e instrumentalização e capacitação para uma sociedade vitimada. Estas duas perspectivas irão fundamentar com clareza e sensibilidade social neessárias para o desenvolvimento de novas ações políticas e sociais para a sociedade, seus mercados e a natureza.

## **Agradecimentos**

---

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq (projetos PPBio/CNPq, CT-Agro/CNPq, REPENSA/CNPq, CT-Amazônia/CNPq e INCT-CENBAM/CNPq), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM (projetos REDEBIO/FAPEAM e REPENSA/FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES (projeto Pro-Amazônia/CAPES) pelos auxílios financeiros e bolsas concedidos. A todos os que gentilmente colaboraram com o desenvolvimento dos trabalhos.

# A mercadoria como evidência de múltiplos circuitos espaciais produtivos

Reinaldo Corrêa Costa

## Introdução

---

Na atualidade, o uso do território se modifica em consonância com as capacidades estruturantes (mentais e materiais) conforme o acesso às técnicas/tecnologias (novas ou velhas, mas enfim as disponíveis), essa parte da produção da sociedade, tanto no setor primário onde estão as matérias primas, quanto no terciário onde predominam os serviços são espaços de ação da mercadoria e onde tem mercadoria tem circuito espacial produtivo. Seja no campo ou na cidade o processo produtivo tornou-se uma atividade como outra qualquer, quase uma banalidade, algo normal, na visão de alguns nem é algo de importância científica, mas tais atividades estão ligadas intrinsecamente às metamorfoses (políticas e econômicas, políticas e trabalhistas, técnicas e tecnológicas, em diferentes escalas do local ao global), algumas dessas metamorfoses ocorrem rápidas outras lentamente, seu impacto nas paisagens é altamente relevante, desde grandes áreas com galpões abandonados que vez ou outra são transformadas em espaços culturais, *shopping centers* ou mesmo derrubados para outras construções e concomitantemente alterando as formas de trabalho. (SANTOS: 1997; SANTOS, SILVEIRA: 2008)

As paisagens econômicas se sobressaem devido a força de seu conteúdo, oriundo de várias formas de trabalho recebe um grande impacto do domínio dos circuitos espaciais produtivos, ligados aos grandes e refinados processos tecnológicos, a chamada tecnologia de ponta, seja ela bio, nano, tradicional/clássica, moderna, aeroespacial, farmacêutica, informática, telecomunicações entre tantas. (COSTA: 2017).

Em cada desenvolvimento de potencialidades econômicas é valorizada, isso inclui políticas de incentivo em editais de pesquisa, programas de pós-graduação em aparições do tema nas diversas formas de mídia, como aconteceu com o tema DNA/genética na década de 1990, depois as nanotecnologias, a biotecnologia entre outras que em pouco ou muito grau foram incorporadas ao cotidiano da sociedade sob a forma de mercadoria. Com este direcionamento da pesquisa, visando o resultado/produto final da pesquisa ser transformado em mercadoria, não necessariamente em desenvolvimento socioeconômico ou de justiça social, temos que a realidade existente no universo da pesquisa em tecnologias visa a produção de mercadorias, logo a necessidade metodológica do uso do circuito espacial produtivo. (COSTA: 2015)

A sociedade consumidora pode, em maior ou menor escala de consumo e força política, visto que mercado e poder andam juntos, produzir formas conteúdo, conforme seus desejos e até mesmo criando novas necessidades várias formas de consumo, conforme sua capacidade de consumir e isso envolvem os produtos ilegais como drogas ilícitas ou produtos piratas, os falsificados, sejam, por exemplo, o valor cobrado por pacotes de dados (cobrança por *megabytes*) de internet móvel até paisagens-territórios, como os shoppings centers, aeroportos, entre outras, mas ante qualquer inovação tecnológica é preciso que haja uma organização, uma base socioeconômica pré-existente, capaz de assimilá-la capaz de usá-la, portanto de ver isso como mercadoria a ser consumida.

A história de grandes empresas as vezes tem tantos exemplos de fracassos como de sucessos e soma-se a isso a concorrência e as flutuações de mercado. Com a concorrência, dificuldades estruturais, principalmente ligadas a legislação, as novas tecnologias, inseridas de mercado criam novas leis, como no caso da internet, que criou leis desde o sistema bancário até dados individuais domiciliares, tudo isso em uso contínuo no cotidiano (história em movimento e estruturação do espaço), com cada vez mais necessidades de matéria prima ligadas a produção de energia elétrica e de melhores estruturas espaciais, como por exemplo, maior e melhor distribuição espacial de antenas de celular, de vias de circulação de dados e de pessoas, postos de saúde e hospitais, escolas, farmácias, ampliação de formas de consumo

ente outras, isto é estamos falando de uma alta capilaridade de distribuição espacial. (SANTOS: 2008)

É nesse sentido que o espaço geográfico é fundamental, pois nada na vida da sociedade acontece sem ele, sejam nas relações (sociais, étnicas, econômicas políticas entre tantas outras), e a própria dinâmica dos sistemas naturais, a natureza natural também não ocorre sem espaço geográfico, o espaço geográfico é todo, é como uma atmosfera, mas com conteúdo específico, em escalas específicas, de relações, interações conexões, sejam socioeconômicas, bioclimáticas, mas sempre com a sociedade (total ou parcial), como por exemplo a relação floresta e acúmulo e carbono, e comercialização de carbono. O espaço também é um vetor, ele não é só suporte ou palco de ações, um passivo, ele é ativo, sua ação é, entre outras, de estruturar potencialidades, capacidades e realidades do mundo vivido onde ocorrem as mais diversas projeções do existir humano, desde a as coisas banais do cotidiano, onde você respira e o que está respirando, do que está falando, em quem e onde exerce seus ofícios e profissões, e em cada espaço ou espacialidade de coisas (espaço dos minérios, dos automóveis, da biotecnologia, da urbanidade, de políticas ambientais, ...).

Mesmo com a ação de movimentos de apoio ou de oposição, o espaço geográfico não é apenas um suporte, ele é também um conteúdo, disso deriva a composição teórica e metodológica do circuito espacial produtivo. Com essa base, definitivamente, temos uma capacidade, de identificar e analisar formas simples de produção e comercialização como produtos oriundas da biodiversidade na forma de extrativismo vegetal de trabalho de modos de vida com trabalho na agricultura familiar que vendem seus produtos a grandes conglomerados de alta biotecnologia e com formas refinadas de comércio e acordos com seus diversos entes satelitários de produção, e mesmo que hajam novas tecnologias e novas formas de acordos de trabalho, as bases ainda são de terra, trabalho e capital, a dialética é renovada. Isso estrutura desde reproduzir paisagens-territórios, como também produzir novas formas-conteúdo, traduzidos em diferentes mercadorias, que são integradas aos constituintes paisagísticos do uso do território, tanto que não raro alguns se perguntam, *“como conseguíamos viver sem isso?”*

A questão do uso do território pelos circuitos espaciais produtivos ainda não é mapeada enquanto espaço total porque a peculiaridade das regiões econômicas e dos espaços das mercadorias é muito dinâmica e muito específica, portanto não concluída, e é empobrecida ainda em um de seus elementos fundadores, a relação trabalho e capital, marcados pela ausência ou pouca presença do Estado no intuito de justiça sociais atuando mais para reprodução ampliada do capital pelos grandes conglomerados, isto é, atuando para a reprodução aumentada do espaço das grandes corporações, principalmente na questão fundiária, onde reside muito das fontes de matéria primas, seja de tecnologias de ponta ou de indústrias tradicionais. Afinal o espaço são relações sociais e mesmo a ausência delas, presença e ausência (MASSEY: 2008; LEFEBVRE: 1983) como formas de ação. Como resposta a uma demanda denominada de problema ou questão *regional*, buscou-se a superação das dificuldades, investiu-se no tema das localidades como portadoras da tão desejada liberdade ou autonomia dos sujeitos sociais, como *locus* do desenvolvimento e superação ou mitigação de crises. O local não se constituiu como a solução porque ele é a conexão com o mundo *mundializado* pelo capital e não um *enclausuramento* libertador, o mundo se expressa no local inclusive com suas contradições e conflitos, o lugar é a concretude do mundo. (SOUZA: 2002; SOUZA: 2009)

Parte da tradição teórica da localização espacial enfatiza o posicionamento das atividades em diferentes locais (e geralmente a faz em um espaço contínuo) (KRUGMAN *et. a.*: 2002: 95). Esse espaço contínuo, aqui é o circuito espacial produtivo, onde se assentam as cadeias produtivas, uso do território, a dialética terra, trabalho e capital e onde pousam e são direcionados os avanços científicos e tecnológicos para se transformarem em mercadorias, onde impostos (criação, eliminação e taxas de juros) atuam, dando mais valor, na dialética espacial, da mercadoria, não raro muito mais pela sua fluidez e circulação que pela sua produção.

O desenvolvimento desigual e combinado é um elemento da produção de espaços, mais especificamente na distribuição espacial e conseqüentemente no uso dos territórios, isso inclui a produção/reprodução que interagem com a valorização da mercadoria, não do trabalhador, que ocorre devido as formas



jurídicas do trabalho feito (de bases e impactos políticos e econômicos que forçam os salários para baixo) com diferentes mediações espaciais, territoriais e locais de reprodução do capital, pouco importando o que se produz, seja na lógica das indústrias tradicionais ou indústrias de alta tecnologia, vejamos a greve em empresas do vale do silício. Em nossa análise é necessário ter em como elemento teórico e metodológico que o Brasil passou por vários planos econômicos e nenhum questionou a formação de latifúndios improdutivos, ou valorizou a agricultura familiar, ou extrativista, a resposta às críticas a respeito da suposta improdutividade era que não havia crédito para produzir, gerar emprego e renda, mas após o plano real que teve como característica uma maior circulação da moeda e maior interatividade com os mercados internacionais a realidade pouco se alterou para muitos desses setores de baixa escala de capital, baixa escala, pela natureza do trabalho do sujeito socioeconômico que o produziu, não por falha. Aqui, em nossa abordagem, por exemplo, o extrativismo não é problema ou salvação, o que importa é a forma como ele é inserido na lógica socioeconômica, como é o território usado por ele, conforme tal inserção pode ser a salvação ou problema. (COSTA: 2004; SMITH: 1988)

## **Conteúdo dos processos e ações**

---

A identificação de usos setoriais e regionalizados dos territórios revela uma produção desigual de espaços de oportunidade aos mais pobres e com isso fomenta a disparidade entre classes (sociais e de renda) formadas historicamente nas bases (jurídicas, comerciais e políticas) da apropriação de renda e na reprodução das estruturas que forma a pobreza, sejam os salários baixos, a expropriação de terras, a baixa escolaridade, altos índices de inflação, entre tantas outras. Ao ser inserido no Brasil em 1995 o Plano Real, encontrou uma inflação de aproximadamente 2.500% em 1994 e foi para próximo de 70% em 1995. O plano real possibilitou e potencializou a inserção novas proximidades em diferentes setores, incluindo a inserção de bancos públicos em muitos municípios, com programas oficiais de investimentos, mantém por mais tempo os preços ao consumidor, maior estabilidade frente ao dólar e, portanto aos

produtos importados, maior segurança em economia doméstica visto que os produtos e consumo diário, principalmente alimentos, não subiu de preço várias vezes ao dia. Conforma Costa (2004: 297):

“Em um país como o Brasil, é obrigatório pensar na inflação, por isso o cálculo do investimento deve prever, com o mínimo de erros, a deterioração da moeda nacional em favor da moeda internacional (atualmente o dólar estadunidense), principalmente para empréstimos e compras em tal moeda, e aí fica sempre o temor da paralização da obra, que encarece o seu valor total em detrimento dos custos da sociedade nacional, principalmente dos mais pobres.”

O ideário de região precisa ser trabalhado no intuito da funcionalidade dos equipamentos que fazem o uso do território uma realidade, como por exemplo, a instalação e capital, fixo, *clusters*, pontos de convergência e dispersão, dentro dos quadros de poder socioeconômico, político e bases ambientais dos territórios. É na estrutura regional que ocorre o intermediário entre o global e o local, entre o setorial e o nacional, entre o espaço e o território, e a relação social de escala média que traduz as realidades do global ao local e vice-versa, é a região, como uma atmosfera e suas várias camadas, é um como um ambiente de trabalho. O trinitário de Marx (Trabalho/Salário, Terra/Renda, Capital/Lucro) quando se concretiza forma uma região (econômica, política, industrial, agrícola, operária, latifundista, financeira entre outras) com diversas ordens de grandeza e de formações territoriais e identidades culturais e de classe (fazendeiro, posseiro, empresário, microempresário, ...). É pela região que é possível uma análise do espaço total, assim como uma ação coletiva, direcionada nele; o território ganha sentido no espaço, mas, se expressa regionalmente, em muitos casos os impactos não passam da escala regional, que não raro é o amortecedor, uma *buffer zone*, principalmente se os impactos forem negativos como o desemprego, o desmatamento, a poluição, entre outros. Diferenciando, integrando, desconectando, mobilizando via equipamento de uso dos territórios com seus sujeitos (sujeitantes e sujeitos), uma conexão com o mundo, uma identidade territorial regional formada historicamente em processos socioespaciais. (MARX; 1985b; COSTA: 2004).

Na lógica predominante dos mercados (reprodução ampliada de capital e concentração de lucros, poder, empresas e propriedades) a circulação no espaço da reprodução da força de trabalho (territorializada ou não) que dialeticamente é a mão de obra que constrói e destrói formações territoriais em diferentes lugares do mundo e formam regiões diferenciadas. Com base no princípio da unidade dos contrários, o capital se mundializou, mas não homogeneizou o mundo, a propriedade da terra é privada, mas a circulação dos proventos circula no mercado mundial via redes financeiras dos bancos, que se concretizam nos comércios de apoio às unidades produtivas, o capital fixo, sejam fábricas, comércios, plantações, extrativismo vegetal ou mineral o que for, principalmente de produtos agropecuários de marcas multinacionais, em certos lugares é possível encontrar produtos de quase todos os recantos do mundo, isso inclui a valorização e reprodução ampliada do capital, assim como a exploração do trabalho. As regiões que possuem essa formação territorial (baseada no capital, em diferentes escalas e densidades técnicas) se diferenciam no espaço de outras regiões, visto que sua base natural, que é um direcionador a partir da matéria prima, demografia ente outros, fazem a heterogeneidade do mundo, essa é uma desigualdade histórica do capital e sua lógica de espacialização mundial e de territorialização a partir da constituição dos circuitos espaciais produtivos. (MARX: 1985; MARX: 1985B)

Na formação dos circuitos espaciais produtivos esses processos resultaram na concentração de população multivariada etnicamente, culturalmente e socialmente, principalmente nas cidades. Essa concentração favoreceu as regiões comerciais, com poucas ligações com indústrias, muito no setor terciário, informal e com conexões com muitas áreas com precariedade de equipamentos públicos ligados a circulação, educação e saúde e moradia. No campo há tanto a formação de grandes propriedades rurais quanto a reprodução de diversas formas de campesinato. Esse contato, tenso ou pacífico, muitas das vezes mediados por relações comerciais próprias de algum circuito espacial produtivo entre duas formas diferentes de existência socioeconômica demonstra que o essencial na análise da dinâmica dos territórios tem um componente da formação local que reside na história longa que marca a construção territorial, a frequência mutua dos sujeitos socioeconômicos no

território desenvolvido nos fenômenos de memória e de aprendizagem coletiva (PECQUEUR: 19: 1996).

Os processos que formaram um circuito espacial produtivo são os mesmos que envolvem a bioeconomia, a economia circular, a botânica econômica entre tantos outros, inclusive nas tradicionais áreas como têxteis, automóveis, hortifrutigranjeiros, enfim, aqui o que existe no mercado (legal o ilegal) visto que existe um circuito espacial produtivo de ilícitos, de contrabando entre outros, que com o tempo vão se estruturando em uma diferenciação intra-setorial e local. Por exemplo, uma maior dinâmica no circuito espacial produtivo do produto X na área Y e uma menor dinamicidade do mesmo produto em outro local. Os processos que regem a lógica das diferentes dimensões da proximidade (principalmente econômica e política) são os que influem na desigualdade, a dinâmica não é homogênea no espaço e nem no trabalho como conteúdo do uso do território. Entre o local/lugar e o mais amplo, seja o regional, o Estadual e o mundial, agem as forças da proximidade geográfica, mediadas por interesses econômicos, culturais, políticos entre outros. Proximidade, poder e ação coletiva fazem a diferenciação espacial não só da mercadoria, da tecnologia, mas da sociedade. (COSTA: 2004)

Circuitos espaciais produtivos podem ou não competir entre si. Dois CEP não competiram entre si, mas elementos de sua internalidade, componentes seus podem ser competidores entre si, visto a anastomose existente entre o processo que faz a mercadoria. Mesmo que sejam criadas em um mesmo processo, mas se constituíram em lógicas de poder separadas territorialmente por territórios (econômicos, empresariais, políticos), e no espaço relacional dos Estados que se insere a diferenciação intra-regional. O Estado de mercado criou a fluidez da mercadoria, atualmente há uma pluralidade de sujeitos que agem nos circuitos, sejam pelo viés da região ou do setor, e não raro questionam publicamente as ações do Estado, que não age uníssono, pois o que diz e faz, por exemplo, o ministério do Meio Ambiente muitas vezes contraria o Ministério da Agricultura e vice-versa, ou o que diz o Ministério da Economia e o que acontece nos mercados com ação de outros ministérios. (SANTOS: 1997; SANTOS, SILVEIRA: 2008; SOUZA: 2009, 2002).

No âmbito geográfico a diferenciação é marcada nos momentos de ações reguladoras, e tal ação ocorre como impacto, reflexo do efeito das proximidades geográficas. A questão intra-regional ou inter-setorial se constitui em dois pontos: a criação de fronteiras produtivas e consumidoras, dinamizando geograficamente o CEP e suas e a regionalidade do território usado, tendo as cidades como bases dessa dinamicidade, o que não ocorreu com certa facilidade com produtos específicos, de mercados e consumidores específicos, como por exemplo, máquinas e equipamentos de fábricas, ou seja, estamos nos referindo a empresa como consumidora e não ao público ou o indivíduo consumidor; e a diferenciação espacial fundada na ação dos sujeitos (regionais, territoriais e setoriais) e suas ações modificando as estruturas de produtivas, privadas, públicas ou coletivas que criaram uma proximidade (política e econômica) com os pontos gravitacionais mais importantes, sejam na infraestrutura de circulação, de capital e das políticas públicas. (BENKO: 1999; SANTOS: 2008b; DALLABRIDA: 2010).

A diferenciação intra-territorial e a desigualdade foram formadas por processos de trabalho e espacialização de equipamentos internos aos territórios, às vezes em conflito e processos de concorrência e a territorialidade, não raro, foi concretizada por incentivos e investimentos financeiros com objetivos diferenciados pelas relações políticas, econômicas e culturais. Por exemplo, na década de 1990 com o Plano Real em 1995, houve uma estabilização do valor da moeda e dos produtos internos, o que diminuiu o processo inflacionário, os preços foram relativamente estabilizados, a terra perdeu um pouco o caráter de capital territorializado e poupança contra a inflação, mas continua como reserva de valor, com o plano real houve uma pequena redução da pobreza e uma maior circulação de capital em circuitos e escalas de menor intensidade, produtos que antes chegavam as cidades grandes começam a chegar em cidades pequenas a preços acessíveis, mas a pobreza continua sendo reproduzida, pois o capital não vê mais terra, vê natureza como elemento de sua reprodução ampliada em novas e antigas formas, pastagens ou produtos da floresta (bioprodutos, bioeconomia, botânica econômica, capital circular,...), que por outro lado são oportunidades de trabalho, a engrenagem do território usado. Com a circulação de capital em diferentes escalas, pesso-

as e movimentos sociais puderam comprar computadores, se comunicar com outros lugares e estabelecer ligações e circulações para trocar ideias e estratégias e agir nos nas engrenagens do território, isto é, no processo de trabalho, não raro invisibilizado nos processos analíticos e planos de desenvolvimento.

Se um circuito espacial produtivo for precário, sob o aspecto do espaço geográfico também será precário, mas a concretude dos territórios é inegável. A força da propriedade (da terra e do capital) como poder, portanto, como territorialidade de uma determinada classe (de renda e a social) é real e concreta, se estrutura, são reais, pois, neles diferentes temporalidades se inter-relacionam mediados pela essência territorial, *agir ad hoc*, de cada um. Ao falar de configurações espaciais e territoriais, e não confundir com espaços herdados da natureza temos que “o ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta, eventualmente, mais tarde, por intermédio da observação, ‘em uma paisagem’. Esta não é uma construção material, mas a representação ideal da construção. (RAFFESTIN: 2009: 17).

## Formação de conteúdos no CEP

---

Os processos de formação de preços, fora os que são inerentes ao processo produtivo, como a inflação, que plasmam um conjunto de ações como as de operacionalidade e fluidez de cadeias produtivas. Nos casos inflacionários o que prevalece, até mesmo por sobrevivência, são os processos de gerenciamento de caixa com fins de mercado financeiro e conseqüentemente especulação e aumento de preços, a fluidez espacial e sua gestão não tinham muito espaço, e soma-se a isso os processos de precarização de trabalhadores assalariados. (PINHO & VASCONCELOS: 2004; MARKUSEN: 2005).

Atualmente o que prevalece é a estabilidade da moeda, e isso influencia em um planejamento ante a inflação. Processos competitivos e de inovação, típicos de mercados com forte concorrência, se reproduzem. Há uma fluidez da gestão espacial da cadeia produtiva - diferente da gestão territorial que é menos fluida, visto que é mais controlável -, em um mundo com alta fluidez de informação, via *internet*, celulares entre outros; é uma das estratégias que

interferem na manutenção de empresas no mercado, no lucro ou prejuízo, emprego ou desemprego, fortalecimento ou enfraquecimento regional, local ou setorial em diferentes escalas, entra tantos outros impactos.

As abordagens fundamentadas no CEP ganharam mais força nos últimos anos. Os conceitos baseados no espaço e espacialidade, território (uso do território, território usado/praticado/*ad hoc*) estão em uso. Nas temporalidades (atuais e passadas) em que havia (ou ainda há) precariedade no uso das tecnologias de informação próprias do período técnico científico e informacional, as dificuldades ao acesso a tecnologia da informação (TI) também formam barreiras aos usos de certas abordagens, visto que a realidade ser outra, em muitos contextos atualmente o que são estruturas socioeconômicas, ou melhor, sócioespaciais que facilitam a disponibilidade de aparatos tecnológicos cada vez mais arraigados e plasmados nos processos e dinâmicas socioespaciais que estruturam e fundamentam o uso do território e até com o intuito de ordenamento e gestão territorial, mas isso ocorre com um custo cada vez mais incluyente/excluyente, conforme a tecnologia que se possa pagar. (SANTOS, 1999, 2003)

As cadeias produtivas pertencem a circuitos espaciais produtivos, as vezes uma cadeia produtiva tem sua “eficiência econômica”, mas esbarra com as dificuldades de um circuito espacial produtivo não tão “eficiente economicamente”, as vezes o contrário ocorre, e em outras ambas estão alinhadas. A eficiência econômica deve ser vista não somente pelo viés da empresa ou do produto, mas também do trabalhador que a produz, visto que o trabalhador faz parte do circuito produtivo espacializado. Isso porque é um caminho da produção, da mercadoria e o outro do ambiente desse caminho, em alguns casos e situações são sinônimos, em outros não, mas de grande proximidade e semelhança. O refinamento no uso das categorias em um acurado trabalho de campo compõe a abordagem.

A perda em cadeia produtiva basicamente ocorre por precariedade nas estruturas de produção, e armazenamento, nos sistemas de engenharia e circulação, na desatualização tecnológica central e satelitária ao produto principal entre outros, que não podem ser encarados apenas a critérios técnicos identi-

ficáveis em um check list ou nos prejuízos econômicos, visto que estruturas mais amplas estão em jogo. Soma-se a isso o custo Brasil, que basicamente para sua superação requer fragilidade ou inexistência de leis trabalhistas, ambientais e contra os sindicatos em vários setores, excesso de burocracia em vários tramites, mas também envolve segurança pública (cargas são roubadas nas estradas e cidades, armazéns), baixa escolaridade do trabalhador, precários postos de saúde pública, entre outros temas, mas geralmente o custo Brasil como tema vem do empresariado, também se fala do custo de algumas empresas poluidoras, que exploram trabalhadores entre outros, como a precarização do trabalho. enfim elementos constituintes do território, das formas como o território é usado.

A *comoditização* passa pela homogeneização da mercadoria no mercado, ele pouco ou não contém diferenciação, sua única diferenciação, é o preço, com isso pouco se sabe sob o processo produtivo, quais seus custos e impactos, com isso uma invisibilização do processo de constituição do produto em mercadoria. A saída segundo alguns especialistas é pela inovação da mercadoria. Os serviços atuam como a atmosfera em todas as atividades, visto que são eles que materializam cada fase etapa, processo, qualquer elemento da criação da mercadoria, assim como circulação no espaço e de formas de consumo. De forma sintética é a estruturação, são os aparatos do território que o fazem produtivo ou não, fluido ou não, mas para alguns setores da sociedade, da economia e do poder, não para outros, por isso as desigualdades e injustiças espaciais.

As origens dos problemas e dificuldades, os chamados “gargalos” estão desde a formação de grandes até a preconizada, ou mesmo falta da, mercadoria no comércio e ambas são constituídas por preços e custos específicos que impactam de diferentes formas a circulação (pessoas, mercadorias e serviços) e os mercados. Geralmente o que fica nos estoques é aquilo que não foi consumido e/ou absorvido pelos mercados, em certa faixa de tempo, o que falta nos mercados é aquilo que tem rápida (ou até grande) fluidez no mercado, e ambos com custos que não raro são repassados ao consumidor final. Com a articulação de informações da atualidade, a velocidade da informação que é alta se comparada com o “ontem” (qualquer escala de tempo passado), faz



com que certos descaminhos, excesso ou raridade da mercadoria seja paulatinamente resolvido. Vale notar a relação espaço tempo no circuito espacial produtivo, na maioria dos casos quanto mais longa for uma cadeia produtiva, mais caro fica a mercadoria; mais longa em processo produtivo, em etapas e não em distância no chão terreno. (COSTA: 2015).

Conforme Billacrês apoiado em Smith (1988), Rangel (2005, 200b) e Lambert:

Desta forma facilitando a compreensão do porquê a organização do capital nessa escala se apresenta numa forma espacial tão rigidamente fixada (SMITH, 1988). Assim sendo, contribui para a análise daquilo que Rangel (2005) denominou para o Brasil de Formação Social Complexa. Essa complexidade é resultante de um modo de produção complexo, que é a dualidade. Isto é, os geografismos de dois brasis (LAMBERT, 1967), por exemplo. Sendo um misto de atraso e dinamismo. A existência de um sistema de produção ou formas de produção que convivem em um mesmo território, e em diferentes escalas espaciais.

Em um contexto macro, com um conjunto de técnicas/tecnologias disponíveis, os circuitos espaciais produtivos estão em quase todos os lugares (ou praticamente todos), visto que um lugar é sempre consumidor, produtor ou ambos. Então, por que existem desigualdades regionais e setoriais? Por que existem diferenciações espaciais? Principalmente com a reprodução da pobreza, um elemento que compõe não somente as cadeias produtivas, mas também os circuitos espaciais produtivos, visto que a formação da pobreza produz a diminuição do salário ou de outra forma, puxa os salários para baixo. A resposta para essas perguntas está no cerne de muitas questões acadêmicas e até em planos e políticas, acabar com a pobreza é o lema de muitos, para outros a formação ou reprodução da pobreza, ou ainda o desemprego são impactos negativos (!) dos processos desconexos de tributação regional ou estadual no processo produtivo, um ideário coerente, porém simplório de estruturas produtivas (sociais, econômicas, políticas e ambientais), mas amplas, que envolvem não somente o mercado interno, mas o externo, as concorrências, o câmbio, entre outras.

As cadeias produtivas são estruturadas, isto é, elas capacitam, dotam o território com equipamentos *sui generis*, para lhe dar retorno econômico-financeiro e não socioambiental, não raro o território é uma prisão no espaço, então, o que prevalece são injustiças socioespaciais. (GERVAIS-LAMBONY, DUFAUX: 2010).

Desde as matérias primas, passando pela produção, distribuição, circulação e o consumo, a integração das mercadorias existe em uma boa parte dos casos, mas a preocupação com as injustiças socioespaciais não. Cada vez que alguém compra um produto, com maior ou menor grau de técnicas/tecnologias agregadas nele, ou *in natura*, como uma fruta, qual o índice de reposição da mercadoria? Qual impacto ambiental do processo produtivo da mercadoria? Quantos empregos foram descartados com uso de novas estratégias de produção? Quantas horas de trabalho foram gastas por salário? Quantos impostos (pagos e não pagos)? Existem muitas perguntas no processo de identificação da mercadoria em seu circuito espacial produtivo. Qual o processo de venda ao consumidor final reflete, retroalimenta na produção da mercadoria? Quais as articulações espaciais nos territórios são feitas? O processo produtivo exige novos espaços ou não?

Formular perguntas e questionamentos é relativamente fácil se comparado à capacidade de resolução dos mesmos. Significa uma maior ou menor regulação das cadeias e circuitos? É uma questão de gerenciamento ou de legislação? Como planejar em um ambiente onde o comum, o fato normal são as incertezas? Os mercados sempre surpreendem principalmente se tiver escalas com processos internacionais e regionais (região interna ou externa a uma formação socioespacial, a um país). Os processos do circuito e da cadeia são interdependentes, tais como entre fornecedores/comerciantes, preço/salário, trabalhador/lucro, venda/fatores de produção entre outras conexões.

A ideia de previsão parece ser mais eficiente que a de repetição visto que existem as surpresas e estas são peças normais no processo produtivo, surpresas decorrentes de várias origens, guerra cambial entre países, alta do dólar, desvalorização da moeda nacional, taxa de juros em desacordo com mercados, políticas monetárias, entre tantas outras. Mas não é só isso, o ge-

renciamento, a gestão são eixos articuladores fundamentais para a identificação, análise e entendimento do processo produtivo, ele mostra as interfaces e as bases para previsão, visto que desvenda como foi produzido, sob que condições e orientações, assim como a interdependência, pois uma cadeia produtiva nunca é isolada, exemplo, um produto X precisa de embalagem Y, e temos as cadeias produtivas de X e Y que se conectam, e não raro de forma específica, a embalagem Y só serve para o produto X.

Outro tema é satisfação da mercadoria que é mais importante para o cliente/consumidor (interno ou externo) ou para o empresário (de qualquer etapa da produção), mas e o transporte e a circulação? Ou para ambos em diferentes medidas? Se processos e etapas produtivas estão bem alinhados, bem estruturados e concatenados como proceder se há conflito de interesses em seus membros? Aqui não mais na produção e sim no lucro ou facilidades governamentais que podem interferir no produto, geralmente na relação qualidade/preço ou no domínio da circulação e vendas ao consumidor final. Nesse caso a estratégia espacial do uso do território tem um papel interessante, visto que são estruturas localizadas e articuladas a um conjunto de fins. Aqui faz-se necessário a questão da escala, tem-se que ver o macro mas conhecendo o micro, detalhes podem fazer a diferença, não somente na relação lucro/prejuízo, mas no emprego/desemprego, preservação/destruição/poluição, entre outras. (SANTOS: 2003)

A abordagem deve focar nas articulações, nos movimentos, nas interconexões entre o macro e o micro e internas ao macro e micro, são os circuitos e escalas de economicidade e mercado e seus componentes, evitando simplismos e sendo muito mais quem processos identificatório e rotulatórios, daí a necessidade da pesquisa (básica e aplicada), para se ter uma visão macro e micro dos processos que fizeram o molde o contramolde das cadeias produtivas no espaço geográfico. Após o Plano Real e principalmente nos anos pós-crise de 2008, as cadeias produtivas, particularmente as que têm a transformação de mercadorias, as indústrias têm trabalhado de formas mais específicas no mercado, sejam nas mercadorias ou nos negócios, tais mudanças e adaptações do mercado, levam em conta as formas atuais de globalização, principalmente de encomendas e pedidos via internet pelos celulares; o au-

mento da importância das *commodities* seja em produtos e serviços, ao ponto de surgir o termo “*comoditização*”; soma-se a isso a uma maior sociabilidade dos lucros, um desafio para as empresas “segurar” os clientes com aumento da receita, isto devido a capilaridade maior de mercadorias pelos diversos circuitos espaciais produtivos existentes que pode ser desde um produto industrializado por uma fábrica de um grande conglomerado transnacional e que pode ser vendido tanto por um restaurante quanto por um camelô. (COELHO, MONTEIRO: 2005).

Não somente a mercadoria dever agradar e ser eficiente, mas também os serviços, que em alguns casos são a própria concretização da mercadoria. Por isso algumas mercadorias tem uma atividade satelitária, que são os serviços que agem no local, exemplo da pizzaria que entrega na casa do consumidor, o entregador da pizza tem uma escala local, mas os outros ingredientes não, eles têm uma escala maior, logo o entregador, o serviço de *delivery*, entra como peça fundamental da mercadoria, mesmo que seja feito em outro lugar. E cada vez os concorrentes se estreitam com fusões tendo megaconglomerados existindo com empresas médias e pequenas em nichos diferentes de mercado, é só ver quais marcas estão em nossos domicílios, e os que não temos e quais gostaríamos de ter se pudéssemos comprar!

Um dos elementos fundamentais para o fluxo da produção e do consumo está alicerçado na TI (tecnologia da informação), esta atua não somente nas formas de produção e distribuição, mas também na estratégia de consumo vendas, em velocidade quase que em tempo real, concomitantemente ao planejamento e ações concretas. Uma de suas características é a metamorfose de escolha escalar, venda e entrega ao consumidor final que pode ser feito pelo telefone celular, um computador portátil, um aplicativo da loja ou equivalente e transferência bancária, tudo pelo sistema e estrutura de telefonia celular, uma estrutura fundamental ao processo produtivo e vendas. (BERTAGLIA: 2009; TEIXEIRA: 2014).

As estruturas de globalização precisam ser modernizadas constantemente, sejam elas mentais ou materiais (científicas/tecnológicas, políticos e ideológicas), no objetivo de melhor gerenciar seus processos, de produção, distribui-

ção, circulação e consumo em escala global e densidades locais, mas as vezes as dificuldades estão na escala local, estradas ruins, hidrovias precárias, mão de obra não qualificada, impostos excessivos e sem retorno para a sociedade, violência urbana, entre tantos outros. Como ações de destruir e explorar a base local sem deixar condições ou estruturas de sua sociedade local trabalhar com a ausência ou saída da empresa/corporação, isto é mantendo a política, ou o negócio, da dependência do local ao corporativo.

Cada vez mais as grandes corporações aumentam seu poder, visto que se chegam mais perto ou já estão nos centros decisórios de poder (político, econômico e social) e mercado (preços, circulação, juros,...) em alguns casos com fortíssimo poder territorial local. Disso surge a necessidade de marcos regulatório de base democrática e de justiça sócio espacial para evitar ou minimizar as ações de expulsão, exclusão/inclusão, danos ambientais, poluição entre outros. Tais marcos regulatórios competem com as políticas e estratégias de exploração, produção e comércio (interior e exterior) e suas ramificações de alta capilaridade no contexto dos centros decisórios de poder e mercado que não raro não são e não estão no poder privado ancorado na obviedade do capital, o lucro.

Para as corporações e empresas (grandes, médias e pequenas), o controle integrado de informações e ações no território local e na essencialidade de suas ações são vitais no contexto dos negócios de escala global e crucial na escala local, onde sua margem de manobra é menor, portanto a mais completa informação do circuito espacial produtivo e o maior domínio da cadeia produtiva estão nas preocupações para garantir o crescimento fundamentado no lucro. As ações de *marketing* e publicidade buscam com várias estratégias valorizar a mercadoria e criar uma dependência, uma fidelidade do consumidor para com a empresa/mercadoria por isso a instauração de conexões com os clientes, coisas do tipo SAC (sistema de atendimento ao consumidor), cartão fidelidade, clube de vantagens entre outros como uma espécie de sensor da ação da mercadoria ao cliente e sua resposta à mercadoria/empresa e das necessidades de ambos. Em outras palavras, é a ideia de valor/preço cruzada a uma mercadoria (objetificada ou em serviço, ou em pós-venda), que seja ao

mesmo patamar com a satisfação da necessidade do cliente/consumidor ou um preço aceito pelo mesmo. (COSTA: 2015, 2017)

A mesma base tecnológica que facilita a ação das empresas e conglomerados também é instrumento de comunicação, reclamação e reivindicação de consumidores e funcionários isso aumenta a força e o poder, principalmente dos consumidores. Qualquer ação na substancialidade da mercadoria (interna), na sua entrega (externa), assim como na legislação (mais ou menos impostos, facilitar/dificultar concorrentes, entre outros), interfere na venda, em loja física ou de internet, que vise a fluidez da mercadoria (lucro) e a satisfação do cliente/consumidor. A comunicação via internet, por mídias sociais, não conhece ruas ou buracos, engarrafamentos, ruas sem iluminação pública, não conhece parada de ônibus, um dos motivos de gerar fluidez para o consumidor via internet, que não quer se arriscar a tiroteio nas ruas, mas entrega, a circulação conhece essa realidade, mas caso a mercadoria não chegue o cliente/consumidor não fica com o ônus da perda. (BERTAGLIA: 2009; TEIXEIRA: 2014).

A cadeia produtiva é fundamental elemento da sociedade, quais excepcionalidades não estão ligadas direta ou indiretamente a alguma cadeia produtiva? Sua capilaridade e escala na sociedade identificam e buscam seus consumidores, isto é, um grande conglomerado que tem sua mercadoria sendo vendida por um camelô ou vendedor ambulante nas ruas. O ato da compra não se encerra quando o consumidor tira a mercadoria da loja via compra, existem os satelitários, como pós-venda, garantia estendida, assistência técnica, facilidades de entrega, montagem, entre outros. Nisso incide um velho conhecido, o *custo Brasil*, por isso conhecer a área abrangência do circuito espacial produtivo é de fundamental importância, pois englobam diferentes setores articulados, locais, sujeitos (sociais, econômicos e políticos), meio ambiente, assim como a circulação, política (tributária, tributária, industrial, renda entre tantos outros), geoeconomia global setorial e nacional. (BERTAGLIA: 2009; TEIXEIRA: 2014).

A competição ora existente, também conhecida como guerra comercial, em qualquer escala, põe as empresas e conglomerados não somente na

competição entre si que tem aluta por mais consumidores, ou mais consumismo, o foco para a lucratividade. Independentes da escala empresarial sempre estão na busca por instrumentos para agradar o comprador, ou seja, criar a necessidade para o cliente, mesmo que ele não precise da mercadoria. Um elemento disso é a tecnologia, antes eram os aparatos elétricos, rádios, toca-fitas, vídeo cassetes entre outros e atualmente são os ligados a internet das coisas, as empresas tem “bases” nas redes sociais, suas páginas de internet em várias plataformas – leiam-se empresas – *facebook*, *whatsapp*, *instagram* e outras, e ainda surgem empresas que baseiam e criam empresas, como *startups*, *co-working* entre várias maneiras. Nesse sentido, ampliam a base local e criam um espaço de ação e dentro desse espaço dominam alguns pontos e setores, criam territórios que são estruturados, montados para tal, tais estruturas acabam por servir a outras empresas e produtos. (BERTAGLIA: 2009; TEIXEIRA: 2014).

Algo como a indústria de alumínio que é ligada ao de suco pela relação produto/embalagem igual a mercadoria. A guerra comercial com os aportes das tecnologias transcende, perpassam as fronteiras, ainda que em alguns casos a fronteira seja barreiras (políticas, econômicas, comerciais, direitos trabalhistas, meio ambiente,...). Para alguns conglomerados as fronteiras entre países são irrelevantes. Cada país ou setor/região onde apresentar mais ou menos custos (de produção, ofertas, mão-de-obra), diferentes estratégias (para maior ou menor densidade de mercado e fluxo de capital), diferentes graus de aderência à terceirização, acesso/dificuldade às matérias primas, enfim diferentes estratégias socioespaciais, como o grau de exigência do cliente, ou seja, a relação classe de renda/mercadoria/qualidade/preço entram no circuito espacial produtivo, que geralmente é bem sensível às tecnologias e estratégias de ordenamento e gestão territorial, o uso do território e suas funcionalidades, como estratégia de negócios.

## Considerações finais

---

O circuito espacial produtivo, em muitos casos, tem sua ordem de grandeza em escala global, na lógica da mundialização do capital, que amplia o conhecimento e gera impactos (ambientais, sociais, econômicos, ...) múltiplos, como a melhoria de vida para alguns e piora para outros, depende de onde, do lugar que se está no processo geopolítico e geoeconômico da mercadoria. Não raro a luta pela sobrevivência de empresas é maior, e com mais apoio da sociedade, governos e empresas, que aluta pela sobrevivência de povos e pessoas.

Os fundamentos da gestão de cadeias produtivas e identificação do circuito espacial produtivo estão na visão espacial em diferentes escalas, isto é, para ver o produto/mercadoria ancora ou principal e os satelitários e seus componentes como processos sociais, econômicos, políticos e seus respectivos impactos como renda, exploração/expropriação, valorização de sítios específicos, poluição entre tantos outros. As empresas em si não podem ser identificadas como malevolentes ou benevolentes, algumas de suas práticas e ações sim, ou seja, depende de ações e fatos específicos do planejamento e gestão das mesmas.

O planejamento e a gestão (geral ou específica, estratégica ou não) direcionam as empresas a um conjunto de facilidades (sociais, econômico/financeiras, ambientais, políticas,...), que não raro se concretizam em vantagens (competitiva, comparativa e absoluta), principalmente se levar em conta seus concorrentes diretos. O bom mapeamento do circuito espacial produtivo e da cadeia produtiva direciona a empresa para o fortalecimento do poder territorial, uma organização espacial melhor estruturada, um contato mais próximo com suas bases de fornecimento, um fator de proximidade geográfica atuando, assim como de seus impactos por suas ações (“boas” ou “más”) e uma identificação dos grupos e sujeitos envolvidos em cada etapa ou processo.

O planejamento e a gestão baseados no circuito espacial produtivo e na cadeia produtiva, vale lembrar que ambos são conceitos diferentes que se inter-relacionam e se complementam. O circuito espacial produtivo é mais



fixo, menos mutável, visto que é ligado a fatores históricos da formação territorial como a formação socioespacial, suas estruturas são mais poli ativas como uma estrada ou relação socioeconômica, a relação patrão e empregado; a cadeia produtiva é mais fluída, mais metamórfica, por exemplo, as tecnologias podem substituir o trabalho humano, a mercadoria pode mudar, mas a empresa pode ser a mesma, as estruturas de comércio pouco mudam. A estratégia no planejamento e gestão modelo seria aquela em que a empresa/conglomerado usa a cadeia produtiva, na lógica do circuito espacial produtivo, esse seria o cenário ideal para a empresa, mas para os funcionários e para a sociedade pode ser o oposto, visto que há uma submissão ao poder empresarial.

Poder territorial é objetificado e concretizado quando há um plano de uso local/territorial, que seja vinculado a projetos em diferentes escalas de tempo futuro da empresa/conglomerado. É fruto de informações do setor e do terreno que se plasma, se fundem aos objetivos empresariais e ao lugar, que seria um facilitador. Deve haver quase que uma unanimidade ao projeto para seu sucesso, ou estrutura com a força dos poderes públicos, dos setores mais próximos de decisão de poder e mercado, a revelia de alguns setores, um conflito velado, onde o *marketing* tem sua força e os mais pobres são os que são mais prejudicados na empreitada empresarial, por exemplo, a instalação de uma hidroelétrica, com grandes grupos empresariais, forte apoio de governos, com regras de separação, de não integração socioeconômica, e também de vários setores da sociedade que buscam empregos, principalmente nos cargos mais baixos no nível hierárquico da empresa, mas geralmente nesses empreendimentos as normas e leis não são respeitadas, há desemprego, expropriação e danos ambientais. E somente uma pequena parte da sociedade local tem lucro com o empreendimento junto às empresas que dominam o território.

A organização espacial é a ação no espaço total do empreendimento que articula ações em diferentes escalas para a maior fluidez da obra, por exemplo, a retirada ou despejo de materiais de áreas de fora do sítio da obra, mas que compõem o espaço total a obra, ou uma fabrica de fornecedores da obra, que se localiza em outro lugar. É também um conjunto de esforços, de arti-

culações de gestão e estruturação para que os processos ocorram em determinada direção na velocidade e escala adequado ao planejamento, é o fazer acontecer, é uma trama, é uma rede, um conjunto de ações direcionadas para tal, assim como mão de obra, fábricas, estradas, circulação, financiamento bancário, seguro, mercado consumidor, entre outros.

Fatores de proximidade atuam concomitantemente em diferentes escalas de poder do e no local ao global/mundial e vice-versa, pode ser de forma harmônica ou não, unidirecional ou não, esses fatores de proximidade criam a ideia ou o sentimento de “pertencimento” a obra, por isso, o *marketing* de que “você também faz parte disso”, “é para você”, “gerando desenvolvimento” entre outros, busca-se uma integração ao projeto, uma atmosfera ideológica é criada, por exemplo, quando uma empresa de longa data sai do lugar, ou é desestruturada, ou falida, fica nas pessoas, antigos funcionários um sentimento de perda emocional, financeira e de auto estima do lugar.

## Bibliografia

---

- BENKO, Georges. Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERTAGLIA, Paulo R. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. São Paulo. Saraiva. 2009
- COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A.. As economias extrativas e o subdesenvolvimento da Amazônia brasileira: contribuições do Prof. Stephen Bunker. Novos Cadernos NAEA, Belém-PA, v. 8, n.1, p. 5-17, 2005.
- COSTA, Reinaldo C, NUNEZ, Cecilia V. Biodiversidade e cadeias produtivas: potencialidades sinérgicas. In: COSTA, R. C., NUNEZ, C. V. (org.) Cadeias produtivas e seus ambientes. Manaus. Ed. Inpa. 2017.
- COSTA, Reinaldo Correa Costa, FERREIRA, Bárbara Evelyn da Silva;. Mercado e Biodiversidade em Manaus-Am. In: COSTA, Reinaldo Correa; FERREIRA, Barbara Evelyn da Silva; NUNEZ, Cecília Verônica (Org). Mercado e Biodiversidade. Manaus: Editora INPA, 2015.
- COSTA, Reinaldo C. Xingu-Transamazônica: linha de quedas, territorialidades e conflitos, Tese (doutorado), geografia/USP. 2004.

- DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento Regional: Por que algumas regiões e outras não? - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010
- GERVAIS-LAMBONY, Philippe., DUFAUX, Frédéric. Espace et Justice: ouverture et ouvertures. In: GERVAIS-LAMBONY, Philippe. et. al. (orgs.) Justice et injustices spatiales. Paris. PUPO. 2010.
- KRUGMAN et. a.: 2002: 95 FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. Economia Espacial: Urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.
- LEFEBVRE: De La Presencia y de La Ausencia. México. FEC. 1983 1983
- MARX, Karl. O Capital. Livro 3º, cap. 48, Vol. VI. 4ª ed. São Paulo. Difel. 1985.
- \_\_\_\_\_ O Capital. O processo e produção do capital. Vol. 1. tomo I. Cap. V. São Paulo. Abril. 1985b.
- MARKUSEN, Ann. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (ORG). Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MASSEY: 2008; MASSEY, Dorren. Pelo Espaço. Rio de Janeiro. Bertand. 2008.
- PECQUEUR: 19: 1996 PECQUEUR, B. Introduction. In: Pecqueur, B. Dynamiques Territoriales et Mutations Economiques. Paris. Harmattan. 1996.
- PINHO, Diva B., VASCONCELOS, Marco A. S de. (org.) Manual de Economia. São Paulo. Saraiva. 2004.
- RAFFESTIN, 1993, p. 144 RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. Editora Ática. São Paulo, 1993
- RANGEL. Ignácio. **Recursos Ociosos e Política Econômica**. In: Obras Reunidas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;
- \_\_\_\_\_. **O papel da Tecnologia no Brasil**. In: Obras Reunidas. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b;
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. – 11ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Edusp, 2008b
- \_\_\_\_\_. Economia Espacial. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003

- \_\_\_\_\_ .O Dinheiro e o Território. GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – 1999.
- \_\_\_\_\_. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Editora Hucitec. São Paulo, 1997
- SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro. Bertrand. 1988.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – As metáforas do capitalismo. In: Revist a Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 101-117, jul./dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. Política e Território: A Geografia das Desigualdades.. Texto apresentado no Fórum Brasil em questão – Universidade de Brasília. Disponível em: < [http://www.territorial.org.br/ins\\_biblioteca.htm](http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm) > . Campinas, 5 jun. 2002.
- TEIXEIRA, Sebastião. Gestão Estratégica. Lisboa. Escolar Editora. 2014.



# ELEMENTOS DA CADEIA PRODUTIVA DO CAMU-CAMU NO ESTADO DO AMAZONAS

Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês

Reinaldo Corrêa Costa

## Introdução

---

O camu-camu é a base para diversas cadeias produtivas, como de: polpas de frutas, refrigerantes, medicamentos, vitamina C, licores e assim por diante, por isso é uma matéria-prima e um recurso natural.

Identificamos os produtos à base de camu-camu e seus processos de produção, que perpassam ou são consumidos em Manaus, porque as formas como são produzidos é a condição (econômica, social, política, regulatória, tecnológica, entre outras) necessária para: identificar o tipo de cadeia produtiva, em qual circuito da economia está inserido, e se o produto e seus derivados se apresentam como uma inovação biotecnológica no mercado.

## Cadeia produtiva e o espaço do camu-camu

---

A cadeia produtiva foi trabalhada em um tripé com primazia espacial: Espaço, Território e Paisagem. Destacamos esta primazia, pois partimos do pressuposto que o espaço é um *fator* da evolução social, não apenas uma condição (SANTOS,1988).

O movimento de cadeia se apresentou nos ângulos desse tripé como uma escolha metodológica de analisá-la além do sentido econômico. Visando que as ações sujeitantes e sujeitadas desta categoria não acontecem no vácuo, às

bases que se materializam são concretizadas junto com as abstrações (Gestão, planejamento, estratégia) nos princípios lógicos do tripé. (TABELA 1)

**Tabela 1-** Princípios lógicos do tripé espacial

| <b>CATEGORIAS</b> | <b>CATEGORIAS DE CATEGORIAS</b>   |
|-------------------|---|
| Espaço            | Localização, distribuição, distância, extensão, posição, escala, <i>organização do espaço e no espaço</i> |
| Território        | Região, Lugar, rede, <i>Gestão</i>  |
| Paisagem          | Arranjo, configuração, <i>monitoramento</i>   |

Fonte: adaptado de Moreira, 2008

O objetivo aparente dos estudos de cadeia produtiva é identificar onde começa e termina as mercadorias, mas estas abordagens não são suficientes para entender e identificar a dinâmica organizacional, de gestão e de operacionalidade de cada etapa encadeada, pois são abordagens simplórias que, somente, tratam de gargalos, estrangulamentos e maior eficiência de produção (COSTA, NUNEZ, 2015). Nosso propósito ultrapassa o sentido aparente de cadeia, a análise da essência do movimento é que se apresenta como importante, pois por meio dela é possível identificar as conexões ou as relações sociais (econômica, política, cultural...) inerentes a um determinado produto. (COE, KELLY, YEUNG, 2012).

A noção de “Cadeia” (tanto a de valor, como a de suprimentos e a produtiva) está direcionada pela a conexão interdependente de etapas sucessivas, onde cada etapa não é ato isolado, mas um complemento da outra. Desta forma a cadeia de valor de uma empresa é um sistema de atividades interdependentes conectadas por elos. Esses elos surgem quando a maneira como a atividade é desempenhada afeta o custo ou a eficácia de outras. (PORTER, MILLA, 2009)

Neste sentido, com base em Ferreira (2015), a noção de cadeia de valor está aprimorada para a estruturação interna de uma empresa e de seus processos. Não correspondendo como o “todo” e sim como “parte” deste trabalho, pois a noção de cadeia de valor não nos dá suporte de análise da distribuição espacial além dos processos produtivos “... como os fatores sociais, culturais, ambientais, político desigualdades e injustiças espaciais” (FERREIRA, 2015).

A cadeia produtiva é a totalidade, as outras estão contidas e são subsumidas pela cadeia produtiva. Em uma cadeia produtiva é muito difícil ou quase impossível fazer uma gestão de seu funcionamento, a *gestão* se aplica para as cadeias de valor ou de suprimentos. No caso das cadeias produtivas é possível identificar, mapear, interferir em partes, mas em sua totalidade é muito difícil, principalmente as mais longas, isto é, as que demandam muitos processos tecnológicos (COSTA, NUNEZ, 2015).

A confusão ocorre, também, em relação à categoria *circuito espacial de produtivo*, onde Castillo e Frederico (2010) apontam que tal noção enfatiza a um só tempo, a centralidade da circulação do espaço (*espacial*) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante. Da mesma forma, Billacrês (2013), procurou distinguir tal conceito do de cadeia produtiva, no qual, conforme o autor para o entendimento do funcionamento do território a abordagem de *circuito espacial de produção* captaria os movimentos, pois eles são definidos pela circulação de bens e produtos, oferecendo uma visão dinâmica de como os fluxos perpassam o território (SANTOS, SILVEIRA, 2008).

Castillo e Frederico (2010) e Billacrês (2013) admitem que tais categoriais se confundam, entretanto, o último aponta que os dois se relacionam, pois, são movimentos espaciais, isto é, oscilam no espaço. Já os primeiros, apontam as semelhanças entre as categorias-, pois tratam-se de apreender a unidade de diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo), acompanhando todas as etapas de transformação e agregação de valor pelas quais passam um produto, da produção ou extração da matéria-prima até o consumo final, bem como os diversos serviços associados à distribuição, armazenamento, comercialização, crédito, pesquisa e desenvolvimento- mas, concluíram que a cadeia produtiva por ter surgido no âmbito da administração de empresas e da busca por maior racionalidade econômica considera o espaço e a região, como parte de um “ambiente externo”, como um fator que pode afetar, positiva ou negativamente, o processo produtivo. (CASTILLO, FREDERICO, 2010).



Billacrês (2013) identifica que a expressão *circuito espacial de produção* é uma expressão geográfica, desta forma de caráter disciplinar. Compreenderemos, neste trabalho, que assim como o *circuito espacial de produção*, a cadeia produtiva é um movimento e que oscila no espaço, com isso não sendo um “ambiente externo”; pois a racionalidade econômica é e tem implicações sócio espaciais, no qual, as suas ações não têm impacto isolado, mas consequências enquanto totalidade, tendo: uma forma, uma estrutura, um processo e uma função, que afetam as instâncias sociais e políticas.

Como este trabalho tem um caráter multidisciplinar, a categoria *cadeia produtiva* será a utilizada, pois acredita-se que a *cadeia produtiva* é o *circuito espacial de produção* (ou produtivo) do geógrafo, desta forma, sendo trabalhados aqui como sinônimos, pois identificamos que o processo produtivo (produção-distribuição-circulação-consumo), inserido nas duas categorias, se dão no espaço, de forma desagregada, mas não desarticulada, a importância que cada um daqueles processos tem, a cada momento histórico e para cada caso particular ajuda compreender a organização do espaço (SANTOS, 1988).

Quando analisamos o espaço (espacialidade e espacialização) do camu-camu perpassamos por estas direções, pois a localização dos estabelecimentos produtivos, deste produto, é afetada por estas etapas da cadeia produtiva. Há algo inerente às duas categorias, e que Castillo e Frederico (2010) chamaram a atenção para o circuito espacial produtivo, envolve a ideia dos dois circuitos da economia urbana, o espaço dividido de Santos (2008). Esses conceitos podem ser e foram trabalhados de maneira complementar, uma vez que tanto o circuito inferior quanto o superior fazem parte do circuito espacial produtivo (ou cadeia produtiva) de tamanho e características técnicas e organizacionais distintas (CASTILLO, FREDERICO, 2010).

Santos (2008), por meio desta ideia de espaço dividido propõe uma abordagem de modernizações tecnológicas de produção, no qual, produtos de sistemas tecnológicos são controlados pelo poder das indústrias em grande escala, e as repercussões deste período histórico no espaço são profundas, passível de divisão. Onde o circuito superior, origina-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos que são os monopólios.

E o circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres, é ao contrário, bem enraizado e mantém relações com a sua região, compreendendo atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato, o extrativismo, no nosso caso, assim como transportes tradicionais e a prestação de serviços.

Identificou-se em trabalhos de campo, e alguns autores – como Carvalho e Costa (2013), Carvalho (2010), Ferreira, Costa e Nunez (2011) e Ferreira (2010)- que a *cadeia produtiva oriundos da biodiversidade* no qual, o camu-camu está inserido, começa no circuito inferior e termina no circuito superior, como veremos mais à frente. Estas atividades atreladas à produção, circulação, distribuição e consumo, tem merecido a atenção, devido, as atividades econômicas, tecnológicas, políticas e sociais ligadas a elas. (BATALHA, SCARPELLI, 2005). A operacionalidade desta categoria tem sido muito associada aos estudos de *agro* negócios e *agro* industriais. Isto se deve a origem destes estudos, *analyse de filière*.

Castillo e Frederico (2010), apontam que a análise de *filière* acontece de jusante (mercado) a montante (produtos primários), nesta lógica de procedimento metodológico este trabalho começou com pesquisas em feiras de produtores, supermercados, com intuito de encontrar derivações de produtos de camu-camu e em busca dos produtores, para analisar o movimento de produção-circulação-distribuição-consumo como um todo, pois a gestão de cadeias produtivas acontecem quando todo o processo é conhecido e organizado, pois cada elemento possui relações recíprocas e suas relações com a sociedade assim como com a espacialidade circundante

Este processo é condicionado pelas dimensões qualitativas e quantitativas (preço, peso...) de cada elemento, pois cada etapa deste processo tem uma organização e gestão própria do espaço, acarretando possivelmente na produção ou reprodução de territórios. (COE, KELLY, YEUNG, 2012)

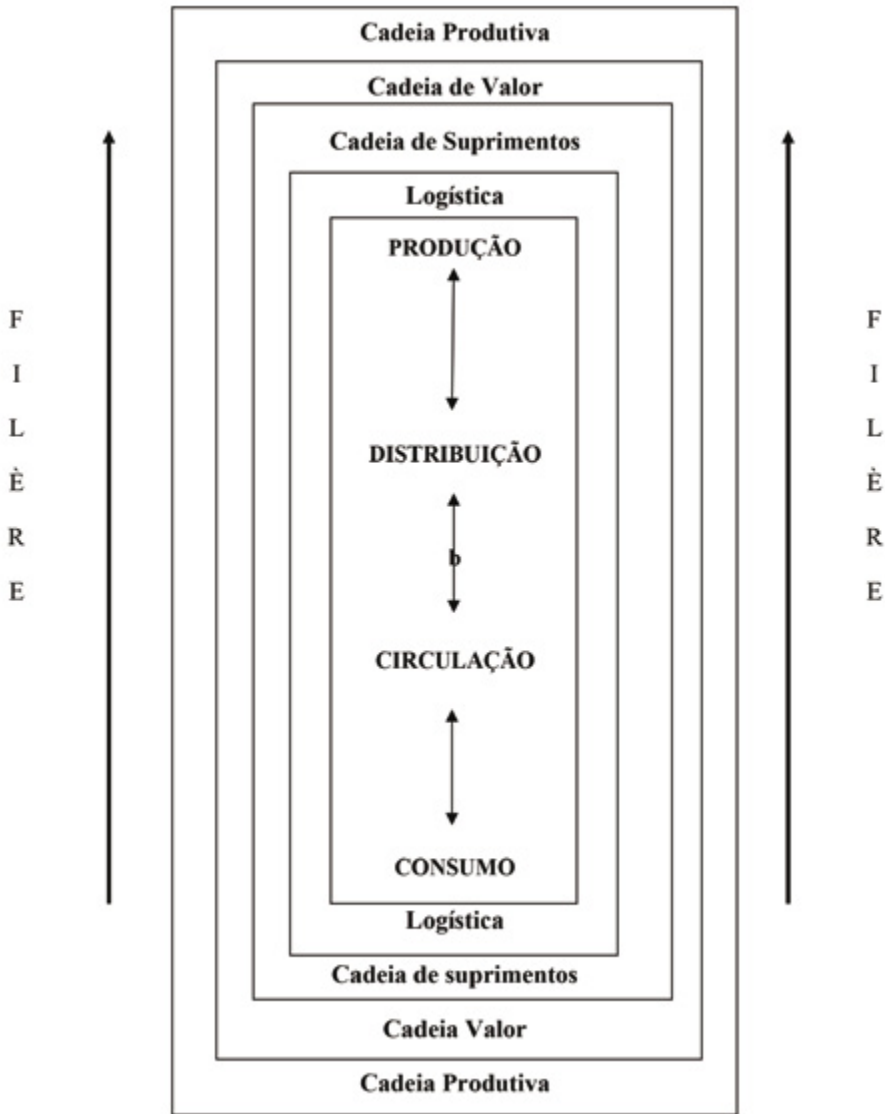
A cadeia produtiva foi trabalhada como movimento espacial, ao lado de fatores sociais, culturais e institucionais para a compreensão da dinâmica econômica, onde o espaço é visto como uma instância, que se correlaciona com as outras instâncias sociais, políticas, culturais (SANTOS, 2008); com

isso possibilita identificar as conexões e interdependências entre os diferentes trabalhadores, consumidores, empresas e instituições envolvidas nas histórias e complexas “*viagens*” da mercadoria (COE, KELLY, YEUNG, 2012)

A noção de cadeia produtiva que nos propomos se fundamenta: (i) identificar o espaço total da cadeia produtiva; (ii) identificar dificuldades e capacidade ociosa nas diferentes fases ou etapas no processo produtivo; (iii) identificar as relações de produção; (iv) identificar insumos, políticas públicas de investimento e apoio, técnica e tecnologias, assim como o *marketing* envolvido; (v) identificar os setores de comercialização nos mercados; (vi) identificar a competitividade e concorrência em cada fase ou etapa e na totalidade, assim como no produto final; (vii) fundamentar ações de políticas públicas por identificação do setor, lugar ou região e as classes (sociais e de renda) envolvidas. (COSTA, NUNEZ, 2015).

E mais, ela (cadeia produtiva) se apresenta com integração das suas noções derivadas (logística, cadeia de suprimentos, cadeia de valor..) e o *filière* (do qual a sua noção é originada) se apresenta como uma direção metodológica inicial para quem trabalha com cadeia produtiva, ou seja, no nosso caso iniciamos nosso trabalho em feiras (jusante) para chegarmos aos produtores (montante). (FIGURA 1)

**Figura 1-** A cadeia produtiva com a integração de suas derivações e a direção metodológica.



Tendo como base a noção de cadeia produtiva de Costa e Nunez, 2015  
Org: BILLACRÊS, 2018

Os fatores (sociais e naturais) que compõem e são considerados na cadeia produtiva devem ser enxergados como integrantes de um sistema. As pro-

duções sobre a biodiversidade, *agro* (ou *bio*) industrial, são identificados e tratados num conjunto de atividades em que Batalha e Scarpelli (2005) classificaram em duas dimensões internas e uma externa. Uma das dimensões internas é longitudinal e define um encadeamento de operações técnicas, comerciais e Logísticas, o qual permite que dada matéria-prima de origem agropecuária (e da biodiversidade) seja produzida e transformada e chegue às mãos do consumidor final ou, conforme o interesse da análise, às mãos de um agente que ocupe posição intermediária na cadeia produtiva. (BATALHA, SCARPELLI, p.12 2005).

A outra dimensão interna é transversal e compreende, para determinado segmento (no nosso caso da biodiversidade-, transformação, distribuição, etc.) da cadeia produtiva, um conjunto de materiais, processos e produtos, assegurado por agentes organizados de diversas formas. Tal organização dos agentes pode, ainda segundo a dinâmica competitiva do segmento estudado, traduzir-se em comportamentos mais ou menos cooperativos ou antagônicos. Essa organização, na verdade, traduz-se, de forma mais ou menos explícita, na configuração de rede de empresas. Por outro lado, a dimensão externa desse sistema produtivo está relacionada ao ambiente institucional (pública, privada) no âmbito do qual o sistema evolui. (BATALHA, SCARPELLI, p.13 2005).

É possível identificar outras escalas de circuitos produtivos (macro, meso, micro), as cadeias de valor, as cadeias de suprimentos que compõem a cadeia produtiva do *camu-camu* (dos produtos da biodiversidade), visto que cada etapa ou segmento possuem sujeitos (sujeitantes e sujeitados) específicos, com ações totais ou individuais, mas que fazem parte de um todo, sendo encadeados a outros processos ou fatores sociais (políticos, econômicos, culturais) e fatores naturais.

Identificar estes fatores (sociais e naturais) contribui para o gerenciamento dos sistemas *agro* (ou *bio*) industriais que devem ter por origens as especificidades e as particularidades de produção, que conforme Batalha e Scarpelli (2005) são:

- Sazonalidade da produção agropecuária: Grande parte das matérias-primas da chamada agro (bio) indústria de primeira transformação é obtida diretamente da atividade agropecuária, no nosso caso biodiversidade.

- O camu-camuzeiro de várzea frutifica entre os meses de novembro a março. Na terra firme, onde o camu-camu tem demonstrado boa adaptação, a floração ocorre durante praticamente o ano inteiro, sendo que os menores índices de produção ocorrem entre os meses de abril a julho. Essa condição faz com que seu provisionamento seja sujeito a regimes de safra e entresafra. E essa característica introduz dificuldades importantes para a rentabilidade dos capitais investidos e para o planejamento e controle da produção agro (bio) industrial.

- Variações de qualidade do produto agropecuário: A qualidade da matéria-prima e do produto final agropecuário (e da biodiversidade) está sujeita às variações climáticas e às técnicas de cultivo e manejo empregadas.

Por sua vez, as características da matéria-prima afetam a qualidade final dos produtos transformados, em particular, a padronização e a regularidade de padrões de qualidade do produto acabado. Por isso, indústrias e fornecedores vêm impondo padrões tecnológicos cada vez mais rígidos aos produtores primários. A superação nas variações das características dos produtos é um dos principais pontos considerados pelos clientes (consumidores finais ou industriais) no julgamento da qualidade de um produto, o qual normalmente implica critérios de remuneração diferentes.

No caso do camu-camu, as bioindústrias que trabalham com o fruto, não apresentaram preferências entre camu-camu de várzea ou camu-camu de terra-firme (mesmo que este último apresente menor quantidade de vitamina C), pois os camponeses (a base da cadeia produtiva de camu-camu), por meio, do extrativismo não fazem seleção do fruto. As exigências feitas pelas bioindústrias são que as coletas do camu-camu devem ser realizadas cuidadosamente, para evitar danos aos frutos, tipo: golpes e rachaduras, fungos, murchar, danos causados pela temperatura inadequada, áreas descoloradas, amolecimento.

- Percibilidade da matéria-prima: Outra faceta importante que afeta a gestão das unidades agroindustriais e da produção agropecuária (e da biodiversidade) em geral é a percibilidade dos produtos e das matérias-primas.

Grande parte das agroindústrias trabalha com produtos perecíveis que não podem ser estocados e devem ser transformados rapidamente, após a colheita ou tão logo cheguem à instalação industrial, é o caso do camu-camu que não pode ser estocado, ao ser extraído tem que ser trabalhado imediatamente. Essa característica também afeta de maneira importante a produção agropecuária (e da biodiversidade), pois introduz problemas de logística de provisão e de planejamento.

- Sazonalidade de consumo: Algumas agroindústrias estão sujeitas a significativas variações de demanda segundo datas específicas ou segundo as variações climáticas ligadas às estações do ano. O impacto dessas variações de demanda no planejamento e no controle da produção agroindustrial é extremamente importante e afeta os agricultores e os demais agentes do sistema. A sazonalidade do camu-camu, por exemplo, são nos meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio, nesse período são encontrados com maior facilidade nas feiras de Manaus (RABELO, 2012)

- Percibilidade do produto final: A maioria dos produtos agropecuários (e da biodiversidade), processados ou não, apresenta alto grau de percibilidade. Na maioria dos casos, a qualidade do produto final está largamente associada à velocidade com que o produto é disponibilizado ao consumidor.

- Qualidade e vigilância sanitária: É crescente o número de normas para controlar o processo de produção e a qualidade do produto levado ao mercado e/ ou utilizado como insumo, em alguns casos, como produtos considerados como *potencialidades econômicas*, o crescente número de normas se apresentam como *gargalos* para a produção das empresas.

Com este contexto, a noção de cadeia produtiva (muito mais no nosso contexto, de biodiversidade, bioindustrial) na sua essência, pelos encadeamentos de suas etapas (produção-distribuição-circulação-consumo), e além do mais pela distribuição destas atividades- vistas como manifestação do fenômeno

social total (SANTOS, 2012) - efetiva seus valores somente no lugar em que se manifesta em conjunto com as outras atividades.

Com isso, a divisão territorial do trabalho ganha certo destaque, pois ela cria hierarquia e denominações entre lugares, onde a sua distribuição espacial redefine a capacidade de agir dos sujeitos (sujeitantes e sujeitos), firmas e instituições (SANTOS, 2012), agentes que fazem parte do funcionamento de uma cadeia produtiva, que apresenta em seu conjunto divisões de trabalho sobrepostas num mesmo momento histórico, sendo identificadas e diferenciadas pelas escalas (local, regional, global) de ações e resultantes das cadeias produtivas, onde "...a prática depositada nas coisas, tornada condições para as novas práticas" (SANTOS, p.140 2012).

Nesse contexto de abordagem que propomos cadeia produtiva, podemos encontrar as especificidades dos *lugares* de camu-camu, abordando-o de como os processos econômicos são constituídos em múltiplas escalas, pois as relações sócio-espaciais que o fruto está envolvido estão dentro e em todas as escalas, pois os seus lugares podem tomar todas as formas e tamanhos (COE, KELLY, YEUNG, 2007).

Desta forma, a localização é um momento de intenso movimento do mundo, apreendido em um ponto, o lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social (SANTOS, 1988). Baseando-se em Coe, Kelly e Yeung (2012) identificar as concentrações e as dispersões de lugares que envolvem uma cadeia produtiva, ainda mais numa economia global contemporânea, economia que as cadeias de biodiversidades estão inseridas, o camu-camu ao ser consumido no Japão, Estados Unidos se inserem neste contexto, é muito difícil, mas preciso, pois determinando os sujeitos ligados entre si em toda a economia, é possível revelar a distribuição desigual de valores e benefícios de desenvolvimento econômicos associados, entre os diferentes pontos ao longo da cadeia.

A cadeia produtiva revela os seus processos de governança, ou seja, quem controla, quem tem o poder. Coe, Kelly e Yeung (2012) apresentam duas coordenadas: cadeias orientadas por *produtores* e cadeias orientadas por *compradores* (esses compradores não são consumidores finais, mas varejistas, co-



merciantes e atacadistas que trazem esses produtos aos consumidores finais). A cadeia orientada pelos *compradores* (varejistas, comerciantes, atacadistas) tendem ser encontradas nas indústrias de grandes varejistas e de marcas *merchandisers*, desempenhando um papel central no estabelecer de mercadorias, “These commodity chains are characterized by buyers who have the power and capacity to dictate the production terms and even standards of their suppliers/producers.”<sup>1</sup> (COE, KELLY, YEUNG, p.236, 2012)

A cadeia orientada por *produtores* se caracteriza por muitos capitais e indústrias de tecnologia intensiva, tais como produtos farmacêuticos e máquinas para a produção. Este tipo de cadeia tem aspectos na realidade amazônica, e ocorre no que Ferreira (2013) aponta para espécies da biodiversidade com maior tradição no mercado, ou seja, cadeias produtivas consolidadas, como: açaí, buriti, maracujá, castanha do Pará/Brasil, cupuaçu, andiroba, copaíba.

A cadeia produtiva de camu-camu se aproxima mais da cadeia orientada por *produtores*, visto quem trabalha com esta espécie a rentabilidade e a lucratividade são sensíveis aos volumes de produção e a capacidade de desenvolvimento de novos produtos e mercados, sendo ainda muito dependente de varejos e revendedores (feirantes que vendem o fruto *in natura* ou a polpa de frutas).

As duas coordenadas das cadeias produtivas, direcionadas para a cadeia produtiva de camu-camu no estado do Amazonas, têm o camponês como base inicial dos encadeamentos do processo produtivo, pois ambas dependem da valorização e da valoração social que este sujeito *sujeitante* (pois, as suas atividades de coleta do camu-camu são que iniciam o processo de produção) e sujeito *sujeitado* (porque, as informações: preço, quantidade, qualidade, mercado, regulamentações... contidas ao longo da cadeia irão impactar na sua produção.) possui em relação ao fruto.

Visto que cadeia produtiva não existe de forma isolada, pois acaba se mantendo em relação com uma ou com várias outras cadeias (BATALHA, SCAR-

1 Estas cadeias são caracterizadas por compradores que tem o poder e capacidade de deter os termos de produção e até mesmo padrões de seus fornecedores/produtores. Tradução livre

PELLI, 2005), por exemplo, a cadeia produtiva de camu-camu, pode possuir relação com a cadeia produtiva das embalagens de polpas de frutas, ou relação com a cadeia produtiva de aspirinas de vitamina C, ou relação com as cadeias produtivas de suplemento alimentar, entre outras.

A relação entre si não significa que elas não sejam competitivas entre si, a atribuição, manutenção e consolidação de uma cadeia está muito ligada ao que Porter (2009)-visto que este autor trabalha estas forças competitivas entre empresas, mas elas se colocaram aptas para este estudo, pelo fato de as cadeias produtivas da biodiversidade se apresentarem em competição de popularidade/aceitação, de lucratividade das bioindústrias, e de espaços de venda nas feiras- denomina de cinco forças competitivas, visto que cada cadeia produtiva possui um lucro. As forças competitivas são: clientes, fornecedores, entrantes potenciais, produtos substitutos e a rivalidade entre os atuais concorrentes.

Com isso, identificamos que o mercado de camu-camu no estado do Amazonas, principalmente em Manaus, maior quantidade consumida é de produto *in natura*, pois além de ser consumida nas feiras, as bioindústrias localizadas na capital: Magama, Licores da Amazônia e no interior: Cupuama, Wotürü, Cooptur, compram o fruto para depois destinar as suas produções em Manaus.

As ameaças de novos *entrantes* injetam nova capacidade e nova disposição para conquistar a participação no mercado (PORTER, 2009); analisamos se o camu-camu é uma ameaça de *invasão* no mercado, e quais foram as suas modalidades de invasão, ou seja, qual o seu setor de atuação: polpa de frutas, extratos vegetais, produto *in natura*, licores, cosméticos, nutracêuticos, alimentos e bebidas, entre outros. Com base em Porter (2009), foi identificado as barreiras de entrada no mercado da biodiversidade, que apresenta sete barreiras de entradas: economias de escala ao lado da oferta, benefícios de escala ao lado da demanda, custos de mudanças de clientes, necessidade de capital, vantagens das empresas estabelecidas, acesso desigual aos canais de distribuição, políticas públicas restritivas.

No camu-camu, as principais barreiras identificadas até momento são:

a) *economias de escala de espécies já consolidadas*: espécies já consolidadas como açai, cupuaçu, andiroba, copaíba, buriti, entre outros fazem com que diversos mercados (feiras, bioindústrias) sejam receosas em investir em novas espécies. A entrada (ou interesse) do camu-camu no mercado da biodiversidade no cenário amazonense possui, até então, dois vieses. O *primeiro* é caracterizado por maior participação no *circuito inferior* da economia, onde o principal *lugar* de consumo são as feiras municipais, com a comercialização *in natura* e em polpas de fruta, este cenário já possui uma média de 20 anos. O *segundo* viés, com destaque para a participação das bioindústrias, com o intuito de produção dos ativos biológicos tomou destaque a partir de 2010, com a comercialização de licores, doces, suplementos, entre outros.

b) *custos de mudanças dos clientes*, custos que ocorrem para o novo produto conquistar clientes; c) *necessidades de capital*, necessidades de efetuar grandes investimentos, não só com instalações físicas, mas também em estoques e em despesas pré-operacionais, um exemplo, é a empresa *Magama Industrial Ltda* que para a entrada de um novo produto, suplemento alimentar, baseado no camu-camu, investiu na compra de máquinas que transformar-se o fruto em pó seco, essa tecnologia veio importada da China<sup>2</sup>;

d) *Políticas públicas* podem facilitar ou dificultar as entradas nos mercados, e a para nosso contexto é a aplicação de políticas agrícolas (atividade base para o mercado da biodiversidade). O *poder dos fornecedores*: é outra força competitiva, em nosso contexto, identificamos: o local de aquisição da espécie, quem são, o modo de estocagem, a qualidade do serviço, quais são as bioindústrias abastecidas por eles, quais são os custos ao trabalhar com o camu-camu, quais são as espécies diferenciadas que competem com o camu-camu. Este esforço de identificação contribui para capturar a agregação ou criação de *valor* do fruto.

O *poder dos clientes*: Identificaram-se os fornecedores, para captar o *valor* agregado da espécie. Além do mais detectar: quais as quantidades adquiridas, se a padronização (*in natura*, polpas) na compra dos produtos, se é para consumo final ou revenda (varejo). A *ameaça de substitutos*: “Os substitutos desempenham função idêntica ou semelhante à do produto. Videoconferência

2 Trabalho de campo realizado na empresa Magama no dia 11/03/2016

é substituto de viagem. Plástico é substituto de alumínio. E-mail é substituto de postagem expressa” (PORTER, p. 17, 2009).

O camu-camu no mercado da biodiversidade no estado do Amazonas, é apresentado como uma *potencialidade econômica*, e quando utilizado pelas bioindústrias, se apresenta como um fruto de baixa produção, como veremos mais à frente.

Nas bioindústrias: Cupuama e Magama, na primeira o fruto se apareceu como um produto principal, para a produção de polpas, ao lado do cupuaçu, mas, posteriormente o governo do estado que era o principal consumidor (merenda escolar), teve preferências por outros frutos. A Magama, por sua vez, transformou o uso do camu-camu como um dos seus produtos principais, para a produção de extrato-seco do fruto, para a produção de suplemento alimentar.

Desta forma, o camu-camu no estado do Amazonas não se apresenta como *substituto*, mas como um produto de complemento de lucro, para as bioindústrias, pois quando está no período de safra do produto, as bioindústrias que trabalham com a produção de polpa para não ficarem com *capacidade ociosa*, produzem polpa de camu-camu. Ampliando a escala de análise, na Amazônia peruana, o camu-camu se apresentou, inicialmente como um *substituto*, por possuir maior quantidade de Vitamina C em relação as frutas: Maracujá, Limão, Acerola, Abacaxi, caju, (PROAPA-GTZ, 2000), e devido a boa aceitabilidade no Japão, principal consumidor, o camu-camu se tornou o produto principal.

E por fim, a *rivalidade entre os concorrentes*: o camu-camu quanto produto principal, terá a rivalidade com os outros produtos das seguintes formas: competição de preços, variedade de novos produtos baseados na espécie, *marketing*, percibibilidade entre outros requisitos.

Em todo este contexto, nossa proposta de *cadeia produtiva* vai além do processo de *origem-destino*, mas itens como processo de produção, construção social, relações sociais (econômicas, políticas, culturais), formam a cadeia produtiva até o consumidor final, no sentido que as etapas deste processo ocorrem no âmbito espacial.

# O Circuito Superior e o Circuito Inferior do Camu-camu

A organização espacial da cadeia produtiva do camu-camu é identificada por dois circuitos espaciais de produção: circuito inferior e o circuito superior (SANTOS, 2008).

Na cadeia produtiva de camu-camu, identificou-se, conforme Santos (2008) que os elementos espaciais são os mesmos, mas variam qualitativamente e quantitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e o seu processo de fusão. A combinação diferenciada dos elementos ocorre no fluxo do camu-camu entre os circuitos espaciais de produção, pois as modernizações tecnológicas que atingem ambos os circuitos, com intensidades diferentes, são evidenciados por seletividades espaciais, no nível econômico e social.

Isto é evidenciado, nas diferentes mercadorias derivadas do camu-camu (Tabela 2), onde a constituição de valor monetário das mercadorias aumenta ao passar por todas as etapas da cadeia produtiva, devido a inserção de Biotecnologia, Bioprospeccção, preocupação ecológica e outros fatores, que acarretam uma alteração no mercado impulsionado pela competição monetária.

**Tabela 2** - Produtos derivados do camu-camu

| PRODUTOS DERIVADOS DO CAMU-CAMU                      |            |
|--|------------|
| Produtos   | Preço      |
| Camu-camu (granel de 100g)                           | R\$ 10,00  |
| Mudas de camu-camu (60 cm)                           | R\$ 50,00  |
| Muda de camu-camu                                    | R\$ 20,00  |
| Farinha de camu-camu liofilizado em pó-500g          | R\$ 59,90  |
| 5 sementes de camu-camu                              | R\$26,90   |
| 60 cápsulas de 400 mg de camu-camu-empresa Maxinutri | R\$ 21,52  |
| Extrato de camu-camu 1600mg                          | R\$ 28,92  |
| Fuitrients camu-camu, 1000mg, 60 cápsulas            | R\$ 118,65 |
| Navitas organics, bruto de camu-camu em pó           | R\$ 51,60  |

Org: Billacrês, 2018

Fonte: lista.mercadolivre.com.br/camu-camu

Onde as organizações produtivas (extrativistas, bioindústrias) devem se complementar para criar valor, que é a capacidade de atender ou de superar as necessidades dos clientes (PORTER, 2009)

No caso das *cadeias produtivas oriundas da biodiversidade* o circuito que se beneficia *indiretamente* da modernização tecnológica beneficia *diretamente* o circuito que foi criado em função dos progressos tecnológicos, pois a tecnologia do ponto de vista econômico, social, político, além de ser seletiva espacialmente, são para precipuamente dominar a natureza (COSTA, NUNEZ, 2017), onde as atividades de um circuito se tornam elementos pré-estabelecidos para a criação e a atividade do outro.

O circuito inferior do camu-camu se encontra na etapa de *produção* da cadeia, onde o sujeito (sujeitante e sujeitado) base é o *camponês* e o seu espaço geográfico de produção é o espaço rural/agrário. É neste espaço geográfico, que como afirma Moura (1986), que o camponês como trabalhador se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. Este sujeito (sujeitante e sujeitado), devido aos variados nomes culturais e institucionais, ou oriundos das escolas econômicas, pode vir com os mais variados nomes: caboclo, ribeirinho, agricultor familiar, pequeno produtor (COSTA, NUNEZ, 2017).

Independente da nomenclatura, o sistema produtivo do camu-camu utilizado pelo camponês é o extrativismo vegetal, onde há a coleta do fruto, que é *recurso* proporcionado pela natureza. Este se caracteriza por ser um pequeno produtor familiar no campo, onde seu trabalho compreende segundo Santos (1984) na “personificação da forma de produção simples de mercadorias, (p. 69)”, ou seja, Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M). Sendo contrário, a produção capitalista expressa na fórmula: D-M-D. Desta forma, a produção camponesa tem lugar fora das relações de produção capitalista, não implicando qualquer produção de mais-valia e não precisa gerar lucros. (BOTTOMORE, 2001)

Na realidade empírica vivenciada em Manaus, Silves e Itacoatiara, os camponeses que fornecem os recursos naturais para a produção de bioprodutos são dependentes de instituições sociais, como: associações (ASPAC, AVIVE),

cooperativas (COOPTUR, COPRONAT), Mercados (feiras municipais) para a sua inserção na lógica capitalista.

No município de Maraã, onde há grandes quantidades de camu-camu e ausência de bioindústrias, os camponeses das comunidades do município extraem o produto como complemento de renda, desta forma o camu-camu *in natura* abastece somente o mercado local, podendo o fruto ser encontrado na feira municipal da cidade e nas escolas (FIGURA 2)

O camponês é “a galinha dos ovos de ouro”, do capitalismo, que não deve se matar (ROMEIRO, 1998), pois é o elemento inicial das cadeias produtivas dos bioprodutos. No estado do Amazonas, as instituições de pesquisa, como: Embrapa, INPA, UFAM, UEA e as bioindústrias pesquisadas: licores da Amazônia, Magama, Cupuama, Wotüru, ASPAC/COOPTUR, e AVIVE, são dependentes do camponês, que é a base produtivas para as suas finalidades.

Além destes sujeitos identificados, outros elementos que movimentam a cadeia produtiva de camu-camu no estado do Amazonas, são também dependentes do campesinato, como: Transferência de tecnologias, produção de conhecimentos, legislações, mercados e relações comerciais. (Figura 3). O circuito superior da cadeia produtiva do camu-camu é dependente do circuito

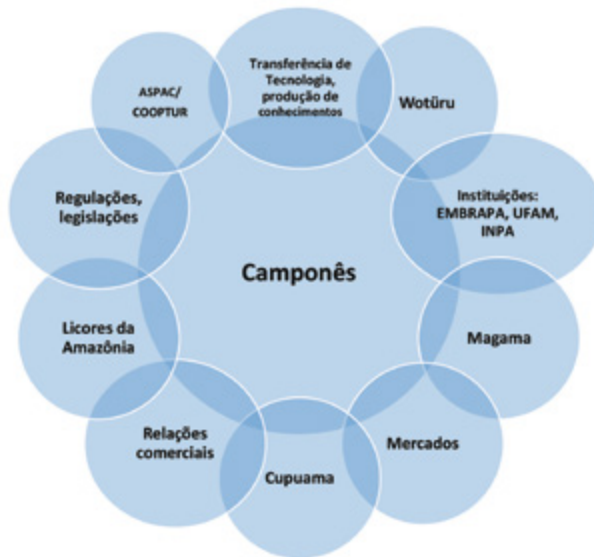
**FIGURA 2-** CAMU-CAMU IN NATURA- MARAÃ (AM)



Os camponeses no município de Maraã vendem o camu-camu nas ruas, com bacias cheias de camu-camu; na feira da cidade e em escolas, com a médias de R\$ 3,00 o litro.

Fonte: Billacrês, 2017

**Figura 3: dependência dos sujeitos envolvidos na cadeia produtiva do camu-camu no estado do Amazonas**



Org: Billacrês, 2018

Fonte: adaptado de Nassar *et al*, 2010

inferior, pois a relação circuito inferior-circuito superior acontece com o fluxo de mercadoria. O equilíbrio da balança ocorre quando a relação circuito superior-circuito inferior ocorre o fluxo de informações, como: relações comerciais, mercado, preço entre outros, pois, por meio da cadeia produtiva é possível identificar as necessidades dos compradores. (Diagrama 1)

A relação fundamental do circuito inferior com o circuito superior se estrutura, por meio, da venda de camu-camu *in natura* como matéria-prima para as bioindústrias, onde o preço da aquisição do fruto é de responsabilidade dos produtores, mas o poder econômico e decisivo da cadeia ocorre nas bioindústrias, devido a capacidade de armazenamento dos frutos e a capacidade de arcar com os custos de transporte do produto.

Esta relação acontece, pois, a pluralidade do campo amazônico que é muito mais que a simplória base terra firme, várzea, biodiversidade e como meros reprodutores de mercadoria, identificam-se também o poder e a influência territorial espacial (econômicas, políticas e sociais) que não se limitam ao campo, porque partes significativas das decisões de preço nos mercados são



feitas nas cidades. (COSTA, 2017). A cadeia produtiva do camu-camu por suas posições e transformações ao longo das etapas produtivas e suas movimentações ao longo dos circuitos espaciais produtivos abrange setores tradicionais (extrativismo vegetal) e de alta tecnologia (*spray drier*, por exemplo) nas suas produções.

A eficiência do circuito superior da cadeia produtiva do camu-camu no estado do Amazonas, depende do fornecimento confiável de frutos com boa qualidade e da habilidade de maximizar a sua produção em polpas, licores, extratos secos. Com isso o fluxo entre os dois circuitos espaciais de produção de camu-camu no estado do Amazonas proporciona um foro construtivo e eficiente de diálogos entre as bioindústrias, governos e outras intuições de destaque: UFAM, EMBRAPA, INPA.

Sendo que estas instituições giram em torno de pesquisas, que influenciam em melhoramento genético, novos nichos ecológicos, aumento de vitamina C, e outras informações que contribuem para o melhoramento ou a produção de novas mercadorias que influencia ou influenciará inicialmente na primeira etapa da cadeia produtiva, que é a *produção*, pois intensificará o surgimento de novas mercadorias, criando demandas por matérias-primas e posteriormente atingirá as outras etapas da cadeia produtiva.

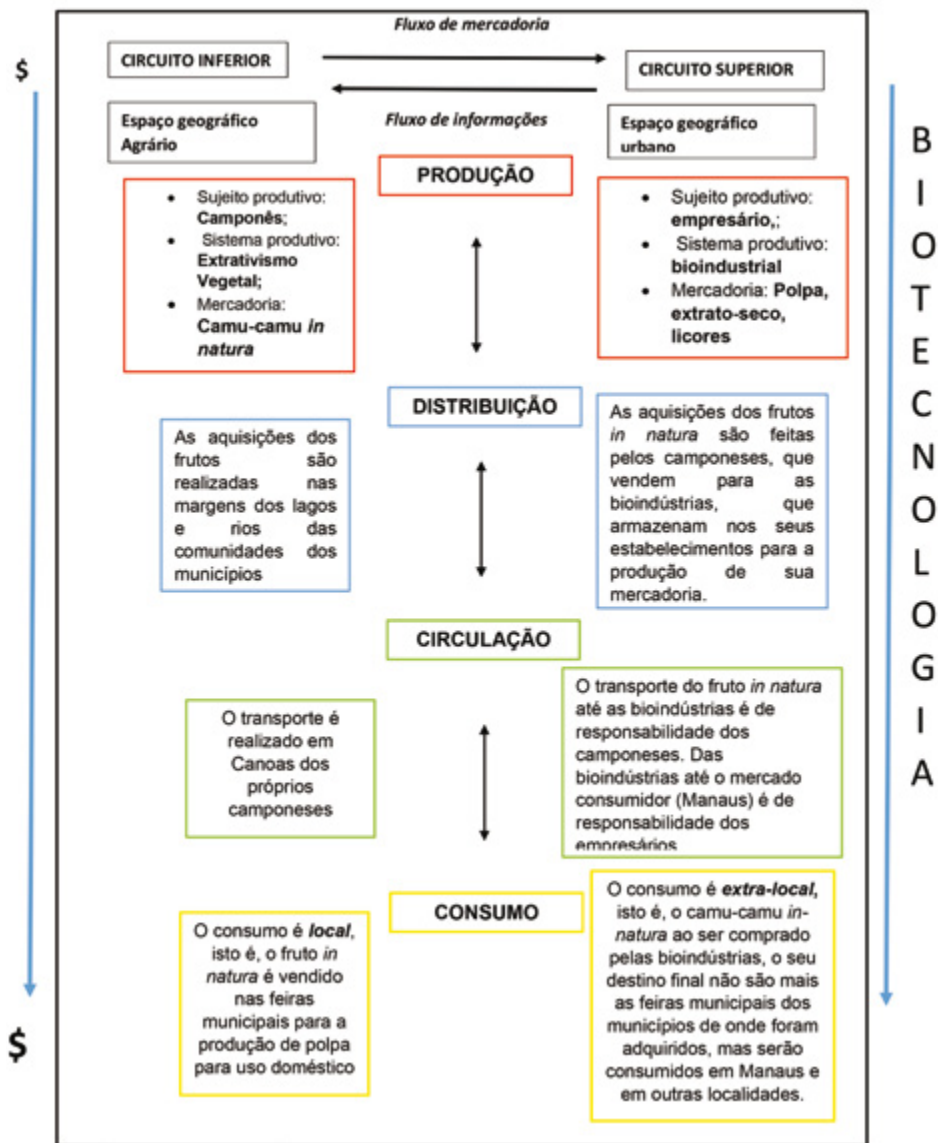
Uma das ações da Embrapa, por exemplo, são os trabalhos com a tecnologia de pós-colheita, entre eles, a análise sensorial das receitas dos produtos que já foram produzidos pelo fruto. Nesta fase, são avaliadas as características nutricionais e sensoriais dos produtos à base de camu-camu, como geleias, licores, picolé, chocolates e frutas cristalizadas.<sup>3</sup>

Neste sentido, identifica-se que a tecnologia é produzida por setores da sociedade, que produzem novas estruturas sociais e ambientes diferenciados como meio de produção, ou qualquer outra forma de produção de matéria-prima, que não raro, gera injustiças e desigualdades espaciais, assim como abre possibilidades de reivindicação por grupos oprimidos (COSTA, NUNEZ, 2017).

---

3 [https://pt.luckyvitamin.com/p-129148-navitas-organics-raw-camu-camu-powder-rainforest-superfruit-3-oz?LanguageCode=PT&locale=pt-BR&utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&adpos=1o1&scid=scplp105820&sc\\_intid=105820&gclid=EAIaIQobChMI-8p35hfPw2AIVClgNCh3dMQaWEAQYASABEgIYUPD\\_BwE](https://pt.luckyvitamin.com/p-129148-navitas-organics-raw-camu-camu-powder-rainforest-superfruit-3-oz?LanguageCode=PT&locale=pt-BR&utm_source=google&utm_medium=cpc&adpos=1o1&scid=scplp105820&sc_intid=105820&gclid=EAIaIQobChMI-8p35hfPw2AIVClgNCh3dMQaWEAQYASABEgIYUPD_BwE)

**Diagrama 1-** O movimento da cadeia produtiva do camu-camu nos dois circuitos produtivos



Estas instituições são identificadas no circuito superior, junto com governos que apresentam legislações, regulações, que interferem nos fluxos de mercadorias e de informações, desta forma influenciando em *potencialidades* de mercado, pois um dos papéis do governo é a definição de regras microeconômicas gerais e a criação dos incentivos que regem a competição, de modo a encorajar o aumento da produtividade.(PORTER, 2009). Entre estas regras estão: normas sobre a defesa da concorrência que acentuem a rivalidade, um sistema tributário justo e eficiente, leis que assegurem o direito dos consumidores (PORTER, 2009)

Para identificar as atividades das bioindústrias no circuito superior foram pesquisadas cinco bioindústrias que trabalham com a produção de mercadorias derivadas do camu-camu, foram: ASPOC/COOPTUR, Licores da Amazônia, Magama, Cupuama, Wotüru.

As bioindústrias são: a aplicação, em escala industrial e empresarial das variadas tecnologias para a geração de produtos e serviços para diversos segmentos de mercado, com alto valor agregado, atuando na melhoria da qualidade de vida das populações e usuários. (JUDICE, BAÊTA, 2005). O que define o circuito superior é a sua forma de organização e comportamento, enquadrados numa análise estrutural de cenário com estágio tecnológico de fluidez, incerteza e oportunidades (JUDICE e BAÊTA, 2005).

## ASPOC/COOPTUR

---

A **ASPAC** trabalha com polpas de frutas (entre elas a de camu-camu) e na produção de velas e sabonetes confeccionados pelas mulheres da cidade de Silves e das comunidades rurais.

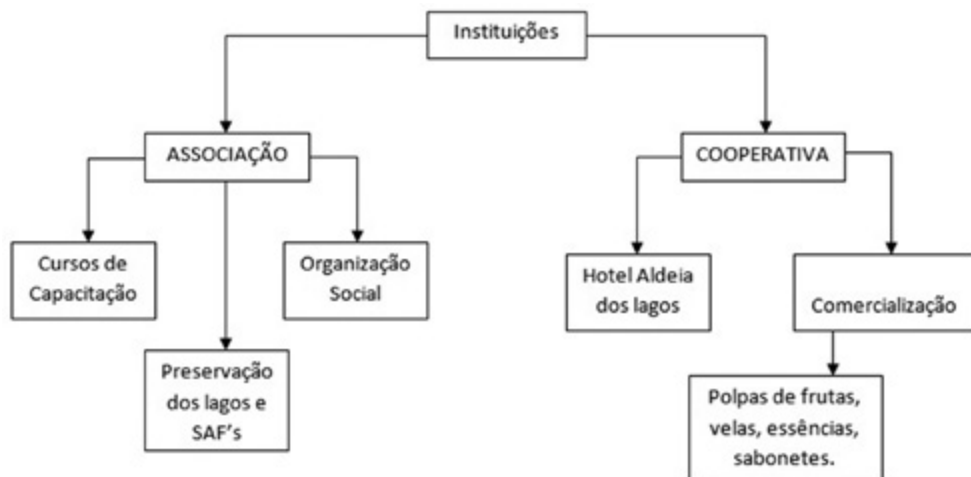
Além disto, a ASPAC também trabalha com *turismo comunitário*, e que deu origem a Cooperativa de Trabalho Ecoturístico e Ambiental do Amazonas (COOPTUR), e a partir desta os cooperados criaram um hotel localizado na sede da ASPAC, e também com a cooperativa é possível que as mulheres comercializem seus produtos (FERREIRA, BILLACRÊS, COSTA, 2017)

A associação faz diversos cursos com os associados e tentam implementar o Sistema Agroflorestal (SAF), que segundo a EMBRAPA (2016), os SAF's

“são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas”. Além disso, a ASPAC faz a conservação de lagos, desde 2008. Eles dividem os lagos em: lagos para preservação, lagos para manejo, lagos para a subsistência e lagos para fins comerciais. E o camu-camu colhido é destes lagos.

Assim a associação e cooperativa se organizam desta maneira:

**DIAGRAMA 02-** Atividades desempenhadas pela ASPAC no município de Silves.



Fonte: FERREIRA, BILLACRÊS, COSTA, 2017.

A associação e cooperativa, aqui apresentada, trabalham com os dois princípios, tanto o social quanto a comercialização. O que foi identificado é que a comercialização das frutas levadas para a sede da ASPAC funciona como uma atividade extra, principalmente para as mulheres, visto que muitas conseguem as frutas em seus próprios quintais/sítios, ou seja, aquela área que fica ao redor de suas casas. Ressalva-se que o camu-camu é colhido por mulheres.

A cadeia produtiva vai desde o camponês, que é quem planta, colhe, coleta os frutos *in natura*, entre eles o camu-camu, até o consumidor final, nos diversos municípios (FIGURA 3), ou seja, “tem por objetivo permitir ou facilitar a visualização, de forma integral, das diversas etapas e agentes envolvidos na produção, distribuição, comercialização” (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 466).

Neste processo estão envolvidas outras instituições como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), responsável por prestar assistência técnica aos camponeses, e também ajuda a implementar financiamentos. Além deste, também envolve a Secretaria Municipal de Educação, pois a polpas vão para merenda escolar. (FERREIRA, BILLACRÊS, COSTA, 2017)

**FIGURA 3-** Municípios para onde as mercadorias de Silves são levadas.



Fonte: FERREIRA, BILLACRÊS, COSTA, 2017

A cadeia produtiva nos auxilia a identificar e analisar diversas as etapas e agentes, não só de produção, mas também os agentes envolvidos no processo de comercialização, neste caso, das polpas de frutas beneficiadas pela ASPAC

## LICORES DA AMAZÔNIA

A empresa *Licores da Amazônia* existe a 40<sup>4</sup> anos, o início foi no município de Tefé, e posteriormente se fixou em Manaus, atualmente sede da Bioindústria.

Os licores são produzidos de modo artesanal, pela proprietária da bioindústria, que possui um Serviço de Inspeção Federal (SIF), onde realiza relatórios para o Ministério da Agricultura, se não pagará uma multa de R\$ 2000,00. A proprietária para o aperfeiçoamento de seus produtos, além das suas forma-

4 No período da entrevista que foi em 2016, a empresa possuía 38 anos de existência.

ções acadêmicas (Graduação em Biologia e Ciências Naturais, especialização em Morfologia Humana), participou de cursos de qualificação, como, por exemplo, no Instituto de Tecnologia de Alimentos da América Latina em Campinas. Além do mais, os produtos dos *Licores da Amazônia* são analisados em laboratórios da FUCAPI.

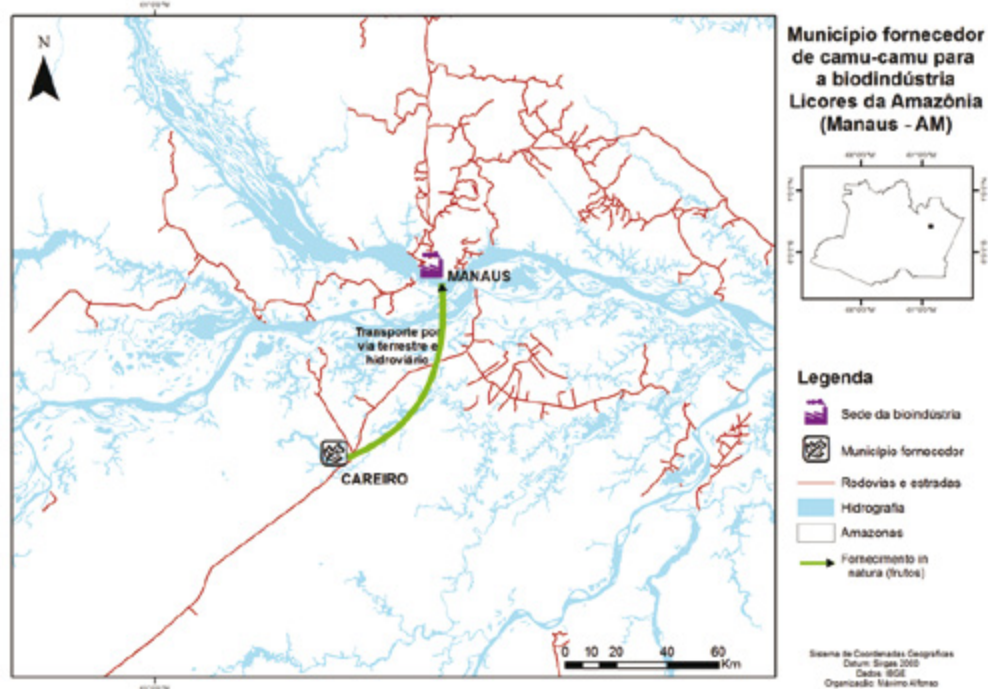
Entre esses produtos estão os que são derivados do camu-camu, a mercadoria mais produzida é o licor (Figura 4), as vezes produzem o doce, mas por ser mais trabalhoso e, devido, a burocracia não estão produzindo no momento.

O camu-camu adquirido é do município de Careiro Castanho (AM), (FIGURA 5) comprado por R\$ 4,00 a R\$ 5,00 o quilo, e a embalagem dos licores comprado em São Paulo (SP). A unidade das garrafas de 375 ml é comprada a R\$ 7,00 e as de 500 ml no preço de R\$ 4,00.

Os maiores consumidores e para qual é destinado a suas vendas (FIGURA 6) são turistas europeus, que procuram o produto no ponto de venda no Tropical Hotel, aeroporto Eduardo Ribeiro e na rua 24 de maio, os produtos variam de R\$38,00 a R\$45,00.

Antigamente, a bioindústria exportava os licores para empresas europeias, principalmente para Portugal, Espanha e Rússia, a quantidade média dos produtos exportados era de 10 a 20 caixas, os preços dos licores revendidos na Europa eram na média de 86 euros.

**FIGURA 4-** Fornecedor de camu-camu para Licores da Amazônia



ORG: BILLACRÉS, 2018

**Figura 5-** Licores da Amazônia



Estes são alguns dos licores produzidos, na fig. 1 todos são licores de camu-camu, onde os preços variam: a) 250 ml custa R\$ 30,00; b) 500 ml custa R\$ 38,00; c) 720 ml custa R\$ 45,00. Na fig.2 os licores são de variados sabores e são vendidos em Kit, mas individualmente, cada garrafa de 75 ml custa R\$ 10,00.  
Fonte: Billacrés, 2016



Figura 6- Folder da bioindústria Licores da Amazônia



O folder dos licores da Amazônia é produzido na língua inglesa, com intenção de atingir o público estrangeiro.

Fonte: Licores da Amazônia, 2016

## MAGAMA

A Magama é uma empresa nacional, com foco na produção de ativos biológicos elaborados a partir de espécies vegetais da biodiversidade amazônica, aplicáveis aos segmentos de cosméticos, fitoterápicos, nutracêuticos, alimentos e bebidas, dentre outros.<sup>5</sup> Os produtos produzidos são classificados em extratos vegetais, óleos essenciais, óleos fixos e álcool. Com o camu-camu que é adquirido do município de Coari (FIGURA 7) com o preço de R\$2,00/Kg, a Magama produz extrato seco por processo de *spray drier*.

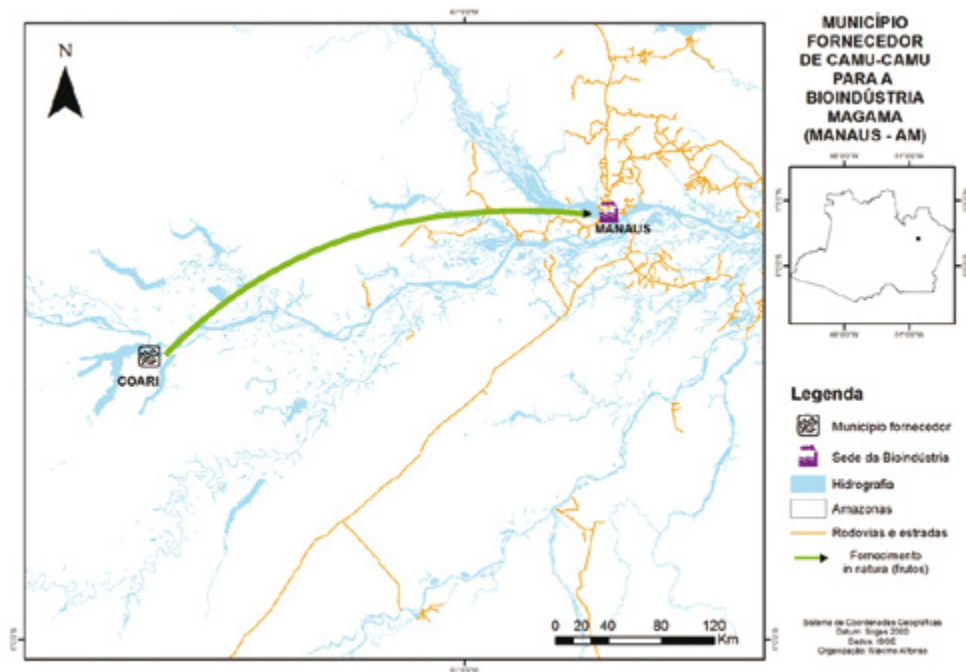
É processo de secagem por atomização que consiste em pulverizar o produto dentro da câmara submetendo-o a uma corrente controlada de ar quente, gerando a evaporação dos solventes, em geral água, obtendo-se a separação ultrarrápida dos sólidos e solúveis contidos com a mínima degradação do produto em secagem, finalizando o processo com a recuperação do produto já transformado em pó.

O equipamento expõe o solvente do produto a um gradiente controlado de temperatura por alguns poucos segundos fazendo com que o mesmo se evapore instantaneamente com um mínimo de elevação da temperatura do material seco em processo. O controle e ajuste fino dos parâmetros do

<sup>5</sup> <http://www.magama.com.br/home/pt-br/empresa>



**Figura 7-** Fornecedor de camu-camu para Magama



Org: Billacrês, 2018

equipamento, permitem a flexibilização do seu uso, tornando a secagem por atomização um dos mais versáteis e flexíveis sistemas de secagem do mercado, possibilitando a obtenção de um produto final de excelente qualidade.<sup>6</sup>

## CUPUAMA

A CUPUAMA é uma empresa que produz e comercializa produtos da Amazônia. É sediada no município do Careiro castanho, no estado do Amazonas. Seus produtos são polpas, concentrados, amêndoas e outros derivados de frutas da Amazônia.. O camu-camu, ao lado do Cupuaçu eram seus produtos fortes, das quais era grande exportadora

.O camu-camu era originário dos municípios de São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Barcelos (FIGURA 8), este último, por sua vez, era comercializado em quantidades superiores aos outros municípios, mas apresenta-

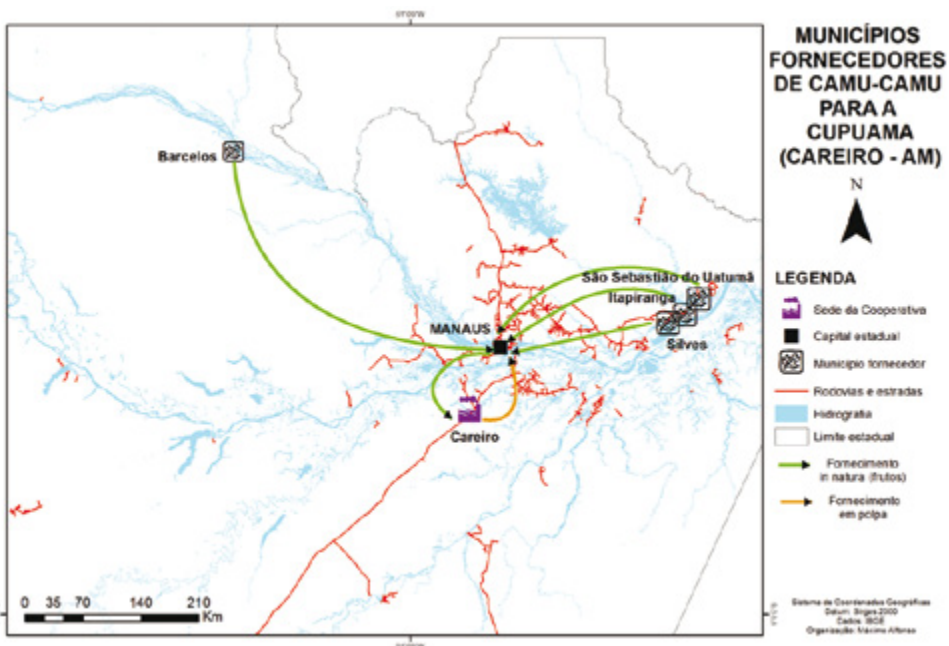
<sup>6</sup> <http://www.magama.com.br/home/pt-br/nossos-processos>

va problemas, devido, o extrativismo ser realizado em reserva indígena. O camu-camu era desembarcado no Porto da Manaus Moderna, em 150 cestas plásticas, o suporte de cada cesta plástica era de 10 kg.

No estado do Amazonas, o principal comprador era o governo do estado, pois fornecimento era a polpa para a merenda escolar, entretanto, o camu-camu, ao lado de cubiu e cupulate (chocolate derivado do cupuaçu, outro produto da bioindústria) foram retirados da alimentação das escolas, devido os alunos terem preferência, por polpas de Goiaba e Cupuaçu. Fora do estado, o maior mercado consumidor dos produtos derivados do camu-camu era o Japão, no período de 3 a 4 anos, a *Cupuama* vendeu aproximadamente de 10 a 12 toneladas de polpa cada polpa possuía aproximadamente de 7 a 8 kg, padrão exigido pelos japoneses.

O transporte do produto era de responsabilidade dos japoneses e a rota era via o Peru por contêineres em navios. E o produto produzido pelos japoneses eram bebidas fermentadas. A relação com os japoneses se tornaram inviáveis,

**Figura 8-** Fornecedores de camu-camu para Cupuama



Org: Billacrês, 2018

devido, os mesmos sempre exigirem a mesma quantidade de polpas durante um ano, mas a safra do camu-camu das comunidades de onde são extraídos ocorre nos meses de janeiro-abril, isto é, uma vez por ano, diante disto dificultando futuras produções.

## WOTÛRA

A agroindústria de polpa de frutas Wotüra, é uma agroindústria com Serviço de Inspeção Federal (SIF), que foi fundada em 2011 (figura9) no município de Benjamin Constant, foi instalada primeiramente para a produção diária de 8 toneladas de polpa de Açaí, com capacidade de armazenamento de 120 toneladas.

**Figura 9-** Entrada da Agroindústria Wotüru- Benjamin Constant -am



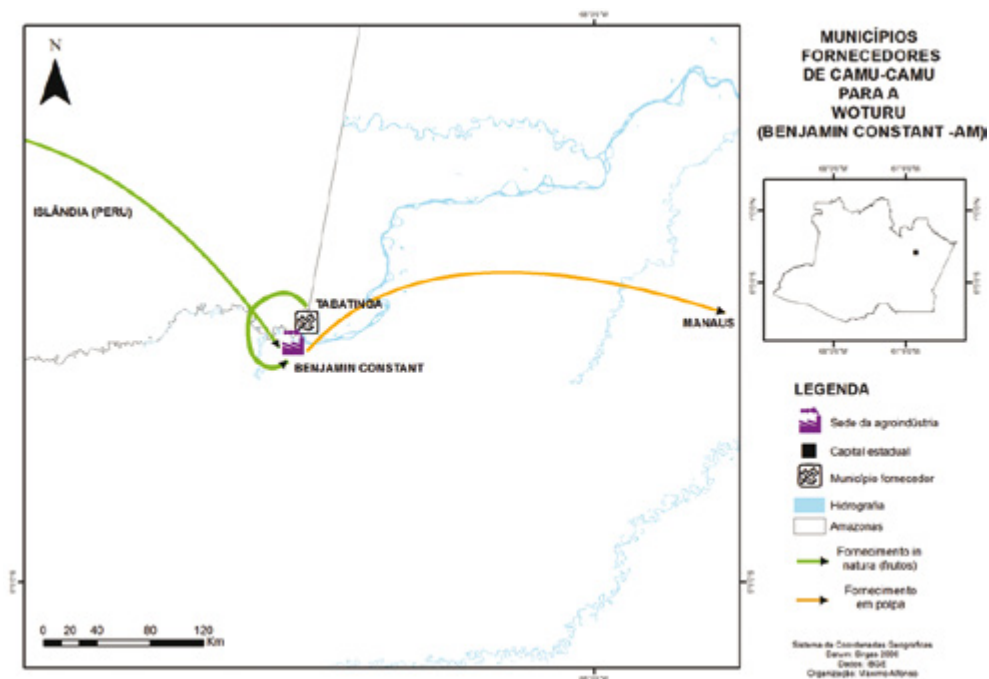
Fonte: Billacrês, 2018

O investimento na unidade foi superior a R\$ 1,8 milhões, com financiamento por parte da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam). Duzentos e cinquenta famílias, inicialmente, foram beneficiadas, porque toda a produção delas fora comprada ao preço mínimo de R\$ 0,70 o quilo.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> <http://jamboverde.blogspot.com.br/2011/06/benjamin-constant-ganha-fabrica-de.html>

Além da polpa de açaí, são produzidas polpas de quatro frutos: Buriti, Cupuaçu, Abacaxi e **Camu-camu**. O camu-camu é comprado por R\$ 1,00/kg de camponeses das comunidades, próximas de Benjamin Constant, Tabatinga e de Islândia (Peru) (FIGURA 10). A empresa fornece cestas de plástico para os camponeses com a capacidade de 10 kg para a colheita do fruto.

**Figura 10-** Fornecedores de camu-camu para Woturu



Org: Billacrês, 2018

Em 2012, por conta da instalação da agroindústria, os coletores extrativistas da cidade de Atalaia do Norte estavam realizando coleta do Camu-camu, fruto que é abundante nos lagos na região do Javari e Itacoai.<sup>8</sup> A coleta era feita a cada três dias, já que tinham que esperar que os frutos verdes amadurecessem, aonde chegavam a coletar até 150 quilos de fruto por dia. Alguns extrativistas estavam cortando os pés de camu-camuzeiros para que a coletas fossem mais rápida. Isso era perigoso, já que poderia levar a extinção e até a falta do produto no mercado. Outro questionamento era o valor pago pelo

8 <http://jamboverde.blogspot.com.br/2011/12/extrativistas-coletam-camu-camu-em.html>

quilo do fruto, onde a agroindústria pagava apenas um real. Isso inviabilizava a produção, pois para coletar o camu-camu a despesa de transporte era alta. A agroindústria prioriza a produção de polpa do açaí em relação ao camu-camu, pois o custo do camu-camu é o mesmo do açaí para a produção de polpas, mas a quantidade produzida é bem menor, neste sentido o custo é considerado alto para pouca produção. Se chega a produzir no mínimo 8 toneladas e no máximo 12 toneladas de polpa de açaí por dia, enquanto o camu-camu a produção é de 20 toneladas de polpa por safra. As embalagens de 1kg para as polpas são compradas em Manaus e os equipamentos para a produção de polpa foram comprados no estado de Minas Gerais.

A logística da circulação das polpas de fruta do camu-camu é de total responsabilidade da agroindústria. As polpas saem no caminhão frigorificado (figura 11) com capacidade de transporte de 8 toneladas de polpas, até o porto da cidade, onde são posteriormente, colocados em barcos de linha (barcos de passageiros e de mercadorias), com o período de viagem de 3 a 4 dias com destino a Manaus. Quando o transporte com destino a Manaus é realizado em balsas, as polpas são transportadas em contêineres, com a duração de 5 dias de viagem.

**Figura 11-** Caminhão que transporta as polpas de frutas até o porto de Benjamin Constant-AM



Fonte: Billacrês, 2018

Como a agroindústria contribui para o movimento econômico da cidade de Benjamin Constant, devido a compra de frutos dos camponeses das comunidades do município, a agroindústria tem uma parceria com a colônia de pescadores, pois é a colônia de pescadores que fornece o caminhão frigorificado para o transporte das polpas de fruta até o porto. Por meio, destas bioindústrias foi identificado que o camu-camu, na maioria, não é o produto principal das bioindústrias, sendo um produto de complemento de lucro para as bioindústrias (e complemento de renda para os camponeses), as produções de mercadorias derivadas do fruto ocorrem em paralelo com produtos derivados de outros frutos, e o aspecto de *diferenciação que é* componente da competitividade nos mercados, nas bioindústrias, se colocam em qualquer ponto de *cadeia de valor*, ou seja, algumas apresentam:

Relação próxima com comunidades no âmbito local dos municípios onde a aquisição do fruto ocorre com baixo valor, se fosse de outras localidades, assim os frutos teriam um alto valor de aquisição;

Diferentes mercadorias além da produção de polpas, desta forma a procura de novos mercados; a origem dos aparelhos tecnológicos para a produção de mercadorias; e outros,

Com isso a *diferenciação* não está limitada aos produtos e serviços, além do que, os circuitos espaciais das cadeias produtivas consolidam uma ampla competição entre as bioindústrias e as localidades, exercendo influência sobre o aumento da produtividade. Todas as cadeias produtivas de um local, por exemplo: em paralelo com a cadeia produtiva de camu-camu, as bioindústrias produzem polpas, ou outras mercadorias derivadas do açaí, buriti, cupuaçu, entre outros; são capazes de aumentar a produtividade de um local, visto que há demanda por *produtos naturais*.

As bioindústrias pesquisadas que trabalham com produtos derivados do camu-camu, identifica-se que suas atividades, se devem, ao tentar mobilizar, por meio de seu território recursos específicos diretamente relacionados ao tipo de construção social, histórica e institucional que se insere no âmbito local, envolvendo um complexo contexto de relações com associações, sindicatos e poder público. Isso pode ou não garantir o sucesso de uma bioindústria,

mas garante a sobrevivência, talvez temporária, no âmbito da competitividade, que atualmente é baseada numa economia de conhecimento.

Que no caso do camu-camu, por ser classificada como uma *potencialidade* econômica e, ampliando a escala, a biodiversidade brasileira é uma *potencialidade econômica*, onde o principal problema é não termos conhecimento concreto dela (suas aplicabilidades e potencialidades), dos seus circuitos espaciais produtivos que incluem fitoquímica, bioprospecção, e as potencialidades de uso social desses conhecimentos (COSTA, NUNEZ, 2012).

Por meio das demonstrações acima, identifica-se que o desenvolvimento da cadeia produtiva de camu-camu agrega valor aos recursos oriundos da biodiversidade, tanto aos produtos quanto a atividades extrativistas. A cadeia produtiva do camu-camu, como as outras oriundas da biodiversidade tornam-se mais complexa quando se ampliam para além da escala local. (PIROLLA, 2011)

Esta complexidade, no entanto, apresenta conhecimentos desiguais dos diferentes territórios (bioindústria, camponês, governo), que revelam os diferentes valores na mercadoria, que são identificados no funcionamento do mercado, pois as relações sociais com a biodiversidade estão sendo remodeladas pela crescente penetração do capital (dinheiro) na aquisição dos *recursos naturais*, que num contexto biotecnológico, se trata de um *recurso informacional* com aplicabilidade industrial (NOGUEIRA, 2013)

## Considerações Finais

---

O uso do território pelo camu-camu é marcado pelo capital constante/fixo, direcionado por processos que dão sentido à possibilidade de gestão uma racionalidade econômica, de mercado, ou uma funcionalidade de uma específica política. Tanto Manaus quanto os fixos que a capital tem territorializado – e a paisagem urbana manauara é repleta disso, isto é, existem materialidades empiricamente observáveis que demonstram os usos do território: portos, aeroportos, indústrias, instituições públicas, organizações privadas (comércio, bancos, entre tantas outras).



Os capitais fixos, visto que estão fixados nos lugares, são feitos para ações, isto é, processos (sociais, econômicos, mercantis, políticos) que estruturam os lugares, que influenciam e são influenciados nas localidades onde são instalados. Os capitais fixos podem ser geridos pela comunidade local ou pela comunidade internacional, como é o caso de empresas transnacionais, geridas desde o exterior onde se localiza a matriz. Os capitais fixos/constantes e a gestão estão intimamente e indissociavelmente relacionados para desempenhar funções nas relações (econômicas e mercantis). Quanto mais atualizada e sofisticada forem as estruturas de capital fixo/constante, maior sua profundidade na cadeia produtiva, fato que não é muito comum no Brasil, principalmente quando a matriz vem da agricultura camponesa ou agricultura familiar, onde os fatos e processos da modernidades -como políticas e tecnologias - são geralmente incompletos, tanto pelo país não ser o detentor da dinâmica tecnológica e de capitais, quanto pelo acelerado processo de modernização que caracteriza a existência dos capitais constantes e sua respectiva gestão na atualidade. A gestão e as tecnologias não se encontram no território de forma uníssona. Quando aqui chega uma delas, outras gerações mais novas já foram criadas nas matrizes tecnológicas.

Identificamos e analisamos ações e estratégias que objetivam o bem comum dos sujeitos, principalmente da sociedade local produtora, e não apenas abordamos uma na fórmula que chegue unicamente no chavão crescimento econômico local, o que, aliás, há muito tem se demonstrado ineficiente para a redução ou mitigação das desigualdades socioespaciais e seus impactos são positivos para os que já são detentores de poder e capital, reproduzindo desigualdades, e o mitigado é, muitas vezes de tempo curto e momentâneo.



## Referências Bibliográficas

- BATALHA, Mário Otávio; SCARPELLI, Moacir. Gestão do Agronegócio: aspectos conceituais. In: BATALHA, Mário Otávio (org). Gestão do agronegócio -- São Carlos : EdUFSCar, 2005
- BILLACRÊS, Máximo Alfonso Rodrigues. Circuito Espacial de Produção de Carne Bovina no Estado do Amazonas. Dissertação de Mestrado. Manaus: PPGEOP/UFAM, 2013;
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): p. 461 – 474, dez. 2010
- CARVALHO, Talita. P. V. ; COSTA., R. C. . A contribuição dos sítios/quintais na cadeia produtiva do bioproduto (Manaus-Amazonas-Brasil). In: IV Congresso Latinoamericano de Agroecología (SOCLA), 2013, Lima-Peru. IV Congresso Latinoamericano de Agroecología (SOCLA), 2013.
- CARVALHO, Antônio Cláudio Almeida. Economia dos produtos florestais não madeireiros no estado do Amapá: Sustentabilidade e desenvolvimento endógeno. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento sustentável do Trópico Úmido. Belém-Pará, 2010.
- COE, Neil M.; KELLY, Philip F.; YEUNG, Henry W. C. Economic Geography: A contemporary Introduction. Willey, 2012
- COSTA, Reinaldo Corrêa; NUNEZ, Cecília Verônica. Biodiversidade e Cadeia Produtivas: Potencialidades sinérgicas. In: COSTA, Reinaldo Corrêa; NUNEZ, Cecília Verônica. (Orgs). Cadeias Produtivas & seus ambientes. Manaus: Editora INPA, 2017
- COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecilia V. Biodiversidade: Usos Sociais e Bioprospecção. DOMINGUES, Heloisa M. B. (et. al.) (org.) História das Substâncias Naturais, Saberes Tradicionais e Química – Amazônia e América Latina. Rio de Janeiro/Paris. MAST/IRD. 2012.
- Estudio de Mercado para Myrciaria dubia H.B.K. Mc Vaugh (camu camu). PROYECTO Asesoría en Planeación Agraria. (PROAPA-GTZ). 2000
- FERREIRA, Bárbara Evelyn da Silva; BILLACRÊS, Máximo Alfonso Rodrigues; COSTA, Reinaldo Correa Costa. Associações, cooperativas e o uso da bio-

- diversidade em Silves-Am. In: ENANPEGE: Geografia, Ciência e Política. 2017.
- FERREIRA, Bárbara Evelyn da Silva; COSTA, Reinaldo Correa Costa. Mercado e Biodiversidade em Manaus-Am. In: COSTA, Reinaldo Correa; FERREIRA, Barbara Evelyn da Silva; NUNEZ, Cecília Verônica (Org). Mercado e Biodiversidade. Manaus: Editora INPA, 2015.
- FERREIRA, Bárbara E. S; COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecília V. Algumas dimensões do mercado da biodiversidade em Manaus-AM. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 5, n. 1 mar/2011
- FERREIRA, Bárbara Evelyn da Silva. Relação Sociedade e Natureza e Mercado da Biodiversidade em Manaus. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFAM, 2015.
- FERREIRA, Bárbara E. S. Comercialização de Fitoterápicos e Fitocosméticos em Manaus (AM). Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. ENG, Porto Alegre, 2010
- JUDICE, Valéria Maria Martins; Baêta, Adelaide Maria Coelho. Modelo Empresarial, Gestão de inovação e investimentos de Venture Capital em empresas de Biotecnologia no Brasil. RAC, v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005.
- NOGUEIRA, Marinez Gil. Biotecnologia, conhecimentos tradicionais e sustentabilidade: as perspectivas de inovação no Amazonas. Manaus: EDUA, 2013;
- PIROLA, Erika Nogueira. Indústria e Território: o caso da cadeia produtiva de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2011;
- PORTER, M. Competição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- RABELO, Afonso. Frutos nativos da Amazônia: comercializados nas feiras de Manaus-AM. INPA, 2012
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo: Annablume, 1998.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Edusp, 2008a
- \_\_\_\_\_. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Edusp, 2008b
- \_\_\_\_\_. Economia Espacial. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003
- \_\_\_\_\_. O Dinheiro e o Território. GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – 1999
- \_\_\_\_\_. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1988



# O Uso Comercial da Biodiversidade no estado do Amazonas (AM)

Bárbara Evelyn da Silva Ferreira

Reinaldo Corrêa Costa

## Introdução

---

A Biodiversidade “tem-se valorizado cada vez mais sua capacidade de gerar benefícios sócio-econômicos, devido ao seu potencial como fonte de matéria-prima” (FERRO, 2006). O uso comercial da biodiversidade no estado do Amazonas está inserido em vários setores, como a produção de medicamentos e cosméticos, sua utilização direta como plantas medicinais, ou na alimentação ou mesmo para artesanato.

A matéria-prima utilizada para a produção de fitoterápicos e cosméticos vem do interior do estado. As empresas, geralmente, já têm um fornecedor para sua produção. As plantas medicinais, muito utilizadas no estado, são comercializadas, de maneira geral, nas feiras da capital, Manaus, e nas sedes dos outros municípios do Amazonas. Conforme Dutra *et al.* (2016), a tradição do uso de plantas medicinais no Brasil fez com que houvesse maior interesse pela biodiversidade tanto de pesquisadores quanto de empresas.

A relevância da biodiversidade como recurso natural, tornou-a uma significância econômica e industrial, e isto gerou uma necessidade de proteção devido à exploração predatória (LÉVÊQUE, 1999). O mercado da biodiversidade perpassa por três lógicas diferentes, que é a de economia de mercado e a lógica da produtividade com rentabilidade máxima, no curto prazo, e a outra lógica é a da ecologia, com a manutenção e reprodução da diversidade dos ecossistemas (LÉVÊQUE, 1999).

O uso da biodiversidade envolve uma diversidade de sujeitos sociais, políticos e econômicos, que atuam na cadeia produtiva (produção-distribuição-circulação-consumo) em que a biodiversidade do Amazonas faz parte.

Para desenvolvimento do trabalho foram realizados trabalhos de campo em várias localidades do Amazonas, assim como pesquisas bibliográficas concernentes ao tema em estudo. Identificar o uso comercial da biodiversidade a partir da cadeia produtiva faz com que possamos analisar o tema em sua totalidade. Com isso, podemos identificar a lógica econômica de mercado, produtividade e ecológica em que a biodiversidade está inserida, e os sujeitos envolvidos em cada etapa.

### Mercado e seu conteúdo espacial

---

Para análise do uso comercial da biodiversidade no Amazonas, fizemos uso da cadeia produtiva, que permite verificar todos os processos e sujeitos envolvidos desde a coleta/colheita e compra da matéria-prima até o produto final chegar ao consumidor.

A cadeia produtiva:

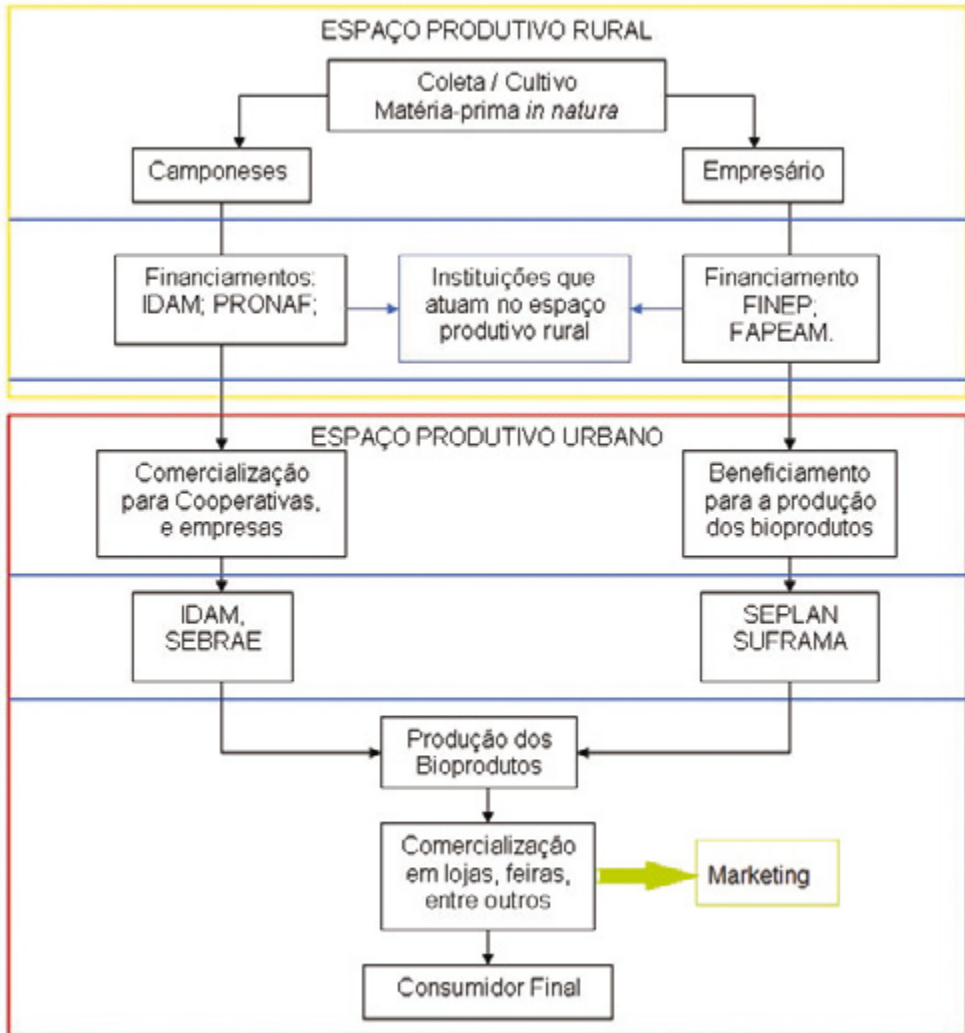
É o conjunto de relações socioeconômicas de produção que são estruturadas para manter a produção e vender, transportar e vender o produto, pode ser curta ou longa, quanto maior for, mais carga de impostos diretos ou indiretos terá, seja sobre si mesma ou dos produtos e serviços que a compõem, isso ocorre desde a matéria-prima (...) até o produto final exposto para a venda, consumo e uso(...). (COSTA, NUNEZ, p. 5, 2015).

A cadeia produtiva, assim, “tem por objetivo permitir ou facilitar a visualização, de forma integral, das diversas etapas e agentes envolvidos na produção, distribuição, comercialização” (CASTILLO; FREDERICO, 2010). Isto nos instrui identificar de maneira total como a biodiversidade é aproveitada economicamente e, assim, como se faz o uso econômico desta. As etapas da cadeia produtiva passam pela produção, distribuição, circulação e consumo.

A cadeia produtiva tem parte dela realizada no espaço rural e parte no espaço urbano, com sujeitos sociais, econômicos e políticos diferentes, como mostra O DIAGRAMA a seguir:

## Cadeia Produtiva no espaço rural e urbano.

**DIAGRAMA 01-** Espaços produtivos dos camponeses e dos empresários. Tanto no espaço produtivo rural quanto no espaço produtivo urbano há a presença de instituições específicas que atuam na cadeia produtiva dos bioprodutos (identificadas pelas linhas azuis).



Org.: FERREIRA, B.,

A primeira etapa envolve os produtores rurais com mão de obra familiar, aqui identificados como camponeses, são donos da terra e dos meios de produção, entre outras características (MARTINS, 2000; MOURA, 1986; OLIVEIRA, 1990; SANTOS, 1984). O que acontece é que o camponês, que geralmente fornece a matéria-prima e está no início da cadeia produtiva pouco fixa renda monetária, isto é, pouco lucra.

Como exemplos, temos os óleos de andiroba (*Carapa guianensis*) e de copaíba (*Copaifera langsdorffii*) que são muito comercializados no Amazonas. A diferença no preço de comercialização destes óleos evidencia que a menor parcela dos rendimentos fica com quem está no início da cadeia produtiva.

A tabela a seguir mostra os preços dos óleos de copaíba e da andiroba, relativos ao ano de 2014. O preço da lata (20 litros) refere-se à **semente** de andiroba vendida pelos camponeses para uma cooperativa no interior do estado, de onde será extraído o óleo de andiroba. Já, para as empresas que a cooperativa fornece, a unidade de medida é o **quilo**, por isso o preço do quilo é em relação ao óleo bruto de andiroba (FIGURA 01). A medida mais utilizada para a venda dos óleos nas feiras, diretamente para o consumidor final, principalmente dos óleos extraídos tradicionalmente pelos produtores, é o **litro**. O óleo de copaíba é retirado diretamente da árvore e o preço se refere à quantidade em litro. Os óleos extraídos de maneira tradicional, principalmente no caso da andiroba, geralmente possuem um valor maior, devido ao maior tempo e trabalho necessários para a produção, no caso da andiroba a extração tradicional do óleo pode durar aproximadamente de 15 a 20 dias.

**Tabela 01**- Preço dos óleos de andiroba e copaíba no Amazonas.

| Média dos Preços* | Sementes<br>Preço da lata (20l) | Média do Preço do litro dos óleos<br>vendidos pelo produtor | Preço do quilo do<br>óleo vendido para<br>empresas |
|-------------------|---------------------------------|---|--|
| Andiroba          | R\$ 7,00 a 10,00                | R\$ 25,00 a 45,00   | R\$ 22,00  |
| Copaíba           | –                               | R\$ 25,00 a 45,00   | –  |

Org.: FERREIRA, B., 2015.

\*Os preços variam conforme a época do ano e com as necessidades do produtor e a quantidade produzida. Fatores relacionados ao clima e época de enchente e estiagem dos rios também influenciam no preço.

**Figura 01-** Óleo bruto fornecido para as empresas.



Fonte: Grupo de Pesquisa LAES/INPA. Outubro, 2018.

Em trabalhos de campos realizados em algumas localidades do Amazonas, como os municípios de Careiro Castanho, Jutaí, Manaquiri, Silves, e outros, os camponeses reclamam muito do preço pago pelos produtos, pois consideram baixo e acabam aceitando por ser uma das poucas alternativas para escoar a produção.

Em outro viés, os empresários (geralmente microempresários de Manaus), como sujeitos (sociais e econômicos) que estão principalmente, na produção, na distribuição (podendo atuar também na circulação e no consumo), informam que, muitas vezes, não há matéria-prima suficiente para a produção de fitoterápicos ou cosméticos, reclamam da baixa quantidade e qualidade destas, além de que não há controle ou acompanhamento agrônomo na produção.



Não existe um mercado da biodiversidade consolidado economicamente e muito menos sob-bases biotecnológicas, mesmo num estado como o Amazonas, que possui grande parte de seu território preservado e biodiverso, mas com tecnologia de ponta direcionada para eletrônicos, diante disto, Funari e Ferro (2005) apontam que “escassa inovação tecnológica em pesquisa e exploração de produtos naturais é uma das características marcantes de países em desenvolvimento”.

Nesse contexto há uma diversidade enorme de plantas, frutos, sementes, raízes, folhas, entres outros, que podem ser base para moléculas com elevado potencial para diversos produtos – fármacos, fitoterápicos, cosméticos – que não é utilizada, ou seja, é um recurso sub-explorado ou mesmo inexplorado, uma potencialidade não utilizada (RANGEL, 2005). Assim, “apesar uma biodiversidade incomensurável, temos poucos exemplos de sucesso comercial de princípios ativos de nossa biodiversidade” (JOLY, et. al., 2011).

Uma pesquisa feita pela Confederação Nacional do SESI aponta que 84% das empresas dizem que o Brasil não aproveita o potencial da biodiversidade do país, assim, a pesquisa aponta que:

A falta de perspectiva de longo prazo e de políticas públicas adequadas são os principais motivos de o Brasil não aproveitar melhor a **biodiversidade** como diferencial competitivo. A pesquisa *Retrato do uso sustentável de recursos da biodiversidade pela indústria brasileira*, feita pelo Instituto FSB Pesquisa para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que, para 84,2% dos empresários, o país não tem tirado proveito de todo o potencial desse mercado. Desses, 23,8% apontam a falta de perspectiva de maior aproveitamento da biodiversidade no longo prazo e 22,8% destacam a falta de políticas públicas estruturadas como os principais obstáculos ao desenvolvimento da **bioeconomia**. (CNS, 2019)

O interesse pelo mercado da biodiversidade tem crescido, principalmente porque houve um crescimento do interesse por produtos naturais, assim, a pesquisa do CNI (2016) mostra a importância do uso da biodiversidade que de maneira geral houve um crescimento na importância do uso da biodiversidade visto que 35% consideram que cresceu muito e 51,7% consideram que cresceu um pouco. A crescente busca por produtos naturais pode ser uma das causas para este crescimento.

A maior parte dos entrevistados na pesquisa feita pelo CNI acredita que houve algum tipo crescimento na importância do uso da biodiversidade nos últimos cinco anos. Em Manaus, a cerca de 10, 15 anos houve um aumento significativo do interesse do uso da biodiversidade para a produção de fitoterápicos e fitocosméticos, por incentivo de políticas públicas como o Arranjo Produtivo Local (APL), que em Manaus tinha um APL específico para estes produtos, o APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos.

Em Manaus, as incubadoras e o condomínio industrial são alternativas para as empresas, locais em que estas têm auxílios para apoiar seu desenvolvimento, como menor preço para uso dos galpões para produção, segurança, participação em feiras, entre outros, mas não há suporte técnico e financeiro para tais empresas, Segundo o CONIF:

De acordo com um estudo realizado em 2016 pela Anprotec, em parceria com Sebrae, o Brasil tem 369 incubadoras em operação, que abrigam 2.310 empresas incubadas e 2.815 empresas graduadas, gerando 53.280 postos de trabalho. O faturamento das empresas apoiadas por incubadoras ultrapassa os R\$ 15 bilhões. (CONIF, 2019)

Em 2015 em Manaus, segundo Coelho e Veiga (2015), foram identificadas 14 incubadoras em diversos setores (FIGURA 02), onde a biodiversidade está presente na biotecnologia e na alimentação, com 17% cada.

Assim, conforme Fuini (2013):

As vantagens competitivas locais, ou competitividade territorial em aglomerados e APLs, decorrem, segundo Porter (1999), de três grandes aspectos: aumento da produtividade das empresas ou setores componentes; fortalecimento da capacidade de inovação devido à elevação da produtividade; e estímulo à formação de novas empresas, que reforçam a inovação e ampliam o aglomerado. (p. 67).

O uso tradicional das plantas medicinais *in natura* é feito, predominantemente, pela população do interior do estado, que muitas vezes não tem acesso à assistência pública de saúde e, por esta razão, utiliza chás, *garrafadas* (concentrado com várias espécies vegetais, geralmente em água) (FIGURA 02), pomadas, e outras formas para diversas enfermidades.

**Figura 02-** Garrafadas com plantas medicinais vendidas em feiras.



Fonte: Grupo de Pesquisa LAES/INPA. Janeiro, 2016.

Este uso não se restringe a população rural, tanto na sede dos municípios quanto na capital, Manaus, há a intensa utilização de plantas medicinais, que são comercializadas em diversas feiras, ou seja, este é mais um uso comercial da biodiversidade no estado. Estes recursos naturais agregam valor, a partir de sua importância e uso dados a eles. Há primeiramente, uma *valorização*, para depois se *valorizar* comercialmente, ainda que o processo e formação de preços sejam conflituosos para quem produz e para quem compra a produção. Alguns fatores contribuem para tal:

De um modo geral, os produtores têm baixo índice de associativismo, falta de assistência técnica, baixa produtividade, ausência de infraestrutura, carência de linhas de crédito, condições precárias para o escoamento da produção e pouco poder de barganha na hora da comercialização. (TERRA JUNIOR, MALDONADO E ARNOBIO, 2015, p. 240).

Como consequência, há dificuldade de se ter um mercado consolidado no que se refere às plantas medicinais, oriundas do trabalho familiar camponês. As três lógicas apontadas por Lévêque (1999), lógica da *economia de*

*mercado*, lógica da *produtividade* e lógica da *ecologia*, estão ligadas diretamente com o mercado da biodiversidade

As lógicas da economia de mercado e da produtividade estão intrinsecamente ligadas, visto que regem o potencial mercado da biodiversidade, seja para os fitoterápicos e cosméticos, seja para as plantas medicinais *in natura*, pois extratos e óleos vegetais comercializados “e seu uso na indústria (local e extra local) são portadores de novas potencialidades no contexto político, econômico e social e, na capacidade existente em biotecnologias para serem trabalhados em específicas conjunturas geoeconômicas e geopolíticas da maior região biodiversa do planeta” (COSTA, NUNEZ, 2016).

A produtividade é uma grande questão no estado do Amazonas para desenvolvimento deste potencial mercado. Como já mencionado, os empresários citam que não há produção de matéria-prima em larga escala, eles dependem da coleta/extrativismo ou de pequenas plantações. Sendo assim, contraditoriamente, a matéria-prima é um dos principais problemas, que influenciam na produtividade. Além disto, existem questões como os períodos de enchente e estiagem dos rios que, no Amazonas, influenciam bastante a produção dos camponeses.

Outra questão é a desvalorização do trabalho dos camponeses que estão ligados diretamente à matéria-prima, e tem seus produtos comprados, segundo eles, por preços baixos. Assim, segundo Castro e Albiero (2016) “acredita-se que o investimento em capacitação dos pequenos produtores, em técnicas de cultivo, na tecnologia agrária e, principalmente, em infraestrutura poderiam gerar um produto de maior qualidade e, conseqüentemente, elevar o potencial competitivo do país”. Toda esta questão da produtividade tem influência direta com a economia de mercado que este comércio está inserido e é um dos gargalos do mercado da biodiversidade no estado. Lasmar e Pimenta (2015) apontam alguns problemas deste mercado:

Os gargalos são diversos, mas destacam-se a legislação e regulamentação complexas; a pouca governança entre os principais atores; a fragilidade da produção de matéria-prima em quantidade, qualidade e regularidade no fornecimento; a tecnologia com pouca intensidade; a capacitação tecnológica que se encontra, no geral, em nível ainda distante da fronteira

do conhecimento, em menor grau nos institutos de pesquisas e de forma acentuada no meio produtivo. (P. 60)

Diante disto, os autores descrevem no quadro a seguir:

**Quadro 01-** Gargalos para o desenvolvimento de bionegócios

| GARGALOS                        | DESCRIÇÃO   |
|---------------------------------|---|
| 1 – Legislação e regulamentação | Por ser diversa e complexa, ao abordar desde biossegurança ao acesso ao patrimônio genético da biodiversidade, seu cumprimento torna-se difícil e muitas vezes conflitante com políticas públicas que estimulam a geração de negócios.  |
| 2 - Governança                  | São muitas instituições públicas e privadas, dentre as quais ONGs, comunidades tradicionais e empresas com interesses conflitantes sobre a forma de exploração dos recursos.  |
| 3 – Mercado de Matéria-Prima    | Embora abundante e com aplicação potencial em segmentos diversos: fitoterápicos, alimentos, cosméticos, etc. não há produção em escala, quantidade e regularidade que são requisitos da atividade industrial.   |
| 4 - Tecnologia                  | A bioprospecção e a biotecnologia são consideradas fundamentais para uma expressiva valorização dos recursos da biodiversidade. Embora as tecnologias exigidas sejam de graus diferenciados de complexidade em atividades como plantio, manejo armazenagem, produção etc., encontram-se, todavia em nível bem baixo frente ao estado da arte. |
| 5 – Capacitação Tecnológica     | Elevar o nível de capacidade tecnológica depende de como as poucas micro e pequenas empresas existentes e outras que venham a surgir combinem seus recursos materiais e intangíveis. Mas dependem, sobretudo, como daqui em diante acumulem novas competências gerenciais e tecnológicas para alcançar níveis mais elevados.                  |

Fonte: LASMAR, PIMENTA, 2015, P. 45.

A lógica da ecologia é um ponto importante quando se trata de biodiversidade. É preciso usar sem exaurir os recursos naturais disponíveis. É preciso ter manutenção e reprodução dos ecossistemas. E por isso, se tem um mercado tão sensível, pois é necessário um mercado que se sustente sem que isto devaste toda a biodiversidade, não só Amazônica, mas a biodiversidade brasileira. O estado do Amazonas possui grande parte de seu território preservado, e isto é possível por meio de Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais. Segundo Dumith (2013):

As UCs, como um todo, vêm sendo concebidas como “inovações institucionais” para a gestão socioambiental, orientadas para atender, pelo menos, duas grandes metas de conservação, que muitas vezes se contradizem ou entram em conflito entre si: a criação de UCs de Proteção Integral para garantir a preservação e manutenção das funções ecológicas de fragmentos ecossistêmicos considerados prioritários; e o estabelecimento de UCs de Uso

Sustentável orientadas para a proteção e conservação dos modos de vida das populações tradicionais. (p. 150).

Ferro et. al. (2006), aponta que a questão não é a criação de UC's, e sim como “integrar a extração sustentável e demais práticas naturais de gerenciamento florestal nas estratégias de produção das propriedades rurais existentes, sejam elas grandes ou pequenas”. As unidades de conservação (UCs) são abordadas, atualmente de nova forma, não mais unicamente como de proteção e conservação de sistemas naturais e modos de vida tradicionais, agora são como fontes de capacidade oriundas de reproduzir biodiversidade para fins de prospecção, tecnológica, ou biotecnológica, estão sob um patamar de inserção em processos produtivos, como ativos ambientais e políticas públicas de apoio e fomento para o desenvolvimento de produtos e mercadorias.

## Considerações Finais

---

O uso econômico da biodiversidade no Amazonas, atualmente, é, principalmente, para produção de fitoterápicos, cosméticos e a comercialização de plantas medicinais *in natura*, que é utilizada de maneira tradicional há gerações no estado. A industrialização e comercialização dos produtos da biodiversidade fazem que se concretize a relação sociedade e natureza. Na comercialização a biodiversidade adquire mais valor de mercado com ações de *marketing*, apoiadas na busca intensificada por produtos naturais, produtos da Amazônia, fazendo que o mercado de bioprodutos esteja cada vez mais solidificado.

A cadeia produtiva da biodiversidade mostra que há algumas dificuldades, os comumente denominados *gargalos* para o desenvolvimento deste mercado, como a questão da qualidade e quantidade de matéria-prima que está no início da cadeia. Esta cadeia produtiva passa por três lógicas que é a da economia de mercado, da produtividade e da ecologia. É preciso ter equilíbrio entre estas para que este recurso possa ser aproveitado economicamente em diferentes escalas de tempo futuro.

# Agradecimentos

---

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante a pesquisa.

## Referências

---

- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, EDUFU, v.22, n. 3, p. 461-474, Dezembro, 2010. ISSN: 1982-4513.
- CASTRO, Rafaela A.; ALBIERO, Adriana L. M. O mercado de matérias primas para indústria de fitoterápicos. *Revista Fitos*, Rio de Janeiro, Vol, 10(1), p. 1-93, Jan-Mar, 2016.
- COELHO, Moisés I. B. A.; VEIGA, Renata S. S. Caracterização das Incubadoras de Empresas do Estado do Amazonas. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2015, Fortaleza. *Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção*, 2015, p. 1-21.
- CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). Incubadoras: Empreendedores transformam ideias inovadoras em negócios de sucesso. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/1200-incubadoras-empreendedores-transformam-ideias-inovadoras-em-negocios-de-sucesso>. Acesso em: 14 out. 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SESI. 84% das empresas dizem que Brasil não aproveita potencial da biodiversidade. Disponível em: <http://conselhonacionaldosesi.org.br/2016/09/84-das-empresas-dizem-que-brasil-nao-aproveita-potencial-da-biodiversidade/> 2016. Acesso em: 14 out. 2019.
- COSTA, Reinaldo. C.; FERREIRA, Bárbara. E. S.; NUNEZ, Cecilia V. *Mercado & Biodiversidade*. Manaus: Editora INPA, 2015.
- COSTA, Reinaldo C.; NUNEZ, Cecilia V. Mercado de bioprodutos fitoterápicos e fitocosméticos: gestão, tecnologias e inovação. *Revista Fitos*, Rio de Janeiro, Vol, 10(3), p. 220-372, Jul-Set 2016.
- DUMIT, Raquel C. A inserção das unidades de conservação na legislação ambiental brasileira: um olhar especial sobre o histórico e a gestão das re-

- servas extrativistas. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), Editora ANPEGE, São Paulo, v.9, n.12, p.147-23, Jun-Dez, 2013.
- DUTRA, Rafael C.; et. Al. Medicinal plants in Brazil: Pharmacological studies, drug discovery, challenges and perspectives. Pharmacological Research, v. 112, p. 4–29, Jan, 2016.
- FERRO, Ana. F. P. Oportunidades Tecnológicas, Estratégias Competitivas e Marco Regulatório: o Uso Sustentável da Biodiversidade por Empresas Brasileiras. Revista Fitos, Rio de Janeiro, Vol. 2, N. 2, p. 30-35, Setembro, 2006.
- FERRO, Ana. F. P. et. al. Oportunidades tecnológicas e estratégias concorrenciais de gestão ambiental: o uso sustentável da biodiversidade brasileira. Gestão & Produção, São Carlos (SP), v.13, n.3, p.489-501, Set-Dez, 2006.
- FUINI, L.L. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. Revista GeoTextos, Salvador, v.9, n. 2, p.57-83, 2013..
- Funari, Cristiano S.; Ferro, V. O. Uso ético da biodiversidade brasileira: necessidade e oportunidade. Revista Brasileira de Farmacognosia, Brazilian Journal of Pharmacognosy V. 15(2), p. 178-182, Abr./Jun, 2005.
- JOLY, Carlos A. Et al. Diagnóstico da pesquisa em biodiversidade no Brasil. Rev. USP [online], São Paulo, n.89, p. 114-133, Mar-Mai, 2011.
- LASMAR, Dimas José; PIMENTA, Niomar Lins. Emergência da pequena empresa de biotecnologia no Amazonas. Manaus: EDUA, 2015. ARAÚJO FILHO, Guajarino de. Et. Al. Biotecnologia e (Bio) Negócio no Amazonas. Manaus: EDUA, 2015.
- LÉVÊQUE, C. A Biodiversidade. São Paulo: EDUSC, 1999.
- MOURA, M.M. Camponeses. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- RANGEL, Ignacio. Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005. ISBN: 85-85910-69-0.
- SANTOS, José. T.S.. Colonos do vinho: Estudo de subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora HUCITEC, 1984.
- TERRA JUNIOR, O.N.; MALDONADO, J.V.; ARNOBIO, A. Estudo do desempenho comercial dos insumos farmacêuticos vegetais sob a ótica do Comércio Exterior. Revista Fitos, Rio de Janeiro, Editora NGBS/Fiocruz, v.9, n. 3, p.161-252, 2015.



MARTINS, José de S. A Batalha do Conhecimento e o Fundamentalismo Popularista. MARTINS, José de S. Reforma Agrária. O Impossível Diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000;

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo: Ática, 1990;

# DINÂMICA DE MERCADO NAS FEIRAS REGIONAIS

Ana Cláudia Narbaes de Carvalho

Reinaldo Corrêa Costa.

## Introdução

---

As feiras livres são uma das estruturas de comércio e abastecimento, remontam ao longo passado das sociedades até os dias atuais, com diferentes composições, mas e sendo como um ponto no espaço, um lugar centralizador, centrípeto e centrífugo de pessoas, mercadorias e relações (sociais, econômicas, políticas, entre tantas outras). Quando se trata de comercialização e acesso às mercadorias com preços mais baixos, um dos lugares mais requisitados são as feiras livres, pelas mercadorias oferecidas, localização e estrutura. “Nesse sentido a feira apresenta-se, ela mesma, como um produto a ser consumido” (ALMEIDA, 2009 p. 15). Segundo Pintaudi (1981, p. 45, apud Silva e Carvalho, 2014, p. 4) antes da instalação dos supermercados o “[...] abastecimento dos habitantes da cidade em gêneros alimentícios era feito através de um pequeno comércio de vizinhança: feiras livres, quitanda, frutaria, açougue, padaria, armazém e mercearia, principalmente”.

Um dos itens predominantes para tal preferência são os preços (que podem oscilar conforme o horário e ritmo de vendas) das mercadorias disponíveis e a facilidade de acesso. As feiras contribuem de forma significativa em diversas escalas e circuitos de economicidade e mercado, isso inclui produtos satelitários ao objetivo final da feira, como o de ambulantes, lanches entre outros itens consumidos. Sendo a feira livre um polo gravitacional do comércio varejista, buscamos identificar neste tipo de comércio forças centrípetas e centrífugas, seja ela de qualquer escala e circuito.

As principais frutas comercializadas nas feiras da cidade são a banana, laranja, melancia e cupuaçu, embora haja outros de relevância, como por exemplo, o açaí. O estudo foi realizado em algumas feiras da cidade de Manaus, dentre elas estão: Feira Manaus Moderna e a Feira da Panair, ambas localizadas no centro da cidade e Feira da Torquato Tapajós, localizada na zona norte da cidade. Buscou-se identificar as formas de distribuição, circulação e consumo, tendo como ponto de partida a teoria de localização de Von Thunen. Considerando que o espaço não é um elemento neutro e nem passivo, independente em relação ao tipo de sociedade que lhe produz. Dando ênfase as forças centrípetas e centrífugas atuando no mercado.

## Teorias de Localização

---

*A priori*, a localização é um problema de condicionalidade e contextos espaciais, isto é, as influências e impactos que o espaço geográfico exerce sobre as atividades econômicas, uma vez que estas se encontram, necessariamente, condicionadas, limitadas e potencializadas pela distribuição espacial dos recursos de produção, de um lado, e pelos aglomerados humanos, de outro (ALVES, 1983). (AZZONI, 1981).

Segundo Bowersox (1996) localização é a determinação de um ou mais locais, para abrigar uma ou mais instalações, que permitam aperfeiçoar alguns fatores de desempenho previamente estabelecidos – transporte, custos, tempo de entrega dentre outros. Ainda que a questão de onde se localizar dentro de um espaço geográfico (DONDA, 2002), possa ser banal ou não, estratégico ou não, conflituoso ou não, dentre tantas outras.

Reserva-se aos analistas de mercado regional uma árdua tarefa de identificar quais são os fatores que tornam atraentes alguns locais para determinados setores comerciais. Até então, para efeito de estudos, boa parte das contradições que abordam, em especial, as que se situam no campo do desenvolvimento econômico, tratam de explicar a formação espacial do sistema econômico para, em seguida, sugerir possíveis meios de intervenção com o objetivo de reduzir os desníveis econômicos e sociais gerados pela concentração das atividades produtivas. Existem casos em que a localização está na

dependência de fatores especiais (como condições climáticas, condições de água, infraestruturas, disponibilidade de terra, entre outros.), ou ainda, de motivações decorrentes de fatores tangíveis ou intangíveis.

O fato de vários geógrafos e economistas terem estudado e escrito sobre a localização e o processo agrário despertou-se principalmente as contribuições de Von Thünen, Alfred Weber, August Lösch e Walter Isard, identificadas como Teoria Clássica da Localização, uma vez que estes foram os primeiros autores a se preocuparem com o problema da distribuição espacial do crescimento econômico, tendo fixado as bases das análises subseqüentes.

Von Thünen (*apud* Machado, 1990), tratou de como se distribuía as atividades agrícolas em torno dos centros urbanos, em função dos custos de transporte dos produtos. Para o referido autor, os problemas de uma economia espacial por ele analisada são: a influência da cidade sobre a formação dos preços de produtos agrícolas; a influência da distância da cidade sobre a agricultura e sobre a renda dos agricultores e a influência do crescimento das cidades sobre a área rural cultivada. O cenário básico de sua análise é uma área agrícola plana, cujo solo é igualmente fértil em todos os pontos.

Para Thünen (*apud* Polese, 1998) os modelos econômicos do espaço urbano tiveram origem na teoria de localização dos produtos agrícolas. A razão é simples. Tanto para a cidade como para o campo, trata-se de modelos de utilização do solo concebidos para explicar a afetação dos terrenos e diversas funções. As utilizações de solos agrícolas, industriais e outras disputam espaço. Explicar a utilização do solo é o mesmo que propor uma teoria de renda fundiária, sendo que, renda e localização são inseparáveis, constituindo as duas faces de uma mesma realidade.

No centro desses pontos encontra-se uma cidade acessível por todos os lados, cujos habitantes consomem os produtos agrícolas. Além disso, o autor acrescenta custos de transporte uniformes, como função da distância; preços, na cidade, uniformes para cada produto e, como princípio orientador da atividade do agente econômico, a maximização da renda, definida esta como a receita residual, depois da remuneração de todos os fatores de produção e do

pagamento dos fretes, logo não é somente o processo em si, existem relações e atividades satelitárias que compõem o foco principal

Ao analisar seu modelo de localização agrícola, Johann Heinrich Von Thunen (1783-1850) tornou-se o pioneiro de localização das atividades econômica. Antes dele, os estudiosos da economia não tinham preocupação com a dimensão propriamente espacial da produção, a espacialidade da mercadoria não era abordada, mas identificavam-se temas relacionados ao custo de transporte, distância do mercado entre outros. (BREITBACH,1988).

“O modelo de Von Thunen funciona sobre o espaço e através do uso da análise marginal mostra como os tipos de uso da terra graduam-se um nos outros numa sucessão contínua, embora ele não estude nunca problemas de fronteira. Produtores, fatores de produção e consumidores são tratados como se fossem localizados numa série de pontos discretos com custos de transporte zero entre eles.” (CHORLEY E HAGGET, 1975).

E a partir desses processos, surgiu a necessidade de correlacionar às forças centrípetas e centrífugas nessa dinâmica de mercado como instrumento metodológico para uma abordagem de identificação e análise do espaço geográfico econômico.

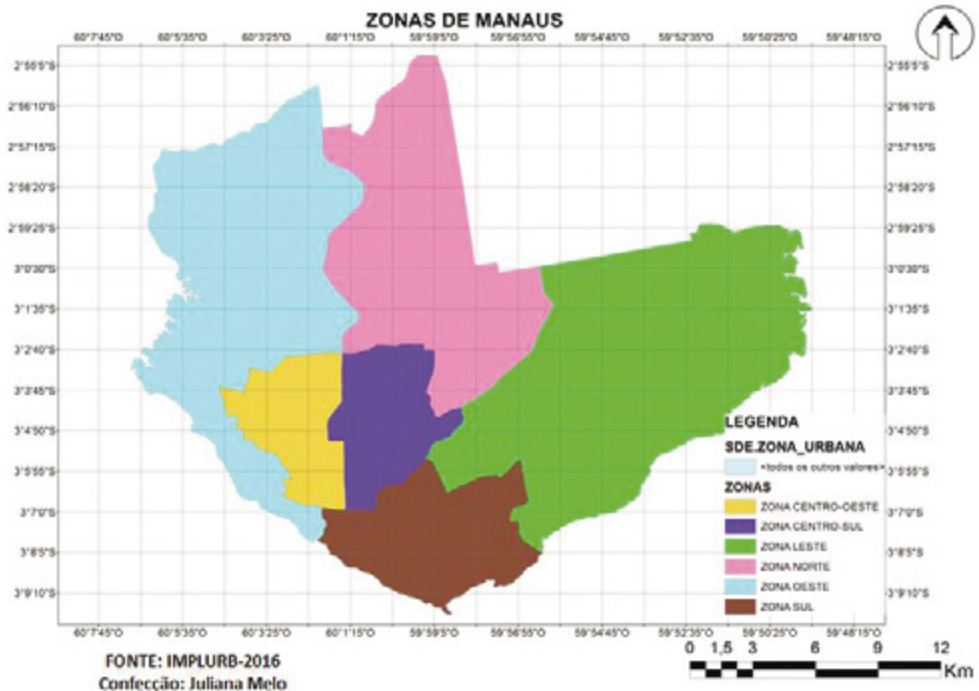
## **Caminhos da abordagem**

---

Durante os anos de 2014 e 2015, realizou-se trabalho de pesquisa em algumas feiras de Manaus, dentre elas a Feira Manaus Moderna, Panair, Feira da Torquato Tapajós dentre outras, nas quais estas se sobressaem. Houve observações nas feiras para identificar a organização e estrutura da comercialização, seguido de levantamento de produtos e seus respectivos preços. Houve também a realização de anotações em um caderno de campo e de fotografias, seguidos de entrevistas semiestruturadas, ouvindo experiências cotidianas vividas pelos feirantes. Os entrevistados foram informados dos objetivos da pesquisa.

A seguir, o mapa de localização das feiras estudadas.

**Figura 01-** Mapa das Zonas de Manaus, destacado em círculos vermelhos a localização das feiras.



FORTE: IMPLURB-2016

AUTORIA: Juliana Melo, 2016.

As feiras livres enquanto uma das estruturas espaciais responsáveis pelo abastecimento alimentar da cidade, desempenham um importante papel dentro da sociedade, além de seu grande desempenho no abastecimento, a feira se destaca também pela quantidade de empregos que gera, absorvendo a mão de obra desqualificada que vaga no subemprego, desde o feirante principal, ao *carregador*, o *atravessador*, o *sacoleiro* e outros.

Espíndola e Cunha (2016, p.2) referem-se ao novo padrão de produção da agricultura brasileira como sendo novas formas reorganização da produção agrícola. Com a rápida expansão físico territorial e populacional e com o desenvolvimento econômico da área, manifestada, no aumento do número de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, a feira foi também adquirindo maior importância e expandindo-se em termos do número

de barracas/boxes. São vários os tipos de produtos comercializados e com diferentes padrões de qualidade, havendo a presença de hortifrutigranjeiros em geral, não somente frutas, mas também, verduras, legumes, ovos, bem como barracas de pastéis, caldos de cana, cereais, queijos, carnes, artesanato, além de numerosos outros tipos de barracas de produtos diversos que compõem a parte correspondente aos boxes.

## **Força Centrípeta e Centrífuga nas Feiras Regionais**

---

Em Manaus, há diversas feiras, localizadas em diferentes pontos da cidade, e ainda assim, com toda essa disponibilidade de feiras, produtos e preços, ainda temos as feiras do centro da cidade como destaque, isso se ocorre por diferentes motivos e a partir da teoria de Krugman, podemos identificar como as feiras do centro da cidade são preferíveis em relação às feiras dos demais bairros da cidade. Tornando possível explicar essa relação a partir das forças centrífugas e centrípetas, a força centrípeta, tem força gravitacional para aglomeração, por exemplo, comercial, industrial e a força centrífuga dispersão espacial das empresas, dos mercados e entre outros.

A localização é uma das primeiras decisões do estabelecimento de uma empresa, sendo ainda mais importante pelo fato de ser bastante difícil voltar atrás, se a escolha vier a gerar insatisfação. No que se refere às feiras do centro da cidade de Manaus, não é da mesma forma, visto que a formação destas ocorreu por outros fatores, principalmente as feiras centrais.

Diversos fatores (políticos, econômicos e sociais) estão relacionados (direta e indiretamente) à ocorrência de centralidades no espaço das feiras urbanas. As centralidades formadas a partir das atividades do setor terciário mereçam destaque, pois conferem ao espaço urbano o caráter de ser concomitantemente “[...] fragmentado e articulado, isto é, cada localização mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade variável” (CORRÊA, 1989, p.7). O comércio, principalmente as feiras são responsáveis pela formação de novas centralidades (de poder e mercado) nas cidades, porque modificam a área em seu entorno e aumentam o fluxo de pessoas e veículos e de serviços, enfim pela dinamicidade que criam, pelas novas potencialidades e capacidade que geram.

Não somente as feiras centrais, como as dos bairros, ainda possuem os mesmos padrões, tanto em estrutura quanto em infraestrutura, se encaixando no conceito de circuito inferior da economia de Santos, em que “as atividades do circuito inferior estão centrada na área central da cidade, sendo esse espaço de maior concentração de tais atividades. Para mais aprofundamento do conceito de circuito inferior”; Santos (2004, p. 40 *apud* Coelho e Pereira 2011 p. 163) coloca como sendo aquele “constituído essencialmente por formas de fabricação ‘não capital intensivo’, pelos serviços ‘não modernos’ fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio “não moderno “e de dimensão pequena.”

As forças centrípetas atuam na aglomeração comercial das feiras do centro, podem estar associadas aos fatores históricos, por exemplo, ligados a localização do porto da cidade, o fato de que a cidade teve seu início no atual *centro histórico da cidade*, depois foi se expandindo, e até mesmo ao simples fato de em sua maioria, as frutas comercializadas nas feiras em toda a Manaus, provem dos municípios adjacentes, em síntese os de zona rural. Culminado em sua centralização a maior parte da mercadoria nas feiras mais próximas ao porto e também há a espacialização destas frutas para as outras feiras da cidade. Impactando fortemente na força centrífuga, isto é, outros mercados foram surgindo fora do centro devido à expansão da cidade e das necessidades locais dos setores extra centro da cidade.

Paralelamente, forças centrípetas e forças centrífugas estruturam o território, como tendências ao mesmo tempo contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas. As forças centrípetas resultam do processo econômico e do processo social, e tanto podem estar subordinados às regularidades do processo de produção e consumo, quanto às surpresas da economia e política. Essas forças centrípetas, forças de agregação, são fatores de convergência. Elas agem no campo, agem na cidade e agem entre cidade e campo. No campo e na cidade, elas são, respectivamente, fatores de homogeneização e de aglomeração. E entre o campo e a cidade, elas são fatores de coesão. (SANTOS, 2012), visto que dão conteúdo ao espaço econômico das feiras.

Sob o aspecto comercial, os agricultores não investem em seus próprios pontos comerciais, por diversas situações, de acordo com (COSTA, FERREIRA



*et al.*, 2015, p. 37) “a região amazônica tem grandes potencialidades naturais quando se trata da biodiversidade e o que ela pode oferecer para diversos segmentos no mercado, entretanto, encontra muitas dificuldades, principalmente quando se trata de tecnologia, transporte e a própria produção de matéria-prima, pois não há grandes plantações, logo a questão, a reflexão é socioeconômica e não da natureza.”

Como Santos (2012) aborda, as forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. Pode-se falar numa desestruturção, se nos colocamos em relação ao passado, isto é, ao equilíbrio anterior. E de uma reestruturação, se vemos a coisa do ponto de vista do processo que se está dando. Entre os fatores longínquos, causadores de uma tensão local, contamos o comércio internacional, as demandas da grande indústria, as necessidades do abastecimento metropolitano, o fornecimento dos capitais, as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais ou estrangeiras.

O centro histórico da cidade, na área portuária, contém estruturas e equipamentos públicos urbanos que foram se acumulando no decorrer da produção espacial urbana, dando-lhe densidade e significado (social, político e comercial), ainda possui serviços e atividades, que podemos colocar como rugosidades, como por exemplo, bancos, loja central e não filial e ate mesmo, feiras e mercados maiores e mais diversificados, de arquitetura original, o que remete a lembranças do início da cidade. A noção de rugosidade tem um papel estrutural significativo, pois contribui na identificação das técnicas de ação e modificação da morfologia urbana, assim como das conjunturas espaciais, ou melhor, sociotécnicas do acumulo de tempos, consubstanciando uma conexão de diferentes escalas entre mercado, economia e o espaço geográfico. Na definição de Santos:

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. (SANTOS, 2012: 140).

A conexão entre espaços públicos e privados nas feiras do centro da cidade vai ao encontro do que Sousa (2016) *apud* Damiani (2012, p. 42) afirma: “O público e o privado, ao mesmo tempo, se contrapõem e se condicionam simultânea e mutuamente”. Fica difícil de ser analisados de forma separada. No caso da feira a análise de apenas um dos espaços torna-se incompleta visto que os espaços privados (centros comerciais, loja central e não filial, galpões e feirões) permitiram a consolidação da atividade e também dinamizaram o uso das feiras *Manaus Moderna e Panair* e do seu entorno para a comercialização de gêneros de hortifrúti, portanto de uma especificidade em uma espacialidade econômica localizada, as feiras, uma especificidade comercial.

Uma das estruturas econômicas favoráveis para a preferência das feiras centrais é o preço baixo, devido as relações comerciais com os produtores e processo de renda da terra, assim como à aglomeração de várias feiras no centro da cidade, e muita produção destinada a essas feiras, resultando em concorrência, o que conseqüentemente significa preço baixo e variedade da mesma fruta. Na área central de Manaus, diferente do que ocorre nas demais feiras da cidade, localizadas nos bairros, sobretudo os mais distantes do centro, zona leste e norte, o processo de densidades, sob os aspectos econômicos, impacta nos preços ao consumidor com mais força. Pereira e Lamoso (2005) reforçam o que Santos diz, esse dado empírico reforça a leitura da “competitividade dos lugares” (SANTOS, 1996, p.197-198). A diferenciação dos lugares ocorre pelas diversas estruturas e capacidades instaladas que objetivam a circulação da mercadoria visando evidentemente o lucro. O lucro, com origem espacial definida, pode ser maior ou menor, assim como os prejuízos, pelas relações socioeconômicas de diferentes sujeitos, assim como pela capacidade técnica dos territórios, como equipamentos públicos ou privados, infraestrutura da mercadoria, do vendedor e para o comprador e sua capacidade de circulação. A eficácia do mercado é um processo em construção em um determinado lugar, mas é, acima de tudo, uma produção social e econômica, mediado por relações políticas. Na maior parte dos casos as feiras são objetos espaciais disputados para sua monopolização, pela dominialidade das feiras; há sempre o jogo de quantidade, variedade e preços. Nesses casos, utilizando as duas forças de Krugman, temos “centrípetas” tendentes a manter a existência do centro em destaque, e uma força “centrifuga” tendente a despedaçá-lo.

**Forças centrípetas:**

*Vantagens particulares:* porto, rios; localizações centrais, comércios.

*Externalidades do tamanho do mercado:* acesso ao mercado; acesso aos produtos; trabalho abundante.

**Forças centrífugas:**

*Forças mediadoras do mercado:* custos de transporte, monopólio; atração de produtos distantes.

*Forças não relacionada com o mercado:* congestionamento, poluição, pouca ou quase nenhuma variedade em frutas regionais.

## Feira Manaus Moderna

**Figura 02-** Fachada principal da Feira.



Fonte: (NARBAES, 2014).

## Comercialização

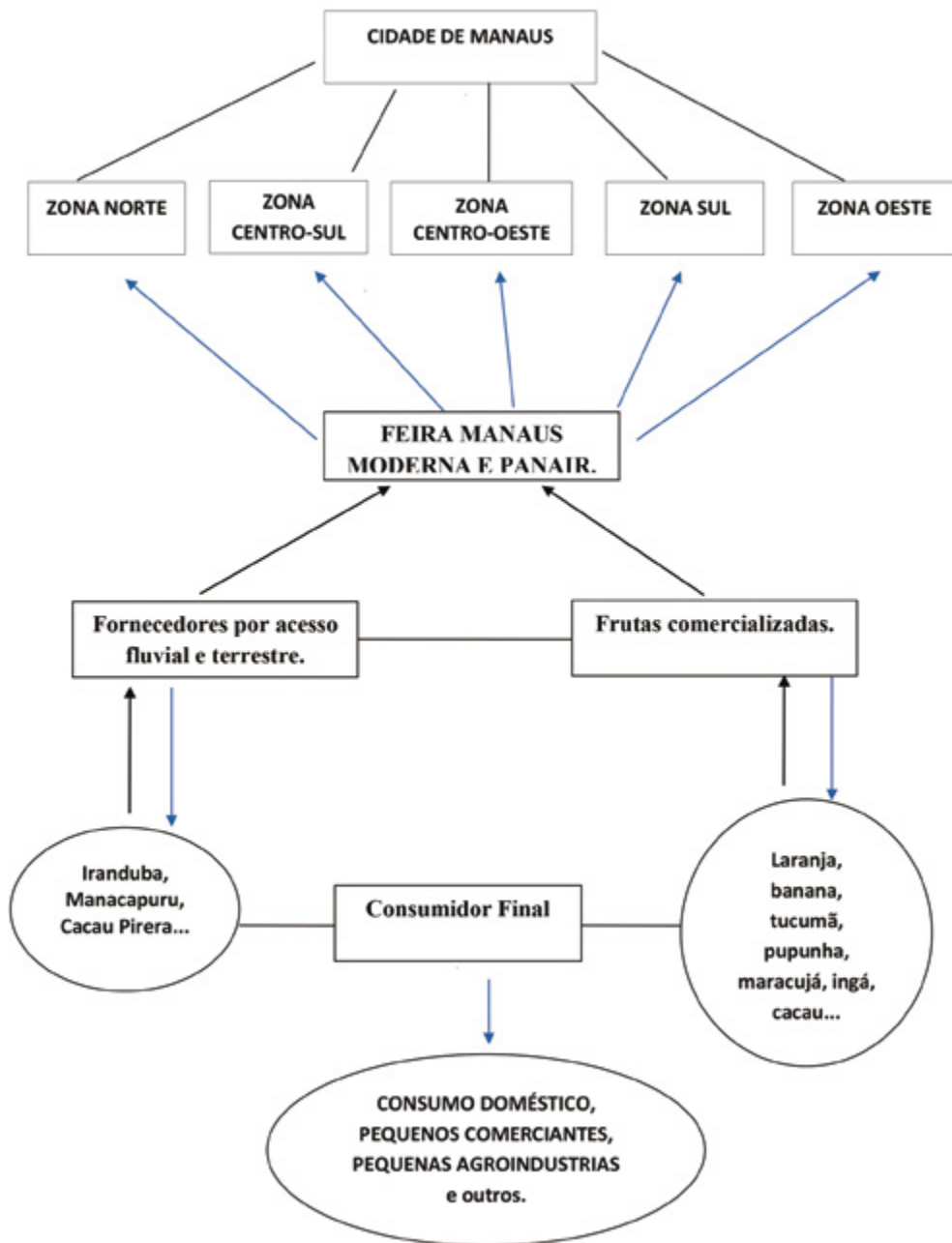
**Figura 03-** Algumas frutas são fornecidas dos produtores das adjacências da capital, como por exemplo, Manacapuru, Cacau Pirera, Iranduba e entre outros. A mercadoria chega ate ao porto da Manaus moderna, ou uma condução transporta ate o feirante. As frutas mais comercializadas são: laranja, tucumã, pupunha, maracujá e melancia. E as menos procuradas são: ingá, cacau e manga.



Fonte: (NARBAES, 2014).

A seguir, diagrama básico representativo das feiras mais frequentadas.

**Diagrama 01-** Diagrama básico de funcionamento da feira Manaus Moderna.



Fonte: (Narbaes, 2014.)

Pode-se dizer que grande parte da população da cidade de Manaus, recorre às feiras do centro, a procura menor está localizada na zona leste da cidade, visto que nesta zona, existem uma grande variedade de *sub*-feiras, menores, mas ocasiona concorrência, logo variedades e preços baixos.

As frutas regionais que são comercializadas nas feiras Manaus Moderna e Panair, em geral são dos mesmos produtores, os quais provem das imediações da cidade, como por exemplo, da cidade de Iranduba, Manacapuru, Cacau Pirera e outros. Os pequenos produtores mais distantes acabam por comercializar toda sua produção com intermediários (EMERIQUE,2010, p. 62), conhecidos como *atravessadores*, cuja sua principal função é transportar essa mercadoria até os pontos de venda, que dificilmente são os produtores que realizam essa circulação, o que se deve a inúmeros fatores, distância, gastos, acomodação e assim por diante, visto que há um custo em circular no espaço . Segundo Costa, Ferreira (2015, p. 38), “O transporte se torna uma das grandes dificuldades devido à falta de estradas ou falta de manutenção nas estradas existentes, e em maior parte por falta de transporte fluvial, pois muitos camponeses transportam suas mercadorias em barcos, *voadeiras*, *ra-betas*, sem infraestrutura de transporte e armazenamento, e muitos não têm este transporte ou combustível, além de depender de outras questões como a época da seca dos rios que modifica a paisagem dificultando a navegação.”

## **Feira da Torquato Tapajós**

### **Comercialização**

Na feira Torquato Tapajós há uma variedade de frutas regionais, entretanto não é diferente da feira Manaus Moderna. Os fornecedores são do interior, como por exemplo, produtores de Manacapuru, Iranduba, assim como de Presidente Figueiredo e Assentamento Tarumã Mirim, localizados na região metropolitana de Manaus.

**Figura 04-** A Feira da Torquato, não é tão requisitada quanto as feiras do centro, mesmo com sua localização, numa das principais avenidas da cidade, isso se dá pelo elevado preço dos produtos ofertados.



Fonte: (NARBAES, 2014).

## Considerações Finais

Devido à conjuntura econômica específica das feiras urbanas, esse setor de múltiplas economicidades espaciais sempre se atualiza, se renova, visto que um elemento quase que indissociável da vida urbana. Com isso as bases teóricas devem sempre ter a conexão cidade e campo, produção e circulação, assim como preço e consumidor, concentração e distribuição espacial de várias territorialidades.

Identificamos que as feiras tem uma capacidade de se reproduzir, de se renovar, de se recriar, de se adequar, seja no contexto das cadeias produtivas, seja no cotidiano das cidades. Certamente essas capacidades potencializam reações sociais de produção já conhecidas, como a relação existente entre o capital e o trabalho. Alguns pontos em comum foram identificados, as feiras Manaus Moderna, Panair e Torquato Tapajós, seguem predominantemente uma estruturação parecidas, principalmente no que se refere a organização;

devido sua localização e preferência dos consumidores pelos preços e localização, alguns pontos em comum:

As feiras livres de Manaus tem como conteúdo de trabalho a mão-de-obra familiar, é um mercado quase de indivíduo para indivíduo. Sua comercialização tem como *marketing* os gritos de divulgação e placas simplórias com o preço dos produtos.

Quase que inexistência de armazenamento das mercadorias, ou seja, comercialização com fornecedores quase que diária, portanto há uma sensibilidade ou fragilidade ao pequeno feirante, visto que depende das vendas diárias e baixa ou inexistência de capacidade de regular preços, é um elo da comercialização.

Sistema de comercialização com base na negociação direta com o vendedor, o caráter de relação indivíduo com indivíduo, principalmente aos descontos e promoções, como o ato de pechinchar.

Muitas feiras têm problemas ligados ao saneamento e limpeza e falta de higiene, pela preciedade das estruturas de funcionamentos, principalmente as feiras nas ruas.

No que se refere ao comércio varejista, informalidade e fluidez da mercadoria, as feiras são elementos fundamentais, inclusive porque nelas estão algumas das condições de ter alimentos a preços acessíveis. A distribuição espacial dos produtos, que pelas forças centrípetas e centrifugas da mercadoria, que são encontrados nas feiras, demonstram o vigor dessa instituição urbana, a feira como espaço vivido e consumido e produzido pela sociedade, principalmente pela sua dimensão econômica.



# Referências Bibliográficas

---

- ALMEIDA, Shirley Patrícia N. C. Fazendo a feira: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). UNIMONTES. Montes Claros MG. 2009
- BREITBECH, A.C.M. Estudo Sobre o Conceito de Região. Porto Alegre, fundação de economia e estatística siegfried emanuel heuser, 1988.
- BEZZI, Meri Lourdes. Região: uma (re) visão historiográfica de gênese aos novos paradigmas. UFSM, 2004.
- COELHO, Otavio de Melo, PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O Circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. Geografia (Londrina) v. 20. n. 1. p.163-188, jan/abr.2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6620/9685>. Acesso em 24/03/2017
- CHORLEY, RICHARD; J. HAGGET, PETER. Modelos socioeconômicos em geografia. Rio de Janeiro. EDUSP. 1975.
- CUNHA, Roberto César Costa. ESPÍNDOLA, Carlos José. A Relevância do Progresso Técnico na Consolidação da Cadeia Produtiva da Soja no Sul do Estado do Maranhão (Brasil) Geografia (Londrina) v. 25. n. 1. p.87-106, jan/jun, 2016 Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/22565/19328>. Acesso em: 24/03/2017.
- DONDA JÚNIOR, Alberto. Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no Paraná: estudo de caso de uma agroindústria de aves. 2002. 141 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis
- EMERIQUE, Lucas Possedente. A Produção de maçãs no Sul do Brasil. CADERNOS Geográficos. Florianópolis, N.21. Junho, 2010.
- Mercado e biodiversidade. Reinaldo Corrêa Costa, Barbara Evelyn da Silva Ferreira, Cecilia Veronica Nunez. Manaus: editora INPA, 2015.
- PAUL R. KRUGMAN, MASAHISA FUJITA, ANTHONY J. VENABLES, Futura, 2002, São Paulo.

- SABINO, Anderson; SIMÕES, Robson. Geografia e Arqueologia: uma visão do conceito de rugosidades de Milton Santos. Revista de Arqueologia Pública, n.8, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP. Dezembro 2013.
- SANTOS, Milton. [1996]. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed 7<sup>a</sup> reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SOUSA, Eveliza Teixeira de Oliveira. Feira da Rua José Avelino: Usos do Espaço Público e Questões sobre o Patrimônio Histórico - Fortaleza - CE. Geografia (Londrina) v. 25. n. 1. p.125-142, jan/jun, 2016. Disponível em: [http://www.uel.br/portal/frm/frmOpcao.php?opcao =](http://www.uel.br/portal/frm/frmOpcao.php?opcao=) <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>. Acesso em: 24/03/17.
- SILVA Andresa Lourenço, CARVALHO, Márcia Siqueira de. A Lógica Espacial de um Supermercado de Bairro na Gleba Palhano, Londrina - Paraná. Geografia (Londrina) v. 23, n. 1. p. 107 - 125, jan/jun, 2014 Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/17478/16289>. Acesso em: 24/03/2017.



# Pescado na Reserva Extrativista do Rio Jutaí - AM

Enderson Mota Angioli

Reinaldo Corrêa Costa

## Introdução

---

Em muitos setores do cenário global há uma grande preocupação com os sistemas naturais e seus recursos. A natureza passou de ser algo “intocável” e “utilizável” e adquiriu valores segundo as relações da sociedade perante a natureza, mostrando valor, tornando-se mercadoria. Para Santos (2006: 41).

“No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor.”

Para além de ter a natureza como um recurso ilimitado é necessário conhecê-la, para que este valor (social, estético, ecológico, econômico) se reproduza em diferentes escalas de tempo futuro como realidade empiricamente observável. A natureza, como o conjunto dos sistemas naturais se difere em espaço, tempo e relações sociais, logo, a natureza é uma concepção social de uma materialidade, de uma realidade que não criada pelo ser humano, que por meio de processos históricos acumula e muda os significados (SMITH, 1978). Conforme Smith, a concepção de natureza parte do dualismo entre natureza externa e natureza universal, sendo a universal ontológica, que está ligada a essência das coisas e tendo a leis das físicas como seu fator determinante, já a externa, coloca a natureza como objeto, tirando o humano do meio e o relocando como autor da produção/organização/reorganização dos

processos naturais. Partindo da premissa que será feita uma análise de cadeia produtiva, é entendida a natureza como parte do capital, subsumida pelo capital, sendo ela externa, tornando-a objeto e parte fundamental das mercadorias, tanto quanto, na sua criação até o seu consumo.

Para Costa (2004):

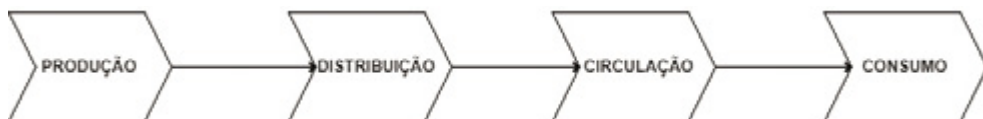
“A produção é sempre social e é uma subsunção da natureza por parte de algum grupo social envolto ou mesmo subsumido por alguma relação do modo de produção dominante. Ainda que a raiz de sua reprodução social seja diferente, porém integrada à relação dominante. As coisas produzidas têm o seu valor de uso que é social e por isso se integra na sociedade pelas relações de troca.”

Essa relação é concretizada na área de estudo quando observamos que, de um lado, temos camponeses/moradores da resex, produções não capitalistas e de outro lado, empresários e políticos não ligados aos moradores da resex. Não se trata de capitalistas versus não-capitalistas, na realidade são concepções de natureza diferentes, portanto concepções de felicidade e satisfação distintas e opostas, em um pequeno exemplo da geografia brasileira na apreensão da relação entre a sociedade e a natureza e sua subsunção.

Este estudo vem nesse contexto, identificar e analisar as etapas da cadeia produtiva do pescado dentro da RESEX do Rio Jutai, como ele é feito, quem o faz, pra onde vai e quem o consome, identificando assim as etapas de sua cadeia produtiva, que por sua vez consiste:

Tem por objetivo permitir ou facilitar a visualização, de forma integral, das diversas etapas e agentes envolvidos na produção, distribuição, comercialização (atacado e varejo), serviços de apoio (assistência técnica, crédito, etc.) e consumo de uma determinada mercadoria, de forma a: 1) permitir uma visão sistêmica, ao invés de fragmentada, das diversas etapas pelas quais passa um produto, antes de alcançar o consumidor final; 2) identificar “gargalos” que comprometam a integração dos diversos segmentos, garantindo ou promovendo a competitividade. CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 466.

**Diagrama 01-** Circuito de uma Cadeia produtiva. Org.: ANGIOLI, 2018.

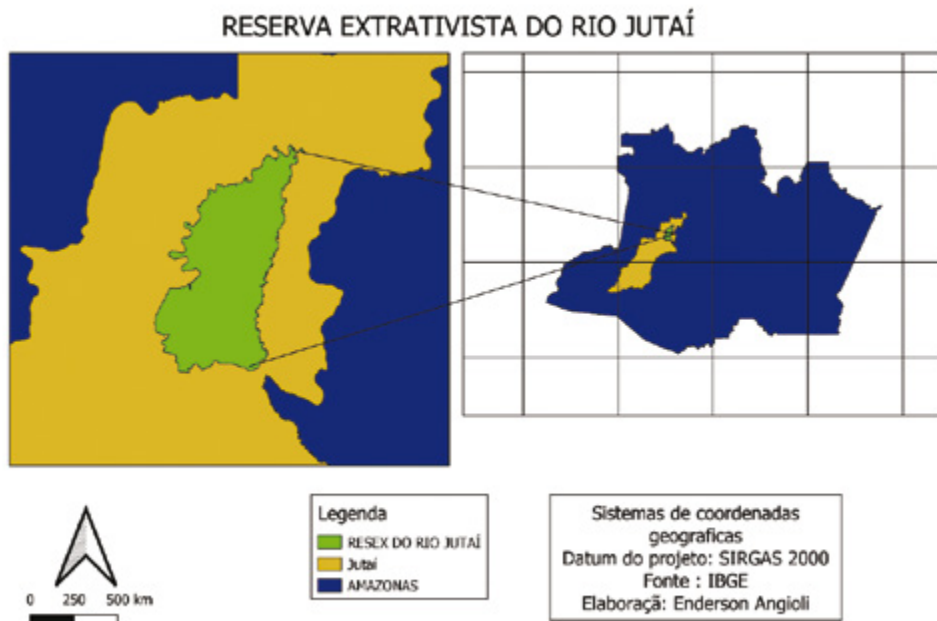


Com a identificação da cadeia produtiva, é possível analisar as fraquezas e os pontos fortes desta cadeia, podendo assim elaborar planejamentos, formas de gestão para que a mesma se mostre mais eficaz para os sujeitos fundamentais da resex, seus moradores, e não para os fluxos e interesse externos aos da resex que são capitaneados pelo mercado, e que compreende grupos econômicos alheios às realidades e dificuldades dos moradores da resex.

## Caminhos da Pesquisa

O trabalho tem como unidade espacial de análise a Reserva Extrativista do Rio Jutai situada no município Jutai, sudoeste do estado do Amazonas, a RESEX consiste nos dois canais fluviais Rio Jutai e Rio Riozinho. As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas seguindo um roteiro de conversa aberta, pesquisas bibliográficas e registros fotográficos, e os moradores foram previamente avisados e concordaram com a pesquisa.

**Imagem 1: Mapa da RESEX do Rio Jutai. Angioli 2018**



A RESEX do Rio Jutaí foi criada por meio do Decreto s/n de 16 de julho de 2002. Tendo em sua área de extensão 275.532,88 hectares, cobrindo aproximadamente 4% do município de Jutaí, com o total de 23 comunidades. Reserva extrativista é uma unidade de conservação prevista em lei no Artigo 27 da Lei 9.985/00 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC; nele é conceituado o que seria o extrativismo, dando assim sua função:

Art. 2. Parágrafo XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

As famílias que moram nas comunidades utilizam as formas camponesas, que consistem, segundo TAVARES DOS SANTOS (1978), em nove itens que podem ser identificados e analisados dentro da RESEX, vide em Tabela 01:

**Tabela 01-** A produção camponesa e seus nove elementos estruturais. Segundo TAVARES DOS SANTOS (1978)

| Camponês |                                 |   |
|----------|---------------------------------|---|
| Nº       | Elementos estruturais           | Justificativa   |
| 1        | Força de trabalho               | Trabalho coletivo, sobre tudo da família.   |
| 2        | Ajuda mútua                     | Mutirão para ajuda, quando necessário.  |
| 3        | Parceria                        | Pela falta de condições financeiras, o camponês “contrata” um parceiro e divide os custos e ganhos de sua produção.   |
| 4        | Trabalho acessório              | É quando o camponês transforma-se em trabalhador assalariado, de forma periódica, para complementar sua renda.  |
| 5        | Jornada de trabalho assalariada | Em momentos difíceis, quando necessária rapidez e mais mãos de obras na sua produção, o camponês começa utilizar as duas forças de trabalhos, á familiar e à assalariada. |

| Camponês |                                 |  |
|----------|---------------------------------|--|
| 6        | Socialização do camponês        | Através dela a criança é iniciada como personagem na divisão social de trabalho.   |
| 7        | Propriedade da terra            | Existem três situações em que camponês pode ter domínio dessa terra, 1°camponês-proprietário, 2°camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra), 3°camponês-posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra). |
| 8        | Propriedade do meio de produção | Exceto a terra, os meios de produção são adquiridos, portanto são mercadorias, subordinando-se ao capital.   |
| 9        | Jornada de trabalho             | Diferente do que se encontra no capitalismo, no meio de produção camponesa não se encontra uma rigidez no horário de trabalho, o que pode se diferenciar em época de ano e na produção que se faz.                                     |

Organizado por ANGIOLI, 2018.

## Conteúdos da Pesquisa

Seguindo os itens proposto por Tavares, foi identificado a maiorias deles nos moradores da RESEX, seguindo esse modelo, teríamos um camponês considerado ideal, ou por outras palavras “100% camponês”; entretanto, alguns itens não se aplicam ou devem ser considerados de outra forma pelo fato da realidade local ter contextos específicos. Verifica-se com maior atenção o item 2, na qual, quando análise foi realizada em campo, identificou-se, por se tratar de uma unidade de conservação (RESEX), que os próprios moradores das comunidades, revezam nas vigílias para proteger os rios de pessoas de fora que queiram ali pescar. Tendões são montadas no meio do rio para que as famílias designadas a fazer a vigilância fiquem acomodadas. Nas entrevistas feitas em campo, não foi identificada a prática do item 5, não de forma assalariada, em momentos difíceis, praticam com maior frequência o item número 3, partindo da premissa que não há um grande capital desses camponeses. Por se tratar de uma reserva extrativista, os camponeses não são proprietários da terra na qual se localizam, tal qual, o rio em que pescam, logo o item 7 não se aplica a essa realidade, uma vez que a terra pertence a união.

O item 01, a força de trabalho que os camponeses estão subordinados é a força de trabalho familiar se inserindo assim no trabalho familiar camponês para o sua reprodução, o que nos levar abordar que não existe um assalaria-



mento, pois tudo aquilo que é obtido como lucro partilham entre suas necessidades familiares, assim como, que por serem camponeses eles utilizam da força de trabalho familiar, mas nem todos que utilizam dessa força de trabalho seriam camponês, ter essa distinção é importante, não só em termo de conceituação, mas para identificar quem está sendo estudado, identificar e analisar o contexto político em que se encontra a RESEX, e assim criar planos de gestão que se aplicam a tal realidade.

Ao abordamos uma resex, temos que inerir nas metodologias de análise a questão agrária, pelos temas, problemas e questões envolvidas, assim como para não alienarmos os pescadores, como uma expressão do campesinato de nossas análises. O ribeirinho amazônico é um camponês haliêutico. Nesse caso é um campesinato haliêutico. Em um país com uma faixa litorânea fantástica e uma rede hidrográfica considerável, os pescadores também entram como componentes da formação territorial do Brasil e com uma questão agrária específica. Muitos desses pescadores têm tradição de roça, foram transformados em extrativistas, uma identificação não cultural, mas da situação jurídica, para sobreviverem ainda em um modo de vida camponês haliêutico em uma reserva extrativista. Segundo Costa (2003):

“Aqueles que vivem da pesca como modo de vida, são denominados como Camponeses haliêuticos, são uma classe social que utiliza a mão-de-obra familiar na agricultura e nas atividades da pesca, sendo um policultor, não assalariado, sua lógica é não capitalista, não dependem exclusivamente da pesca, mas tem nesta o ethos do seu modo de vida. (COSTA, 2003).”

Os moradores da resex são plurais, eles são pescadores, extrativistas da floresta, têm pequenas roças, pequenas criações entre outros, eles não são homogêneos, porém nas reivindicações fazem uso de uma única categoria social. Para Almeida (1994:522):

“Nestes antagonismos, em que à primeira vista não há o predomínio político de classe, as categorias de mobilização refletem, na medida adequada, o tipo de intervenção dos aparelhos do Estado. Os agrupamentos traduzem efeitos de ação, senão vejamos: ‘atingidos por barragens’, ‘remanejados’, ‘reassentados’, e ‘assentados’. Prevaecem também noções genéricas, que encobrem possíveis especificidades, tais como: ‘povos da floresta’ e ‘ribeirinhos’. O que parece importar é que categorias de circunstância (atingidos) surgem combinadas com outras de sentido permanente (povos da floresta) no contexto dos conflitos abertos.”

Ressalta-se que muitas famílias da RESEX utilizam o escambo para obtenção de certas mercadorias, saindo então do mercado monetário, geralmente aproveitam-se desse método quando não há procura dos seus produtos (além da pesca os moradores têm roças, na qual, fazem plantios para consumo e venda).

## Produção

---

A pesca evidencia relação intrínseca entre a sociedade humana e a natureza, como a sociedade, o grupo específico produz condições para a sua reprodução social e cria meios para acumular materialidades fundamentais para sua existência e reprodução. Segundo os entrevistados, o pescado é o principal recurso natural utilizado na RESEX, como meio para sua reprodução social, é o que tem no mercado uma força maior de comercialização.

“A pesca é umas das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte”. (SANTOS, G. M; SANTOS, A. C. M, 2005).

Todos os entrevistados têm a atividade da pesca, mas apenas 35% utiliza de forma comercial, embora o pescado tenha essa baixa comercialização, ainda é um dos maiores meios de produção/venda na RESEX, perdendo apenas para farinha. Segundo o estudo levantado pelo ICMbio, existe uma diferença na pesca entre os dois canais que delimitam a RESEX (Rio Jutai e o Rio Riozinho), o que ficou evidente também nas pesquisas em campo.

“O rio Jutai, onde aparentemente os peixes lisos são mais abundantes, é um rio com características de água branca. A área alagada é maior que no Riozinho, e provavelmente a produtividade é mais elevada, o que acaba refletindo na biomassa aquática. [...] o Riozinho é um tributário estreito, que drena a água de igarapés situados em suas margens. Aparenta um ambiente de água preta, com uma pequena região de igapó, já que nos seus trechos superiores o canal é bem encaixado e as áreas alagadas não são tão extensas como no rio Jutai.” Pag. 38, Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Jutai, 2011.

Outro fator que também impacta na comercialização do pescado nos dois rios é a vazante, pois na mesma, o rio riozinho fica intransitável a transportes

de médio e grande porte, o que dificulta a venda dos moradores da comunidade para os atravessadores<sup>1</sup> e a própria ida à cidade para fazer a venda, nesse período à pesca também fica mais escassa. O pescador na RESEX é extrativista, trazendo assim a função do local, com a finalidade de trazer uma segurança ao morador da resex, assim como uma relação de preservação da natureza, ainda que utilizada pelos moradores. A pesca tem algumas “leis” que são respeitadas para que não haja um desequilíbrio, leis estas que são estudadas antes da sua criação para poder trazer uma condição de reprodutibilidade para aquele ambiente, quando impossibilitados da pesca, subsídios monetários são incorporados para assistência dos camponeses, como acontece no caso do SDPA<sup>2</sup>.

A pesca na RESEX segue o padrão clássico da atividade, de forma rústica, sem muitas tecnologias modernas para além daquelas conhecidas, como: tarrafa, malhadeira, caniço, anzol, dentre outras. De forma consciente os camponeses pescam muito mais para seu consumo, mas a venda que fazem, gera lucro para aqueles que economicamente dependem dessa atividade, o que gera um questionamento, pois se a venda é lucrativa porque todos não a fazem? Nas atividades em campos foi identificada a falta de estrutura dos camponeses; em uma comunidade específica (Novo Apostolado) há dois anos que estavam sem energia elétrica (segundo moradores), logo, como armazenar e refrigerar o que se foi pescado? A mesma comunidade citada fica bem distante do polo consumidor, dependendo do transporte que utilizarem a viagem dura três dias para chegar ao destino das vendas (município de Jutai), sendo assim um dos principais motivos é a falta de condições de acesso às estruturas ligadas à pesca por parte dos camponeses, mostrando-se o principal motivo pela falta de interesse da comercialização da atividade pesqueira, o que se identifica como recurso ocioso conforme Rangel (2005).

A pesca é tida como uma expressividade, uma potencialidade no ideário de natureza como recurso fácil de utilizar, mas na realidade se consagra em escala de consumo familiar, mas para fins econômicos é como um recurso ocioso (RANGEL, 2005) no conjunto de potencialidades e realidades da biodiversidade amazônica, isto é, a pesca, para muitos é um recurso natural não utilizado comercialmente, sendo uma potencialidade econômica, há a materialidade a

ser explorada e trabalhada, porém não há equipamentos técnicos, máquinas e recursos para sua aquisição.

Entre os principais peixes, o principal devido ao maior lucro, é o pirarucu, entretanto, por meio de projetos, foi detectado a necessidade de criar um plano de manejo para essa espécie, que basicamente consiste em um ano para pescá-lo e no ano seguinte deixá-lo reproduzir-se, tendo ainda as espécies que todo ano entram em desova, e os camponeses ficam proibidos de pescar, ganhando assim o SDPA. Além do pirarucu, outras espécies são comercializadas, como é mostrado na tabela 2.

**Tabela 02-** Peixes comercializados pelos camponeses da resex, segundo dados coletados em campo. Obs. PL significa peixe liso.

| Nome popular    | Unidade de venda | Tabela ASPROJU | Preço do Peixe na Feira (2018) |
|-----------------|------------------|----------------|--------------------------------|
| Barba chata     | Kg               | R\$ 2,00       | R\$ 5,00                       |
| Capari          | Kg               | R\$ 5,00       | R\$ 8,00                       |
| Caruaçú (Acará) | Kg               | R\$ 3,00       | R\$ 6,00                       |
| Dourado (PL)    | Kg               | R\$ 9,00       | R\$ 9,00                       |
| Jaraqui         | Kg               | R\$ 2,00       | R\$ 4,00                       |
| Jatuarana       | Kg               | R\$ 4,00       | R\$ 5,00                       |
| Matrinxã        | Kg               | R\$ 5,00       | R\$ 7,00                       |
| Pacu            | Kg               | R\$ 3,00       | R\$ 4,00                       |
| Pirarara (PL)   | Kg               | R\$ 3,00       | R\$ 5,00                       |
| Sardinha        | Kg               | R\$ 4,00       | R\$ 7,00                       |
| Surubim (PL)    | Kg               | R\$ 5,00       | R\$ 8,00                       |
| Tucunaré        | Kg               | R\$ 5,00       | R\$ 7,00                       |

Por se tratar de venda *in natura*, pouco se agrega na sua produção, além da pesca, que segue o modelo da reserva, que é o extrativismo, porém, os peixes lisos, principalmente a Pirarara, têm alguns seguimentos diferentes que a dos peixes com escama quanto sua produção, os camponeses vendem esse pescado de forma seca, após sua pesca, eles abrem e salgam e deixando-a des-

cansar por três a quatro dias no sol, a pirarara seca tem um valor econômico maior que ela fresca.

## Distribuição

A ASPROJU (Associação de Produtores de Jutáí) é um dos principais órgãos representativo da RESEX do Rio Jutáí, e com ela os produtores tem intermédio

**Imagem 02:** 1. Pirararas e Surubins salgados expostos ao sol. 2. Depois de salgados são guardados à espera da venda. MATOS, 2017.



e facilitação na venda de seus produtos, entretanto, no período em que essa pesquisa foi realizada, a mesma pareceu não ter mais condições de prestar a mesma assistência que já dera no passado, após adquirir uma dívida, não conseguiu mais subsidiar os moradores, na qual perderam credibilidade.

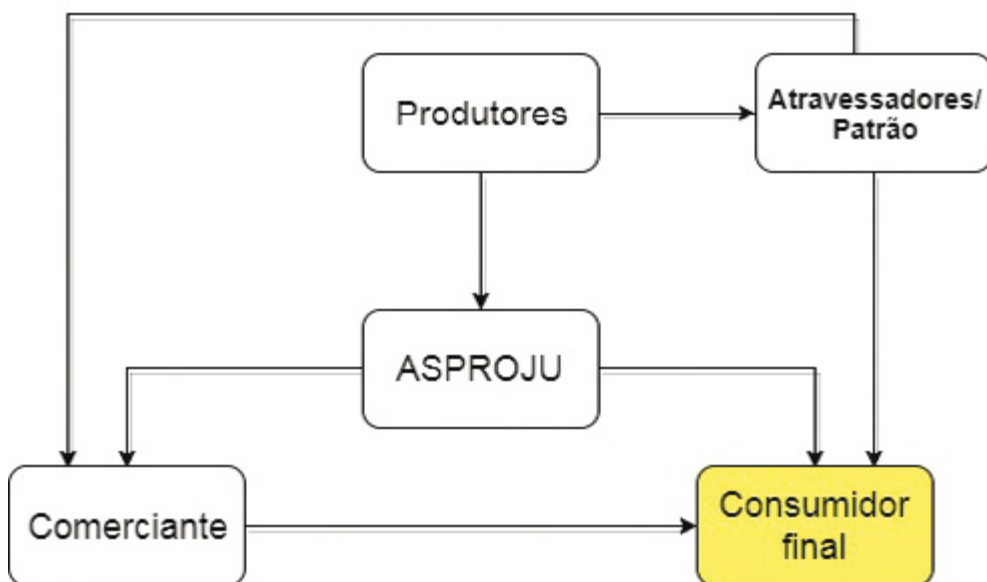
Ao fazerem sua produção/pesca, a ASPROJU era pra quem os camponeses mais vendiam seu produto, pois tinham confiança, já que eram associados, mas para além da associação os moradores (alguns) tinham seu mercado certo, reconhece-se isso com o que eles chamam de “Patrão”, embora pelo nome se pareça que o camponês esteja totalmente subordinado e até mesmo nos dá uma indicação de assalariamento, o que não ocorre. O Patrão é quem está subordinado ao pescador da RESEX, ele fica à espera da produção, o Patrão que irá fazer a viagem para o camponês e assim ele (o camponês) não fica subordinado ao transporte, pois quem fica incumbido dessa atividade é o Patrão, se igualando ao atravessador, embora o atravessador e o Patrão tenham a atividade de transporte em comum, eles não são mesma coisa, o Patrão é um

comprador fixo, geralmente alguém com um poder aquisitivo maior e que tem um vínculo de afetividade com o camponês, já o atravessador não, geralmente tem um poder monetário menor que a do patrão e compra de quem oferecer um valor menor no preço, esse vai de comunidade a comunidade tentando barganhas.

Com a ausência da associação os produtores são obrigados fazer suas vendas, porém os mesmo não possuem estruturas para realizá-la, uma vez que a RESEX fica longe do polo consumidor. Quase toda a venda do pescado acaba

**Diagrama 03-** ASPROJU, grande mediador de vendas para os produtores.

Org.: ANGIOLI, 2018.



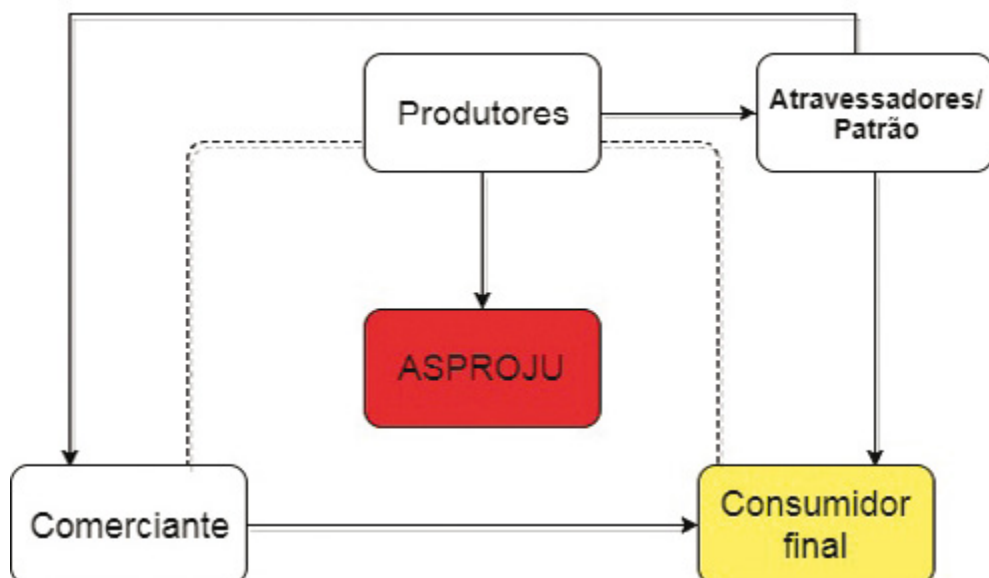
indo para frigoríficos, quando a ASPROJU estava em funcionamento total, os peixes eram vendidos para a feira comunitária Bom Pastor, que fica localizada em Jutai (imagem 4), a associação tinha um barco aonde ia nas comunidades para comprar a produção e levar para feira, mas com associação parada essa comercialização com a feira quase não ocorre mais.

Com a associação parada, os produtores fazem sua venda na beira do rio para quem passa, sobretudo, para os atravessadores e garimpeiros que sobem até o Rio Biá, onde se encontra um garimpo, quando não conseguem mais

**Imagem 03-** Modo em que os atravessadores fazem as compras nas comunidades, geralmente usam freezers com gelo para assegurar a qualidade do peixe, após a compra, demoram de 2 a 3 dias para chegar no polo consumidor. NASCIMENTO, 2017.



**Diagrama 04-** Com a saída da associação que fazia o intermédio da produção, os produtores fazem suas vendas diretas aos atravessadores, aos comerciantes que por suas vezes vendem aos consumidores finais. Org. ANGIOLI, 2018.





fazer a venda desses produtos, utilizam apenas para consumo. Com a AS-PROJU saindo dessa cadeia, quase toda a venda do pescado acaba indo para frigoríficos, que tem grande relevância na nesta cadeia, mas antes de falar dessa, temos que ressaltar que a venda aos frigoríficos é bem rara (camponês - frigorífico), pois para que essa venda ocorra, tem que haver uma boa quantidade de peixes, e isso fica impossibilitado ao camponês da RESEX, não pela falta de peixe, mas pela falta de estrutura, o que impossibilita de levar o peixe até o frigorífico que fica localizado em Jutai.

## Circulação

**Imagem 04- 1.** Feira Comunitária Bom Pastor, fica situada no Município de Jutai, porém não é uma feira de vários produtos, é apenas para a venda de Peixes, não possui dono, mas é cuidada pelos moradores do bairro, juntamente com os peixeiros das comunidades do município. **2.** As mesas são uns dos únicos móveis que ficam na feira, foram doados ou feitos por um grupo de pescadores, são utilizados para exporem os peixes e cada pescador fica com 1 ou 2 mesas; **3.** As caixas não são de uso público, mas muitos pescadores deixam suas caixas na feira até retornarem para suas comunidades ou até terminarem suas vendas; **4.** este tanque de alumínio é utilizado para armazenar água, dentro da feira também tanques de plásticos de 250 litros, mas muitos pescadores usam para colocar peixes ainda vivos. MATOS, 2017.





Com a venda dos padrões e atravessadores para os frigoríficos gera-se uma boa quantidade em números de peixe, uma vez que é a produção de várias comunidades. Os frigoríficos não compram apenas dos camponeses da RESEX, mas, de todas as comunidades do município de Jutai e suas adjacências, formando assim uma grande rede de circulação dessas produções.

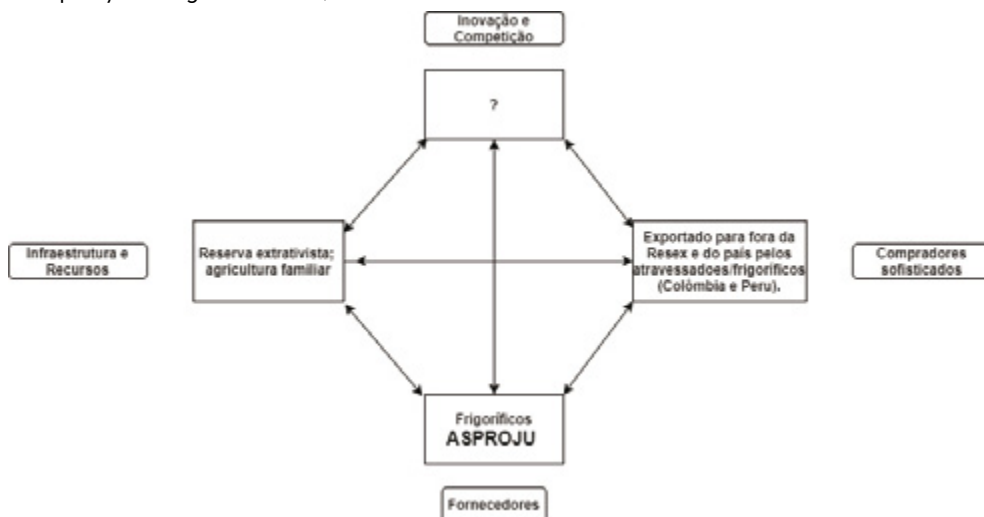
Nas buscas de dados em campo, foi identificada que boa parte da RESEX vende (ou vendia, já que nas últimas viagens em campo, notou-se que os moradores quase não estavam vendendo, por motivos já colocados em texto) sua produção do pescado ao Grupo Coelho, por se tratar de um grande grupo, o escoamento dessa produção é bem significativo, chegando a nível internacional. Em entrevista com o grupo, buscando compreender até onde iria o peixe que eles vendiam, e segundo eles, barcos da Colômbia vão até Jutai comprar os peixes, levando assim o pescado da RESEX ao nível internacional, outra grande venda que fazem é para alguns grandes supermercados em Manaus, dois grandes varejistas da capital estadual têm compras fixas com o frigorífico, colocando assim seus produtos em consumidores finais.

Tendo o conhecimento da cadeia, e identificado seus entraves, apoiamos em PORTER (1990), que aborda o circuito financeiro de grande capital, visando competitividade, sobre tudo, bastante utilizado em criações de empresas, e aplicado em países desenvolvidos, embora a teoria seja utilizada e tenha esse intuito, aplicaremos a mesma na visão dos camponeses, não com intuito da teoria em si, mas, criar mecanismos para esse camponês se inserir no mercado de forma mais eficaz, visando uma comercialização melhor de sua produção “suas melhores aplicações ocorrem quando se focaliza um segmento específico em um determinado país” (RIBEIRO, 2000, p.9).

A teoria do Diamante de Porter, consiste em quatro pilares, 1) infraestrutura e recursos, 2) fornecedores, 3) compradores sofisticados, 4) inovação competição. Esses pilares não seguem uma forma linear, mas sim em circuito, pois todos eles relacionam entre si.

Listamos os grandes entraves na cadeia produtiva:

**Diagrama 05-** Teoria do diamante aplicada a cadeia do pescado da RESEX, todos os pilares foram encontrados, com necessidades de criar um plano para inovação e competição. Org.: ANGIOLI, 2018.



- 1) Logística;
- 2) Mediador das vendas;
- 3) Estrutura;
- 4) Reconhecimento dos produtos da RESEX.

## Considerações Finais

Identificados os entraves, começamos então criar possibilidades para melhoria da cadeia produtiva, mas previamente, elas (as dificuldades) só se resolverão em conjunto, pois uma depende da outra, então um planejamento mais amplo, acolhendo todas essas, seria necessário.

Partindo da logística, é fácil entender essa dificuldade, pois com tamanho da RESEX, e a falta de estrutura dos camponeses fazem com que dificultem a venda deles. Criar um mecanismo que os ajude, ou os apoie, assim como a ASPROJU fizera no passado, entrando assim, já no segundo problema listado, que é criar ou voltar (ASPROJU) um mediador de vendas, facilitando assim o transporte. Lembrar que falamos de pequenos produtores, sem muitos bens

acumulado pelo mesmo, logo, como já citado no texto, não possuem estruturas para grande volume de peixe, criar uma casa por comunidade para guardar o pescado seria uma solução, assim guardariam todos em um local, entretanto, isso poderia causar problemas em comunidades com grandes números de moradores, então outra solução seria financiar esses moradores para que começassem acumular bens para criar estruturas para guardar o pescado.

No item 4 dos entraves, podemos dar um atenção maior, não que os outros sejam menos importante, mas criar uma marca com os produtos da RESEX, seria uma alternativa para criar um reconhecimento da mesma. Uma marca, não só daria reconhecimento da produção vindo de uma reserva de conservação, mas, também mostraria sua qualidade, e, sobre tudo fortaleceria o preço da produção, tiraria os camponeses do meio “informal” e agregaria valor ao produto final, assim como a criação de uma marca comercial dessa produção.

O estudo não vem com intuito de mudar a classe social dos camponeses, tornando-os “empresários”, mas, planejar sua produção para sua comercialização mais eficaz, e contribuir para que, via a comercialização do pescado, melhorem suas condições (materiais e simbólicas) de existência e fortalecer as condições de reprodução social, uma vez que moram em uma reserva extrativista, podendo explorar a natureza de formar a terem condições para gerações futuras.

## Referências Bibliográficas

---

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Universalização e Localismos: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: Silveira, ISOLDA M. et. al. (org.) Amazônia e a Crise da Modernização. Belém. MPEG. 1994.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): p. 466, dez. 2010.
- COSTA, Reinaldo C. Xingu-Transamazônica: linha de quedas, territorialidades e conflitos, Tese (doutorado), geografia/USP. 2004.

- COSTA, Reinaldo Corrêa. A Questão Ambiental e a Diversidade Camponesa Haliêutica em Áreas de Floresta Tropical. (Jacundá, Pará, Brasil). No II Simpósio Nacional de Geografia. USP. São Paulo, 2003;
- MATOS, Rute, COSTA, Reinaldo C. Diagnóstico Agroambiental e Distribuição das Espécies Produtivas. LAES-Laboratório de Estudo Sociais. INPA, 2017.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.
- Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Jutai, 2011.
- RANGEL. Ignácio. Recursos Ociosos e Política Econômica. In: Obras Reunidas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;
- RIBEIRO, H. P. A competitividade da indústria automobilística brasileira. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 24, Anais, Florianópolis: ANPAD, 2000.
- SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. – 4. ed. 2. reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, G.M; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Estud. av. [online]. 2005, vol.19, n.54, pp.165-182. ISSN 0103-4014.
- SMITH. Neil. Desenvolvimento Desigual. São Paulo. Hucitec, 1978.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, Os Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec. 1978.
- “Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/seguro-desemprego-do-pescador-artesanal/> acessado em: 11/04/2018.



# A cadeia produtiva da Reserva Extrativista do Rio Jutaí: Mercadorias Valores/Preços

Gabriel Nascimento da Silva

Reinaldo Corrêa Costa

## Introdução

---

O objetivo do estudo é identificar a comercialização na Reserva Extrativista do Rio Jutaí (AM). Diagnosticar os processos de comercialização, valor/preço ligados ao mercado e intermediários que compõem a área de Jutaí. A produção da Resex do Rio Jutaí está direcionada para as atividades agrícolas, onde a principal produção é a farinha. Os pescados mais comercializados são os peixes lisos para vender aos frigoríficos do município que atendem as necessidades de consumo de Colômbia e Peru. Moradores da Resex estão deixando suas moradias para ir para o garimpo que se localiza no Rio Boia (fora da Resex), alegam que plantar na Resex não está dando dinheiro. A Asproju (Associação dos Produtores de Jutaí) está falida, a associação que fazia o papel do intermediário para comercializar a produção da Resex que funcionavam, produtores possui dificuldades de comercializar a produção (achar comprador).

A produção na Resex é de pouca produtividade, onde os produtores produzem a quantidade que suporta nas suas embarcações (canoas) e suas necessidades sociais. Eles têm medo das canoas alagarem durante o transporte da produção pelo rio, o que ocorre durante os grandes temporais na região. Outro fator é reerguer a associação para facilitar a comercialização das produções para outros municípios que se localizam na Região do Médio-Solimões, a Resex precisa de uma reorganização, principalmente na associação.

Este trabalho tem como principal, analisar a cadeia produtiva da Resex - A Reserva Extrativista do Rio Jutaí. Criada no ano de 2001, conta com 23

comunidades que são distribuídas em duas calhas de rios, que são os rios Jutáí e Riozinho. A Resex possui uma associação a ASPROJU (Associação dos Produtores de Jutáí) foi criada em 1991 pelo senhor João Batista, no início a associação atendia todos os produtores de Jutáí, depois da criação da Reserva Extrativista do Rio Jutáí a ASPROJU ficou responsável de atender só os produtores da Resex, a ASPROJU se fortaleceu e cresceu economicamente e investia na produção da Resex.

A economia do município de Jutáí/AM baseia-se na produção de farinha e na venda de pescado, onde se destacam a venda do Tambaqui, Pirarucu e o Peixe Liso. Os principais mercados para os peixes lisos de Jutáí são a Colômbia e o Peru, esses países compram todos os peixes lisos que são armazenados nos frigoríficos do Município. Manaus é o principal mercado para os peixes com escamas, onde empresas do ramo alimentício como os Hipermercados DB, Baratão da Carne compram através da Frigonorte os peixes do município, a balsa frigorífico da Frigonorte transporta até 120 toneladas de peixes congelados; de seis em seis meses a balsa vai a Jutáí comprar peixes.

## **Reserva Extrativista do Rio Jutáí - AM**

---

A Reserva Extrativista do Rio Jutáí foi criada por meio das reivindicações dos ribeirinhos que moram naquela região, liderados pelo Sr. João Batista, os quais queriam que a região do Rio Jutáí e Riozinho virasse uma unidade de conservação, pois vinha gente de fora (do município de Jutáí), praticar pesca, retirar madeiras e utilizar os rios como no caso do garimpo. Lutaram para que a região virasse uma UC, tendo conseguido o feito através de reivindicações e viagens da liderança à Brasília.

A Resex é composta pela agricultura familiar de base camponesa, pois toda família é envolvida na produção desde a coivara até a colheita, a produção na Resex está direcionada para o cultivo da mandioca para a produção de farinha, que é uma identidade territorial do modo de vida, que é uma realidade em quase todas as comunidades ribeirinhas do Amazonas, tanto como na produção de farinha como na banana, macaxeira, abacaxi, cará e na atividade pesqueira, e a criação de galinhas e patos.

**Mapa 1-** localização da Resex no município de Jutaí/AM, e as comunidades onde foram realizados os trabalhos de campo.



A atividade de manejo acontece nas comunidades do Rio Jutaí onde estão concentrados os maiores lagos da Resex. Apesar da calha do Riozinho não possuir lagos, uma comunidade do Riozinho participa do manejo do pirarucu. Essa atividade envolve comunidades do Rio Jutaí e uma do Riozinho, em parceria com o IBAMA e ICMBio, que regularizam a solicitação da quantidade de peixes que será liberada para ser pescada nos determinados lagos da UC.

Na Resex durante vários anos, desde sua criação recebeu vários projetos que beneficiaram diretamente os produtores. Já receberam vários cursos como extrair o óleo da Copaíba, produzir farinha ova entre outros. No ano de 2017 na Resex chegou o projeto SANEAR com o objetivo de levar água encanada, banheiros para os moradores, esse projeto foi uma indicação da ASPROC de Caruará-AM para Resex pois acabou sobrando materiais e enviaram para a ASPROJU, para serem instalados nas comunidades.



O projeto está em ativo nas comunidades que compõem a calha do Rio Riozinho, por causa das dificuldades dos ribeirinhos tem de pegar água e fazer os deveres domésticos (lavar roupa, louça e tomar banho) na margem do rio no verão.

O INCRA cadastrou agricultores para receber uma quantia de R\$ 5.000,00 reais, mas foi parcelado em duas vezes, para o produtor comprar materiais

**Figura 1-** projeto sanear, levando água encanada, banheiros para as casas das comunidades (Rio Riozinho) da Resex. Foto: Rute Queiroz, 2017.



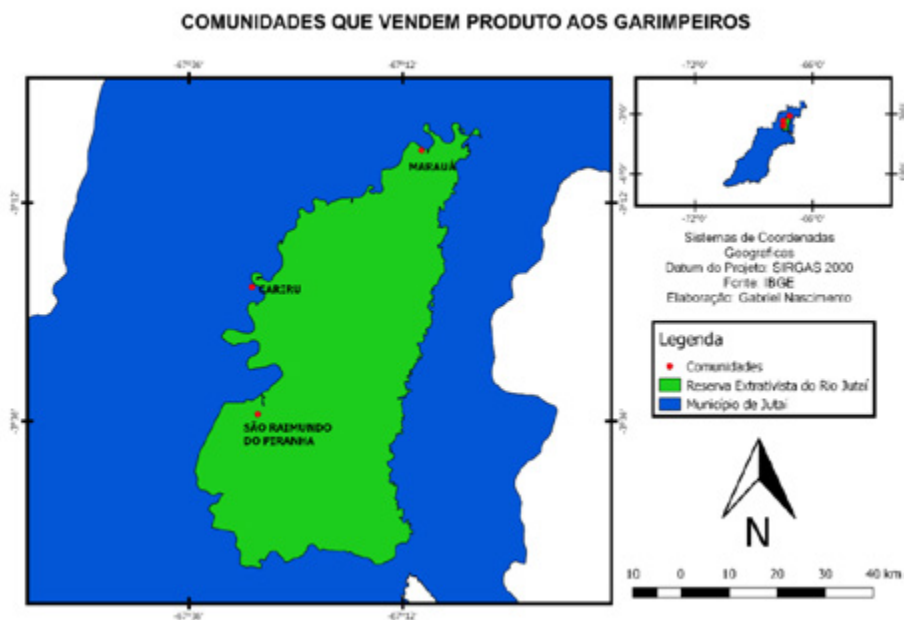
para ajudar na produção exceto motor serra. E outros projetos elaborados irão atender a Resex como o projeto de habitação será beneficiado os moradores e construirão 101 casas na primeira etapa do projeto, esse projeto foi elaborado pela a ASPROJU.

## Produção

As comunidades da Resex trabalham com os mesmos tipos de atividades agrícolas, pois a principal é o cultivo da mandioca e na produção de farinha, a comercialização do peixe fica em segundo (em questão de renda para o produtor) a banana e a macaxeira não ficam de fora. Como atividade econômica o extrativismo é pouco representativo, sendo que a própria família consome a produção, como o açai. O extrativismo do óleo de andiroba e copaíba era o segundo produto mais vendido pelos produtores que tinha como destino Manaus, no momento atual os produtores só produzem os óleos por encomenda (duas garrafas pets de 2 litros no máximo que conseguem venderem).

A banana é produzida em pouca quantidade, os produtores só levam a quantidade que a embarcação suporta, no caso a canoa, ela já vai carrega-

**Mapa 2-** três comunidades atendem as necessidades de consumo (alimento) dos garimpeiros durante os meses de trabalho no garimpo. Parada obrigatória na comunidade de Cariru para a compra do peixe; Marauá para compra de farinha quando eles veem do município e São Raimundo do Piranha quando alimento acaba se deslocam para a comunidade mais próxima para comprar.



da com as sacas de farinha, em média os produtores levam para vender 20 cachos de banana. O preço varia com o tamanho do cacho que é de 15 a 30,00 reais. Esses preços servem para qualquer tipo de banana. A macaxeira é vendida em saca (50 kg) que sai ao preço de 30 a 80 reais, os produtores plantam bastante macaxeira, mais da metade da produção vai para o consumo da família, e a quantidade que levam para vender em Jutaí são aproximadamente 2 sacas.

Nos anos de 2009 á 2012, os produtores trabalhavam no extrativismo do óleo de andiroba e copaíba, que era um produto muito procurado e vendido para fora do município de Jutaí, tendo como principal destino Manaus, onde feirantes da capital amazonense compravam, e vendiam nas feiras espalhadas pela a cidade e na principal e tradicional feira da Eduardo Ribeiro

no centro da cidade. Na tabela a seguir, mostra as atividades agrícolas nas comunidades da Resex:

**Tabela 1-** As comunidades das calhas do Rio Riozinho e Rio Jutai que produzem certos produtos. Os produtos em destaque os que são mais comercializados.

| <b>Produtos</b>                        | <b>Comunidades (Rio Riozinho)</b>  |
|--|--|
| Mandioca (Farinha)                     | Todas as Comunidades   |
| Banana (pacovã, maçã, comprida, prata) | Todas as Comunidades   |
| Macaxeira                              | Todas as Comunidades   |
| Cará                                   | Monte Tabor, Cristo defensor, Bacabal, Vila Cristina, Vila Efraim              |
| Cana (mel)                             | Cristo Defensor  |
| Abacaxi                                | Monte Tabor, Cristo Defensor, Bacabal, Bate Bico, Novo Cruzeiro                |
| <b>Produtos</b>                        | <b>Comunidades (Rio Jutai)</b>   |
| Mandioca (Farinha)                     | Todas as comunidades   |
| Banana (pacovã, maçã, comprida, prata) | Todas as comunidades   |
| Macaxeira                              | Marauá, Bordalé, N.S.J do Acural, Santa luzia, S.R do Piranha, Pururé, Moreira |
| Cará                                   | Marauá, N.S.J do Acural,   |
| Cana (mel)                             | Marauá, Bordalé, Santa Luzia, São Francisco do Capivara                        |
| Abacaxi                                | S.R do Piranha   |

Para o desenvolvimento econômico local no processo produtivo da Resex é necessário identificar fatores importantes como organização flexível da produtividade, assim como estruturar as instituições como a associação dos produtores de Jutai. O desenvolvimento local está inserido em uma complexa realidade de pressões locais positivas e negativas, por exemplo, pressões políticas. Que por meio de uma associação o produtor terá como articular suas produções para a região local e até mesmo transportar para municípios vizinhos. (CASTILHO, FREDERICO; 2010)

O produtor só produz o que é necessário para ele em seu consumo doméstico, vende sua produção no município com o dinheiro compra o suficiente para seu sustento, que dure até a próxima produção de farinha, banana, macaxeira. Conforme Ferreira:

No modo de vida camponês, o lugar onde vivem e como vivem mostra as características de sua cultura de seu trabalho e interação com a Natureza. O modo de vida camponês e a projeção concreta de uma parcela da sociedade em contato direto com a natureza e seus sistemas naturais. (FERREIRA: 2017).

O trabalho do produtor de base camponesa é possível uso e acesso aos recursos naturais, aquilo que a natureza produz e uma parcela da sociedade se apropria para reprodução social, e satisfação suas necessidades materiais e simbólicas e pelo trabalho produza mercadorias para outros setores da sociedade. Mas no contexto de serem moradores de uma resex com pouca estrutura direcionada para produção, armazenamento, política de preços ente outros. São camponeses, mas que sua situação jurídica mudou quanto da instalação de uma unidade territorial específica, no caso a resex. (ALMEIDA; 1994)

## **Produção de Farinha**

---

A produção de farinha é uma identidade cultural dos moradores da resex, que é passada consuetudinariamente. Os processos da produção da farinha são ensinados aos produtores desde criança, quando eles começam a ajudar os pais desde a infância. A farinha é um produto muito consumido na área estudada, a farinha tem um papel importante na alimentação dos amazônicos.

A farinha é a principal fonte de renda para o produtor da Reserva Extrativista do Rio Jutaí, toda a produção é vendida no município de Jutaí/AM e às vezes na própria comunidade, o valor da farinha na cidade chega ao valor de R\$ 300,00 reais dependendo dos fenômenos da natureza como a cheia e a vazante. A maioria dos roçados dos produtores é em terra firme, durante a cheia sofrem aqueles que plantam na várzea que tem que colher a produção mais cedo, e durante a vazante os produtores da terra firme que sofrem com o fenômeno, para levar a produção até a margem do rio.

O preço da farinha varia quando o município de Jutaí/AM está abastecido com o produto que o preço pode chegar a R\$ 50,00 reais a saca (50 kg). O produtor não tem transporte adequado e nem uma associação que funcione como um intermediário para comercializar o produto para outros municípios

adjacentes. As comunidades do Rio Jutuí, Marauá, São Raimundo do Piranha, São José do Patauá, tem os garimpeiros para comprar a produção, que é rota para se chegar ao garimpo. Os produtores da comunidade do Marauá vendem farinha para os garimpeiros no Valor de R\$ 300,00 a saca (50 kg), já na comunidade de São Raimundo do Piranha o valor varia de R\$ 200,00 a 300,00 reais, não é como na comunidade de Marauá que o valor é fixo R\$ 300,00 reais. Os garimpeiros pagam em uma saca de farinha (50 g) 1,5 grama de ouro que é equivalente a 114,00 reais em Jutuí.

## **Pescado**

---

O Amazonas é o estado que mais consome peixe no Brasil (IBGE, 2014), os amazonenses consomem mais os peixes com escamas como Tambaqui, Pirarucu, Pacu, Jaraqui dentre outros. A prática da pesca em algumas comunidades da Resex é uma das fontes de renda tanto na pesca quanto no manejo do pirarucu que é organizada pela ICMBio, IBAMA e ASPROJU.

“A elaboração de planos de manejo é um processo lógico de diagnóstico e planejamento, em um ciclo contínuo de consulta e tomada de decisão com base no entendimento das questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam uma UC e a região onde esta se insere”. (L.M., Figueiredo, 2015).

O manejo do Pirarucu, a pesca ocorre na vazante do rio, quando os lagos ficam isolados, a contagem ocorre de forma tradicional dos pescadores. O manejo começa no mês de agosto a contagem (cota), fazem uma fileira de 10 pessoas de 100 a 100 metros, cada pescador vai contar a sua área, a cada 20 minutos o pescador vai marcando, quantos pirarucus “boiaram”. Em setembro solicitam a licitação para o IBAMA, e o órgão libera uma quantidade de peixes que serão capturados, e em outubro começa a pesca.

As comunidades que participam do manejo constroem uma casa na época do verão, ou seja, na vazante do rio para vigiar o lagos das determinadas regiões para que não ocorra que pescadores de fora da Resex pesquem, na casa construída para monitorar o lagos os comunitários se juntam e constroem a casa e fazem arrecadação de rancho para a determinada família que ficará responsável para vigiar o lago.

O manejo do pirarucu na Resex ficou parado por dois anos, pois não houve mobilização para a prática da captura dos peixes. Os pescadores vendem os pirarucus para frigoríficos do município.

**Tabela 2-** Mostra a unidade de referência e o preço do Pirarucu vendido aos frigoríficos do Município de Jutai (AM).

| PESCADO  | UNIDADE DE REFERÊNCIA | VALOR                 |
|----------|-----------------------|-----------------------|
| PIRARUCU | Kg                    | R\$ 5,00 a 7,00 reais |

As comunidades Novo São João do Acural e Cariru são as principais que trabalham com o pescado, eles possuem uma certa organização em comercializar o pescado, possuem seus materiais e equipamentos para armazenar os peixes que são vendidos nos frigoríficos, uma observação os peixes lisos são vendidos em frigoríficos e os peixes com escamas nas feiras e no porto do município. A seguir veremos uma tabela de preços dos pescados (peixes lisos e com escama):

**Tabela 2-** Mostra a tabela dos preços dos peixes Lisos, que são vendidos para os frigoríficos do município.

| Pescados vendidos em Frigorífico |                    |           |
|----------------------------------|--------------------|-----------|
| Peixe                            | Uni. De Referência | Preço     |
| Barbachato                       | Kg                 | R\$ 1,00  |
| Caparari                         | Kg                 | R\$ 6,00  |
| Dourado                          | Kg                 | R\$ 10,00 |
| Filhote                          | Kg                 | R\$ 10,00 |
| Jaú                              | Kg                 | R\$ 2,00  |
| Melado                           | Kg                 | R\$ 6,00  |
| Pirarara                         | Kg                 | R\$ 7,00  |
| Piraíba                          | Kg                 | R\$ 7,00  |
| Surubim                          | Kg                 | R\$ 6,00  |

**Tabela 3-** os peixes com escamas são vendidos diretamente no porto do município, pois o público é maior para a compra do determinado peixe. \*A Matrinxã o preço varia de acordo com seu tamanho quanto maior for o peixe o preço será mais caro.

| Pescados Vendidos no Porto de Jutai |                    |                   |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------|
| Peixe                               | Uni. De Referência | Preço             |
| Acará-açú                           | Cambada (5)        | R\$ 5,00          |
| Matrinxã                            | Unidade            | *R\$ 8,00 a 10,00 |
| Pacu                                | Kg                 | R\$ 2,50          |
| Sardinha                            | Cento              | R\$ 50,00         |

| <b>Pescados Vendidos no Porto de Jutai</b> |                           |              |
|--|---------------------------|--------------|
| <b>Peixe</b>                               | <b>Uni. De Referência</b> | <b>Preço</b> |
| Tucunaré                                   | Kg                        | R\$2,00      |
| Jaraqui                                    | Cambada (5)               | R\$ 5,00     |

Os pescadores não gostam muito de vender os peixes para feirantes, pois o preço não compensa, preferem vender no porto, negociam com os próprios consumidores e vendem rápido o pescado, quando chegam ao porto já tem consumidores esperando para comprar, vendem em lugares improvisados.

A comunidade Cariru é umas das paradas obrigatórias para os garimpeiros que estão indo para o garimpo, é na comunidade que eles compram os pescados para se alimentarem durante os meses que passam trabalhando, os peixes mais procurados pelos garimpeiros são Matrinxã, Jaraqui e Pacu. O preço dos peixes varia de acordo com a estação do ano, no inverno o peixe liso custa mais caro porque sofre escassez, época de muitas chuvas e o peixe sofre dificuldades de caçar suas presas e tornam mais vulneráveis, o peixe liso vai se encontrar nas margens dos rios e preferencial em barrancos. No verão o peixe vai custar mais barato, pois a captura é mais fácil e a quantidade de peixes é maior, mas a diferença dos preços é de apenas 1,00 real o peixe liso no inverno custa 8,00 e no verão 7,00.

## **Garimpo**

O garimpo é uma área de exploração ou extração de ouro. Em Jutai o garimpo que fica localizado na calha do Rio Biá, lá estão trabalhando na exploração de ouro, esse garimpo é muito antigo, mas só agora está tentando se consolidar os moradores da Resex dizem que lá no garimpo parece uma cidade de tantas balsas e dragas ativas no local. Algumas famílias produtoras da Resex estão deixando de plantar, para ir para o garimpo, as famílias que estão envolvidas no garimpo são da calha do Rio Jutai, identificamos que em cada comunidade uma família já tinha ido ou estavam construindo suas balsas. Em cada comunidade havia casas abandonadas, famílias saindo de suas comunidades e tentando ganhar a vida no garimpo. Os produtores camponeses alegam que essas famílias foram para o garimpo, porque plantar não estava dando futuro, depois que a ASPROJU faliu ficaram desorganizados e sem assistência produtiva o governo não investe na produção, dizem estarem “esquecidos”.

Já os produtores camponeses que ficaram reclamam, pois não tem fiscalização para acabar com o garimpo e outra reclamação deles é que a água do rio está de cor amarelada, como eles costumam dizer que o “Rio Jutáí está parecendo o Rio Solimões” pela cor barrenta, as águas pretas do Rio Jutáí estão ficando barrentas, e outra reclamação relatos dos moradores é que os peixes estão morrendo e corre o risco de os peixes estarem contaminados, o peixe que é vendido no município de Jutáí e pode contaminar as pessoas que consomem o pescado da Resex e até mesmo os produtores que consomem a água do Rio Jutáí. No garimpo é muito dinheiro envolvido alguns moradores disseram que algumas pessoas de fora encomendam balsas, e que uma balsa pronta equivale a 30.000,00 reais sem a máquina que extrai o ouro, uma pronta com máquina sai entorno de 200.000,00 reais.

**Figura 2-** Notícia sobre operações realizadas no garimpo ilegal no Rio Jutáí no município de Jutáí/AM. Fonte: [ibama.gov.br](http://ibama.gov.br).

The image is a screenshot of the Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) website. The header features the Ibama logo and navigation links such as 'Serviços', 'Simplifique!', 'Participe', 'Information access', 'Legislation', and 'Information channels'. A search bar is visible on the right. Below the header, a navigation menu includes 'Fale com o Ibama', 'Denúncias', 'Carta de serviços', 'Perguntas frequentes', 'Área de imprensa', 'Conversão de Multas Ambientais', and 'Login serviços'. The main content area displays a news article titled 'Ibama e Exército apreendem equipamentos para garimpo ilegal avaliados em R\$ 8 milhões no Rio Jutáí (AM)'. The article is dated 'Publicado: segunda, 09 de Abril de 2018, 20h09' and 'Última atualização em: segunda, 09 de Abril de 2018, 21h29'. A sub-headline reads 'Draga apreendida durante operação de combate ao garimpo ilegal no Rio Jutáí (AM)'. The main image shows a large green and red barge equipped with a crane and other machinery, floating on a river. On the left side of the page, there is a vertical sidebar with various service categories: 'Cadastro Técnico Federal (CTF)', 'SERVIÇOS', 'BIODIVERSIDADE', 'EMISSIONES E RESÍDUOS', 'FISCALIZAÇÃO E PROTEÇÃO', 'LICENCIAMENTO AMBIENTAL', 'QUÍMICOS E BIOLÓGICOS', and 'ACESSO À...'. The page also includes a 'Página inicial' breadcrumb and a URL: 'Página inicial > Notícias > Notícias 2018 > IBAMA E EXÉRCITO APREENDEM EQUIPAMENTOS PARA GARIMPO ILEGAL AVALIADOS EM R\$ 8 MILHÕES NO RIO JUTÁÍ (AM)'.



# ASPROJU – Associação dos Produtores Rurais de Jutuí

---

A Asproju criada em 1991 pelo senhor João Batista, com o objetivo de comprar e comercializar a produção dos produtores da Resex. No início da Asproju atendia o município de Jutuí, com a criação da Resex que foi liderada pelo Sr. João Batista a associação deixou de atender todo os produtores rurais de Jutuí e ficou responsável pela a compra da produção na Resex. A associação era bem estruturada financeiramente, e possuía seus próprios barcos, flutuante. O papel do barco era fazer viagens na Resex para comprar as produções como era chamado de “mutirão” e levar as pessoas quando tinha reuniões na Resex. O flutuante era para armazenar as produções vinda Resex.

Com o tempo a Asproju foi ficando com dívidas por más administrações, hoje a associação está em uma situação que não pode receber projetos que beneficiaria os produtores da Resex. Onde ela só pode voltar a receber projetos quando quitar suas dívidas que está no valor de 34.000,00 mil reais. Hoje a associação alugou um cômodo da associação no valor de 150,00 reais uma fonte para pagar as contas e comprar materiais para deixar o local limpo.

O município de Jutuí possui várias instituições que ajuda o produtor e as associações em projetos voltadas para a produção, e por conta da política o processo de trabalhar em parceria com as associações dificulta o desenvolvimento da determinada região. O presidente da Asproju é vereador no município de Jutuí, e quem está na administração do município é a oposição do vereador/presidente da Asproju, mas eles estão dispostos a conversar e trabalhar juntos o que falta é um bom diálogo entre ambos.

Assim como os processos sob as quais se fundam e desenvolvem tais como os polos locais e sub-regionais, enfim as razões pelas quais os produtos e as associações e cooperativas mudaram e continuam mudando a paisagem das áreas onde atuam. A formação de uma associação ou cooperativa em uma determinada dominialidade socioeconômica e ambiental tem um impacto na economia (seja na escala local ou extra-local), na sociedade e nos fornecedores e compradores que com ela se relacionam. (COSTA, NUNEZ, : 2017, p 13).

Uma associação ou cooperativa é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região ou local, na Reserva Extrativista do Rio Jutaí possui uma associação de produtores rurais, mas com sua inatendimento vem mudando a paisagem econômica da Resex a produtividade e a comercialização. Dentro das modificações foram a migração de produtores para o garimpo e para sede municipal.

## Comercialização

---

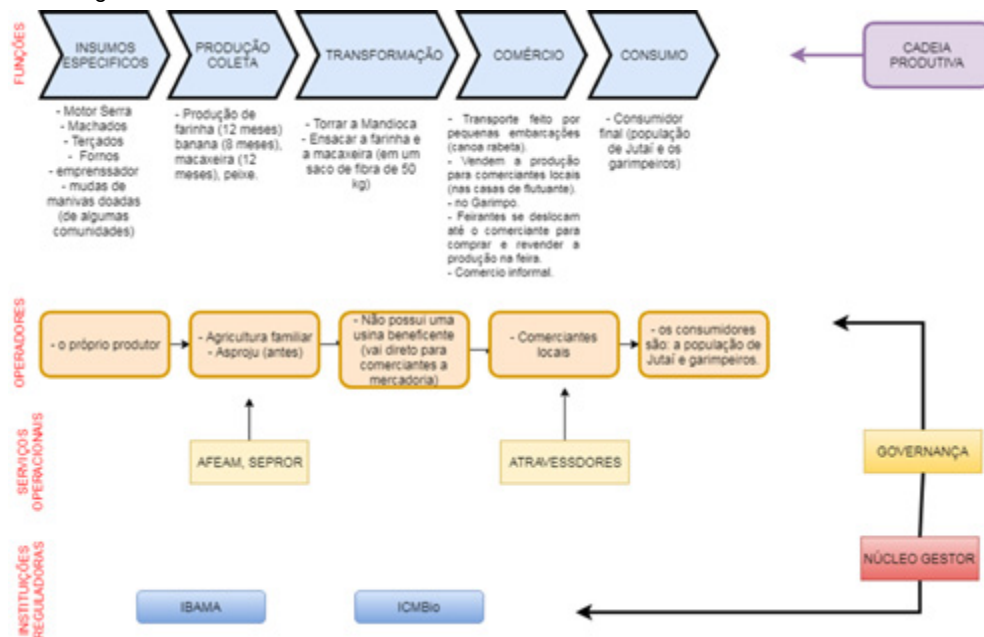
A comercialização é um dos fatores mais importantes na cadeia produtiva, na qual o produto, o valor agregado que é inserido em sua precificação. Uma das perguntas frequentes dos produtores da Resex, para quem vender? Quando o município de Jutaí está abastecido com o produto “X”, uma das formas para expandir a produção seria com o intermediário de uma associação ou cooperativas.

“Os produtores usam uma determinada quantidade de dados – força de trabalho, matérias-primas e instrumentos de produção – para criar uma quantidade de produtos físicos que é usada para satisfazer os desejos e as necessidades de um determinado número de pessoas”. (HARVEY: 2013).

Os produtores utilizam a força de trabalho, matérias-primas e instrumentos de produção e até mesmo suas necessidades básicas para atribuir um valor nas suas mercadorias, para cobrir suas despesas geradas na produção e a força de trabalho utilizado durante o tempo da produção.

A principal feira do Município possui aproximadamente 54 feirantes, a maioria dos feirantes é peruana; entre os feirantes apenas um é da Resex. A maioria dos feirantes compram produtos próximos do Município como: produtores do Rio Solimões e principalmente da Comunidade de São João do Sapó, que se localiza no Rio Jutaí, que tem acesso por via terrestre e fluvial. Os produtos que são da comunidade são farinha de mandioca, tapioca, goma, banana entre outros. Os produtores dessa comunidade uma vez na semana tem um local na feira para eles mesmos venderem suas produções.

**Diagrama 1-** Síntese da cadeia de produtiva na Resex, todas as etapas de produção até chegar no consumidor final.



Os produtores da Resex quando estão no município para vender suas produções primeiro passam em flutuantes (comerciantes) para vender a farinha, banana, macaxeira e outros, ou vendem diretamente ao um comerciante do município que compra a saca da farinha por quilo, o quilo custa 3,50. Outros comerciantes do município compram diretamente desse comerciante que é conhecido no município como “Ponto da Joca” ele vende a saca de 50kg por 250,00.

A produção camponesa se está diante do seguinte da fórmula M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com finalidade de se poder obter meio para, adquirir outras mercadorias igualmente necessária à satisfação de necessidades. É, pois um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007 Pg.40).

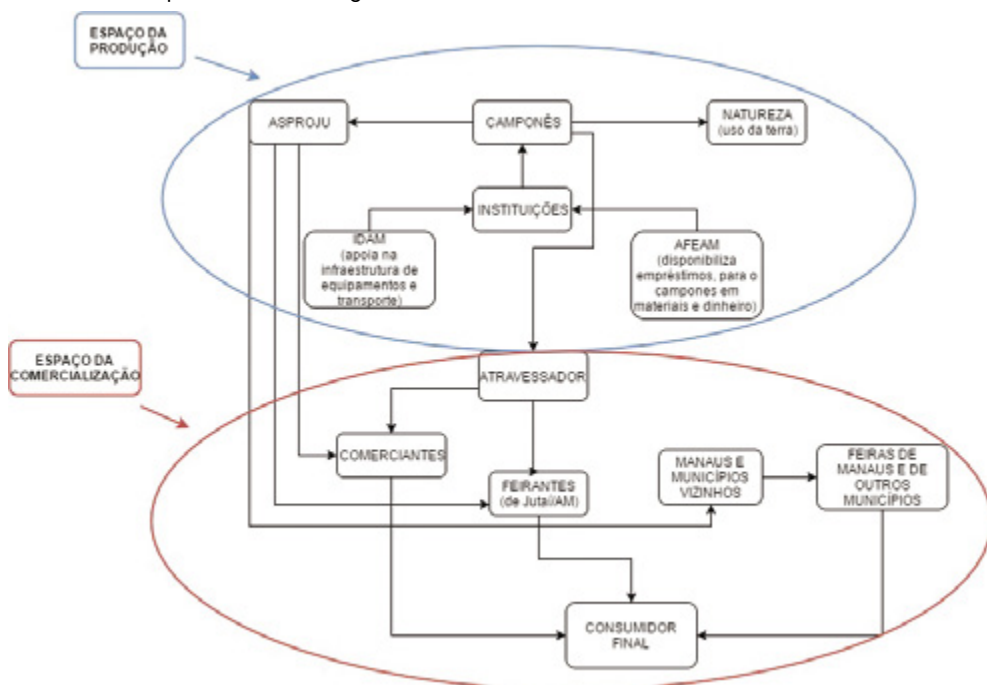
Não são todos os camponeses que pensam em tornarem-se garimpeiros, e geralmente é quando o fazem é mais para ter uma segurança de capital do que uma vontade de mudar de modo de vida, ou seja, é uma necessidade e não um desejo. Isso pode fazer com que deixem de pensar como produtores

de base não-capitalistas e tomem ações como as dos garimpeiros profissionais, muito embora agindo com o uso da mão-de-obra familiar, nesse sentido, o trabalho familiar, Shanin (1976) escreveu que:

“La explotación campesina forma una pequeña unidad de producción-consumo que encuentra su principal sustento en la agricultura y es sostenida principalmente por el trabajo familiar”.

Quando os produtores não conseguem vender suas mercadorias alguns ficam na casa de parentes e outros na própria casa que possuem em Jutaí e vendem na frente de casa e ficam até o produto acabar ou trocam por mercadorias que mais estão precisando. Uma vez no ano, ou quando no município de Jutaí está em falta de determinado produto o atravessador entra na Resex comprando os produtos ou fazem a troca

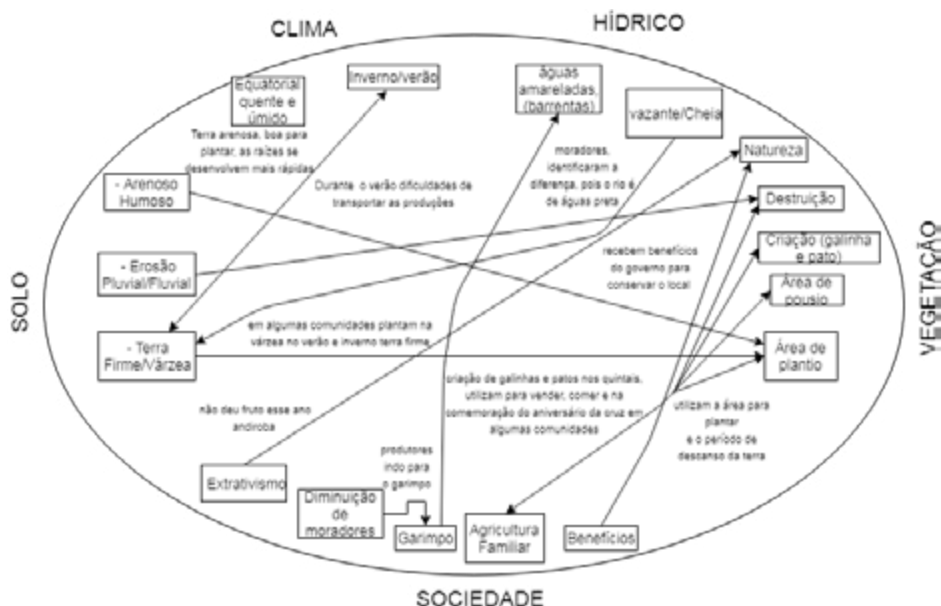
**Diagrama 2-** diagrama Sintetizada da cadeia produtiva da Resex, Espaço de produção: o camponês recebe ajuda de instituições para a maior produtividade; Espaço da comercialização: vários atores contribuem para a comercialização do determinado produto até chegar ao consumidor final.



com o produtor por rancho. Os produtores gostam quando entra o rega-  
 tão, pois eles não gastam com gasolina que é muito caro naquela região.

A cadeia produtiva naquela região envolvem questões internas, onde  
 não facilita de todos trabalharem em conjunto como um grupo, ficam  
 naquele jogo de questões políticas, pois o presidente da Asproju é ve-  
 reador do município, e atual administração de Jutai/AM é oposição  
 (partidos políticos diferentes). Enquanto as duas partes não entrarem  
 em um acordo, provavelmente a Asproju vai ficar fechada, e a Resex

**Figura 2-** Os elementos naturais e sociais demonstrado no contexto dos Geossistemas, para identificar os processos de produtividade, como a vegetação e o solo são explorados e poluição do rio por fatores de exploração do ouro, que no futuro vai acabar atingindo a atividade pesqueira. Como o clima muda os processos de produção e fenômenos causados por ele, e como a sociedade se utiliza da natureza.



vai ficar a mercê de brigas políticas, o que prejudica a comercialização e o modo de vida dos moradores da resex. O fato é que a resex se enquadra na concepção de recursos ociosos de Rangel (2005).

Um dos problemas que os produtores enfrentam quando se deslocam para a cidade é não ter um local certo para vender e armazenar seus produtos durante os dias que passam na cidade. O modo de vida do produtor está sujeito a grandes processos socioeconômicos em relação à venda da produção ou pela troca de produtos de consumo doméstico. Alguns produtores recebem vários benefícios (auxílios) do Governo como: Seguro defeso (esse benefício, é pela época do ano que não se pode pescar os peixes que estão proibidos para a pesca), bolsa família, bolsa Verde. Há uma indissociabilidade entre os equipamentos territoriais e a capacidade de circular capital no espaço e fixar capital na unidade territorial de trabalho familiar. (SANTOS: 2003; 1999)

**Tabela 4-** Efeito do processo Produção-Distribuição-Circulação-Consumo, na cadeia produtiva da Resex. Org.: Silva, Gabriel; Angioli, Enderson.

| PRODUÇÃO   | DISTRIBUIÇÃO   | CIRCULAÇÃO   | CONSUMO   |
|--|--|--|---|
| A produção vem dos produtores (agricultura familiar) da RESEX do Rio Jutai, que visam primeiro seu sustento. São donos dos meios de produção (exceto casas de farinha, que emprestam de outros produtores que possuem casas de farinha próprias) e de suas terras. O uso sustentável dos recursos naturais, seus plantios, pescas e área de produção ficam nas comunidades pertencentes à RESEX. | Dificuldades na logística de transporte na produção para o município, que se dá por via fluvial, onde o produtor utiliza barcos de pequenos portes como a "rabeta", para transportar a produção geram altos gastos com gasolina. Preços baixos pagos pelo comercio. Muitas vezes se dar por atravessador que compra os produtos das comunidades (a farinha, ele compra por kg 3,50) para venderem para comerciantes locais por um preço maior, e no caso dos pescados, leva até os frigoríficos, que por sua vez vendem até para o mercado internacional, os atravessadores usam um barco de porte médio, eles só entram na resex para comprar os produtos quando estão em falta no município. | Com a chegada dos produtos ao flutuante, se abre a oportunidade para vários comércios, como por exemplos as feiras, dependendo do produto se tem a quantidade de quanto circula se diferencia, a farinha tem um grande procura, é vendida em sacas (50 kg) para o comerciante, depois eles iram vender em pacotes que tem a unidade de referência de um litro e meio kg outro produto com bastante circulação é o pescado, estes são vendidos peixes com escamas no porto e peixes lisos em frigoríficos do município. | Os produtos aqui mostrados, são comprados por seus consumidores finais muitas das vezes in natura, através das feiras, mercadinhos e mercearias do município. desses muitos ainda são transformados em outros produtos para outro tipo comercialização. |

## Considerações Finais

---

A Reserva Extrativista do Rio Jutaí possui uma biodiversidade potencializadora de múltiplos usos, os moradores utilizam a terra e os rios como fonte de renda e para a satisfação e suas necessidades materiais e simbólicas. Com uso da natureza o morador da Resex produz de forma camponesa sua mercadoria a farinha, macaxeira, banana entre outras. A principal atividade econômica na Resex é o plantio da mandioca e produção de farinha, que é o produto chave da cadeia produtiva, dela que vem a maior renda do produtor. A atividade pesqueira tem um forte papel na economia da Resex, onde atrai também pessoas de fora da Resex.

Foi identificado que produtor tem problemas na comercialização (achar compradores) da produção quando eles chegam no município de Jutaí/AM, e um local fixo para armazenar a produção na cidade eles passam dias em Jutaí/AM só voltam para casa até vender toda a produção, alguns produtores passam as noites nas suas próprias canoas no porto da cidade e outros ficam nas suas próprias propriedades que possuem e outros se deslocam para casas de parentes.

A Asproju (Associação dos Produtores de Jutaí) tinha o papel principal na cadeia produtiva da Resex, possuía o monopólio, comprava a produção e vendia para o município de Jutaí e outros municípios da região. Agora falida a Asproju está tentando reerguer sua situação financeira e voltar a trabalhar como era antes com o extrativismo dos óleos de andiroba e copaíba, que era um produto que dava dinheiro aos moradores da Resex, que não dependia só de um produto.

O garimpo se tornou uma saída para os moradores da Resex para ganhar dinheiro. Segundo os moradores, plantar não estava dando “futuro” para eles, pois no garimpo o dinheiro vem mais fácil, o que eles conseguiam na produção agrícola em um ano, no garimpo ganhavam em um mês. Com isso outros produtores foram redirecionando seu trabalho da Resex para o garimpo, várias comunidades estão com casas abandonadas. Nesse caso é uma questão socioeconômica que instaurou um dilema, deixar de trabalhar na Resex e

ganhar mais dinheiro ou continuar trabalhando na Resex e não ter dinheiro, o caminho para o garimpo foi uma “solução” devido a não haverem estruturas de comércio e de cadeias produtivas condizentes com a realidade material e social existente na Resex, desde cursos de comercialização, locais com energia elétrica para ter o armazenamento adequado dos produtos, barcos, logo uma ausência de equipamentos territoriais fazem da Resex uma capacidade ociosa em algumas comunidades.

## Referências

---

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Universalização e Localismos: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: Silveira, ISOLDA M. et. al. (org.) Amazônia e a Crise da Modernização. Belém. MPEG. 1994.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço Geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): p. 466, dez. 2010.
- COSTA, Reinaldo C, NUNEZ, Cecilia V. Biodiversidade e cadeias produtivas: potencialidades sinérgicas. In: COSTA, R. C., NUNEZ, C. V. (org.) Cadeias produtivas e seus ambientes. Manaus. Ed. Inpa. 2017.
- COSTA, Reinaldo. C.; FERREIRA, Bárbara. E. S.; NUNEZ, Cecilia V. Mercado & Biodiversidade. Manaus: Editora INPA, 2015.
- FERREIRA, Bárbara. E. S, COSTA, REINALDO, C. Potencialidades e biodiversidade. IN: - COSTA, Reinaldo C, NUNEZ, Cecilia V (orgs.). Cadeias produtivas e seus ambientes. Manaus. Editora INPA. 2017.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- HARVEY, David. Os limites do capital São Paulo: Boitempo, 2013.
- RANGEL. Ignácio. Recursos Ociosos e Política Econômica. In: Obras Reunidas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;
- SANTOS, Milton Economia Espacial. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003
- \_\_\_\_\_.O Dinheiro e o Território. GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – 1999
- SHANIN, Teodor. Naturaleza y Lógica de la Economía Campesina. Barcelona. Anagrama. 1976.



<http://www.ibama.gov.br/noticias/436-2018/1408-ibama-e-exercito-apreendem-equipamentos-para-garimpo-ilegal-avaliados-em-r-8-milhoes-no-rio-jutai-am>. Acessado em: 10/04/2018

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/jutai/panorama> acessado em: 08/03/2018

C122

# MINERAÇÃO E MUDANÇAS EM JURUTI (PA)

Marciclei Bernardo da Silva

Reinaldo Corrêa Costa

## Introdução

---

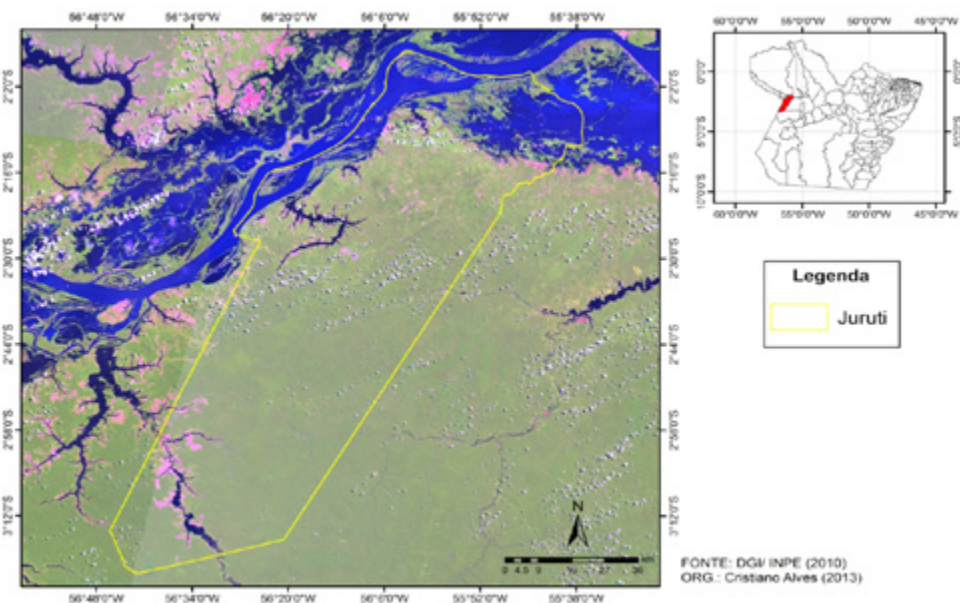
Como destaca Coelho (2009) não tem como um projeto de mineração se instalar em determinada área e não impactar. Neste contexto, Juruti (PA) é uma das áreas mais recentes da Amazônia brasileira a receber um projeto de mineração industrial. O período de instalação da mineradora ocorreu a partir do ano de 2005 e uma série de ações foram desenvolvidas, como construção ou melhoramento de infraestruturas, que funcionam como suporte para o desenvolvimento do projeto de exploração da bauxita. O município está localizado na região oeste do estado do Pará (mapa 01) e atualmente situa uma das principais minas de exploração de bauxita do país.

A partir de estudos realizados por outros autores em Juruti, entre os quais, Wanderley (2008), Marialva (2011), Borba (2012) e Lopes (2012), sabemos que ocorreram mudanças com a implantação e funcionamento do projeto de exploração da bauxita no município pela mineradora Alcoa (Aluminum Company of America). Tais como aumento da população, migração, expansão da área urbana com o surgimento de novos bairros, ou seja, reestruturação e reorganização no espaço local.

Antes de um detalhamento acerca da realidade de Juruti, faz-se necessário contextualizar a lógica que os projetos mineradores se instalam em determinada área. A procura de matérias-primas que se transformam em recursos, como a bauxita, pelo capitalismo nada mais é do que sua expansão na lógica acumulativa. Para Coelho e Monteiro (2003) “a produção de alumínio primário foi deslocada dos países de economia industrial para os países dotados de

fontes de bauxita, enquanto as atividades mais próximas ao final da cadeia produtiva, e de maior realização de lucros, permaneceram nos países industrializados, sedes originais das grandes empresas do ramo”.

**Mapa 01-** Localização do município de Juruti (PA).



Fonte: Cristiano Alves (2013).

Neste contexto, há um jogo de interesses dos mais diferentes sujeitos (Estado, Empresa, sujeitos locais, entre outros) e racionalidades envolvidos no processo, o município de Juruti é a concretude desses interesses. Resultado de uma articulação de escalas, no qual o local passa a fazer parte do global. Isto não quer dizer que anteriormente à chegada da Alcoa o município não o fizesse parte, nenhum lugar é totalmente isolado (de processos ligados à natureza ou sociais). Referimo-nos, no sentido de que a partir da chegada da Alcoa, a influência de decisões em escalas mais amplas, passa a ser mais impactante. Juruti passa a fazer parte de uma cadeia de comercialização de bauxita para diferentes lugares do planeta. Neste sentido, por exemplo, se o mercado de bauxita em escala mundial aumenta o consumo de bauxita, possivelmente ocorrerá uma ampliação do projeto de exploração. Quando a

mineradora diminui a produção no município, conseqüentemente a CFEM (Compensação Financeira por Exploração Mineral) também diminui, ocorrendo um impacto na arrecadação do município, como veremos adiante. Ou seja, são decisões de escalas diferenciadas de poderes e de interesses que se articulam e dão concretude ao processo.

Também há que se destacar o papel do Estado na materialidade dos projetos de mineração na Amazônia paraense. Criando condições (incentivos, políticas públicas, infraestruturas, financiamentos, entre outros) que atraem o capital privado para se instalarem, em áreas como Juruti. Neste contexto, conforme Lira (2003) “a concessão de incentivos fiscais e financeiros foi indispensável para o desenvolvimento da indústria mínero metalúrgica”, com destaque para a exploração na Amazônia paraense. Entretanto, de acordo com Wanderley (2015) no processo de análise temos que diferenciar a temporalidade de projetos mineradores ao longo do tempo, o contexto ao qual foram estabelecidos, uma lógica (política e econômica) adotada naquele momento, pode não ser a mesma no presente.

---

## Metodologia

---

### Referências Para o Estudo e Técnicas de Pesquisa

---

Os referenciais para análise deste estudo fundamentam-se no entendimento de Formação Sócio-espacial, como categoria analítica. Além de escalas, sendo a mineração como processo resultante da articulação de diferentes escalas, com espacialidades e temporalidades diferenciadas. Neste contexto, ocasiona um processo de reestruturação espacial, no qual é identificada uma série de impactos (negativos ou positivos), conseqüentemente, ocasionando mudanças com maior ou menor tempo de duração e variação de intensidades (desde o início do projeto de mineração até o presente). Com relação ao conceito de formação sócio-espacial, segundo Santos (1977), no decorrer dos estudos geográficos, a ciência Geográfica “se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas

sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História”. Neste contexto, quando somente a forma é priorizada na análise, correremos o risco de não entender a essência dos processos e porque se projetam de determinada forma no espaço geográfico.

Tratando-se da importância de utilizar o conceito de formação sócio-espacial, “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (1977). Logo, a categoria analítica formação sócio-espacial “parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso” (*opus citatum*). Portanto, cada sociedade tem sua especificidade, no caso de Juruti, inserida em uma formação sócio-espacial mais ampla (neste caso, a formação sócio-espacial brasileira) e que muitas vezes defende a ideia de “grandes projetos” para a Amazônia ou como almoxarifado de recursos naturais, entre estes, o minério de bauxita.

A noção de escala neste trabalho é fundamental no sentido de que a mineração enquanto processo se projeto na realidade (já citado anteriormente, mas reforçando) através da articulação de várias escalas (local, regional, nacional e internacional). Não somente escalas geométricas, mas escalas econômicas e de poder. A decisão para o funcionamento de um empreendimento como a Alcoa parte de uma escala internacional, mas é na escala local que ganha concretude.

Conforme McMaster e Sheppard (2004):

Scale is intrinsic to nearly all geographical inquiry. It has received increasing attention within geography in recent years, with significant differences in the understanding of scale emerging among the subdisciplines. Geography’s cognate disciplines, including ecology, meteorology and climatology, geology, economics, sociology, and political science, also have strong interests in the concept of spatial scale.

Como destacado pelos autores, a noção de escala está intrínseca aos processos geográficos, é em determinado tipo de escala (econômica, política,

cultural e social) que os processos podem ter maior ou menor intensidade, podem ser *opacos* em determinada escala e ganhar relevância em outras dimensões escalares, dentre outras características. Para Swyngedouw (2004) “spatial scales are never fixed, but are perpetually redefined, contested and restructured in terms of their extent, content, relative importance and interrelations. The continuous reshuffling and reorganization of spatial scales are integral to social strategies and an arena for struggles for control and empowerment”. Ou seja, as escalas não são fixas e estão em constante processo de redefinição.

Com relação à reestruturação, cabe ressaltar que está imbricado no processo de planejamento, ou seja, não é uma coisa a parte. O Estado brasileiro teve técnicas de planejamento (através de políticas públicas, por exemplo) para preparar o município de Juruti para receber ou *amenizar* os impactos pelo projeto de mineração. No entendimento do conceito, Soja (1993) destaca que o processo de reestruturação “em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significante diferentes da vida social, econômica e política”. Neste sentido, o processo de reestruturação espacial estaria relacionado à adequação das estruturas sociais, econômicas, políticas e de engenharia de certo lugar há um determinado processo com maior força política e econômica. Neste caso, o lugar tem de se reestruturar ao processo preponderante e não o contrário. Entretanto, como já destacado anteriormente, não podemos esquecer-nos dos espaços preexistentes que estavam relacionadas a uma lógica específica de reprodução antes da chegada do empreendimento.

O processo de reestruturação são as mudanças no município em sua concretude (COELHO, 2016). Entretanto, quando nos referimos às mudanças não estamos anulando os processos e espaços preexistentes à chegada da mineradora. Alguns continuaram e outros foram transformados. Por exemplo, parte da estrada que liga o Porto da Alcoa à Mina, é preexistente à exploração mineral, mas foi melhorada para servir como infraestrutura básica para a empresa. A chegada da Alcoa em Juruti gera o que podemos denominar de reestruturação espacial, neste sentido Harvey (2005) enfatiza que “a paisagem

geográfica da acumulação do capital está em perpetua evolução, em grande parte sob o impulso das necessidades especulativas de acumulação adicional e, só secundariamente tomando em conta as necessidades das pessoas”.

Como o estudo se refere à escala urbana, foram realizadas entrevistas (um total de 30) nos bairros Nova Jerusalém, São Marcos, Jardim Tiradentes, Nova Vitória e Maracanã. Também foi realizado trabalho de campo em Juruti Velho (área rural do município). Cabe ressaltar, que foram desenvolvidas a partir de um roteiro de conversa pré-estabelecido, no qual são destacadas questões de caráter político, econômico, cultural e social. A escolha por uma entrevista “aberta” e não “fechada” permitiu que os moradores relatassem suas histórias de vida relacionadas com a chegada da mineração em Juruti. Cabe relatar, que foram realizados registros fotográficos dessas áreas e do Porto da Alcoa.

Os bairros escolhidos se caracterizam como novas áreas que surgiram após a implantação da Alcoa na cidade. Este foi o critério de escolha utilizado. Sendo formado em sua maior parte por imigrantes que vieram para Juruti atraída pelas “oportunidades” (distintas para cada sujeito) ligadas (direta e indiretamente) ao projeto de exploração da bauxita. Também foram realizadas entrevistas, em Instituições do Poder Público (Prefeitura de Juruti), entre as quais a Secretaria Municipal de Planejamento, Infraestrutura e Finanças. No qual foram obtidos dados relacionados à disponibilidade de serviços públicos, infraestrutura na cidade e finanças, fazendo um comparativo antes e depois da chegada da Alcoa no município. Os dados coletados foram sistematizados em uma tabela e a partir de disso a análise foi realizada e algumas informações cartografadas.

---

## **Desenvolvimento**

---

### **O Projeto de Exploração da Bauxita em Juruti**

---

A área de extração da bauxita não está localizada na cidade de Juruti, mas os principais impactos (de caráter social e econômico) tiveram maior inten-

sidade na área urbana. Uma das razões para que os impactos de caráter ambiental não sejam notados, conforme Wanderley (2008) estaria relacionado ao fato dos projetos de mineração desenvolvidos na Amazônia brasileira estarem localizados em áreas geralmente cercadas por florestas e com “pouca” concentração de pessoas vivendo próximo das *clareiras abertas* para extração de minérios. O que não torna o impacto menos impactante.

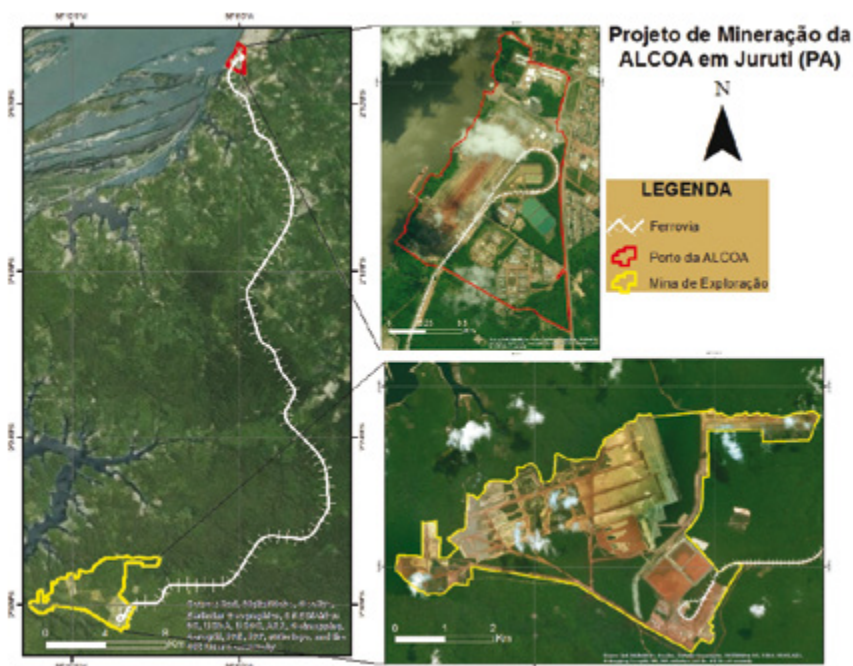
Identificamos que o processo de organização política (frente aos potenciais e reais impactos causados pela mineradora) pelos moradores locais ocorreu com maior intensidade na área rural do município de Juruti. No qual, existe uma associação, a Acorjuve (Associação dos Comunitários da região de Juruti Velho) criada pelos moradores, como principal meio de representação política dos moradores impactados pela construção da mina na região de Juruti Velho (área onde está localizado a mina de exploração da bauxita). Neste sentido, observou-se que as entrevistas realizadas na cidade com relação ao projeto de mineração são no sentido de *aprovação*, enquanto em Juruti Velho (área rural) os moradores enfatizavam *questionamentos*. Entre os quais o que irá ficar para o município após o término do projeto? Relacionado ao processo de organização política, Wanderley (2012) enfatiza que “as corporações mineradoras não são, necessariamente, a gênese dos movimentos sociais nas áreas em que operam. Todavia, elas geram impactos e ameaças que deflagram mobilizações sociais e conflitos”. No processo de organização política, os moradores locais tiveram apoio de distintas Instituições, entre as quais, o Ministério Público, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a Igreja Católica, entre outros.

A bauxita, minério explorado em Juruti, é constituída basicamente por boehmita, gibbsita e diásporo (COSTA, 2016), no qual são encontrados hidróxidos de alumínio em diferentes quantidades. Com relação aos depósitos bauxíticos jurutiense, há um predomínio de gibbsita, característico de depósitos bauxíticos localizados em terrenos com tempos geológicos mais recentes (*op. cit.*). Nos estudos realizados pela Alcoa, segundo o Annual Report Alcoa (2015) a bauxita presente em Juruti é derivada das intempéries (dinâmicas da natureza em escala mundial) durante o Terciário e Cretáceo. Sendo que os depósitos são cobertos por argila Belterra e a granulação é média feldspática e arenitos. E processo de exploração da bauxita ocorre por extração de camadas do solo.



Contextualizando o projeto de exploração de bauxita em uma escala regional, há outros projetos que cabem ser citados. Sendo que a maioria está localizada na Amazônia Paraense, entre os quais, depósitos bauxíticos em: Paragominas, Almeirim, Monte Dourado, Rio Paru, Trombetas, Carajás, Faro e Juruti. Também podemos citar a mina do Pitinga localizada no município de Presidente Figueiredo no estado do Amazonas (COSTA, 2016). Com relação à Juruti, o projeto de mineração abrange diferentes áreas do município. O porto da mineradora está localizado na área urbana, a mina de exploração em dos platôs bauxíticos (Platô Caapiranga) do município, ambos os lugares interligados por uma ferrovia e estrada (figura 01).

**Figura 01-** Localização do Projeto de Mineração da Alcoa em Juruti (PA).

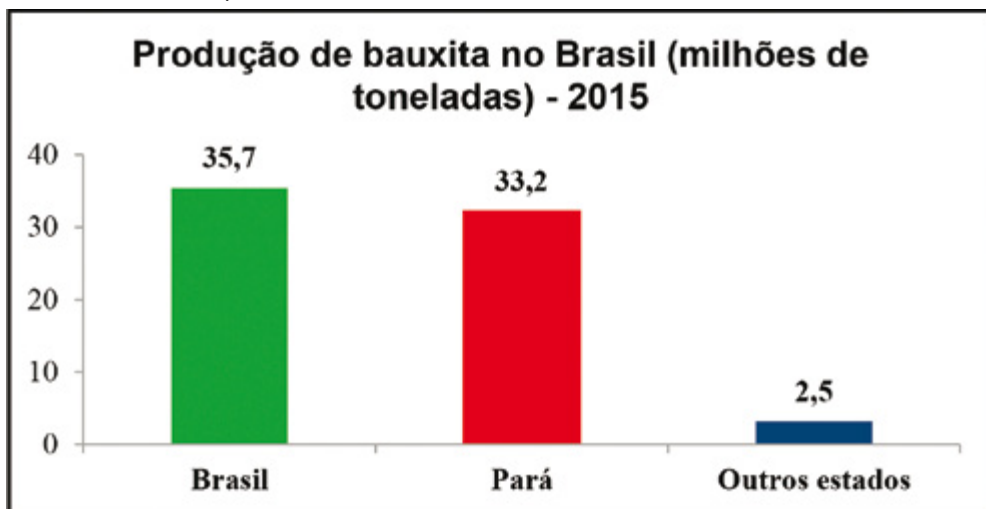


Abrangendo distintas áreas, o projeto de mineração em Juruti envolve impactos contínuos e descontínuos, ou seja, estão no mesmo espaço (o espaço da bauxita), mas em lugares diferentes. Neste sentido, distintos lugares com funcionalidades específicas. O lugar onde ocorre a exploração e produção (a mina), o lugar que sedia a infraestrutura para o transporte da bauxita (a ferro-

via) e o lugar em que o produto é preparado para exportação (o porto). Neste sentido, “o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta às relações distanciadas que determinam sua natureza” (GIDDENS, 1991).

O Projeto minerador de Juruti, Trombetas e Paragominas (todos no Pará), segundo Costa (2016) correspondem a mais de 90% de toda produção nacional. O que permite ter uma ideia da representatividade econômica desses projetos mineradores numa escala local e regional, que envolve fatores geoeconômicos e geopolíticos. Neste contexto, “em 2000, a indústria extrativa representava 1,6% do PIB brasileiro; em dez anos, esse percentual alcançou 4,1%. Da mesma forma, a participação dos minérios nas exportações saltou de 7,1% em 2006 para 17,3% em 2011” (MALERBA e MILANEZ, 2014). Os autores ainda destacam que os investimentos só tendem a crescer com o Plano Nacional de Mineração, no qual são previstos investimentos aproximados em R\$ 350 bilhões até o ano de 2030, priorizando projetos mineradores na Amazônia. O *gráfico 01*, mostra a produção de bauxita no estado do Pará e no restante do Brasil.

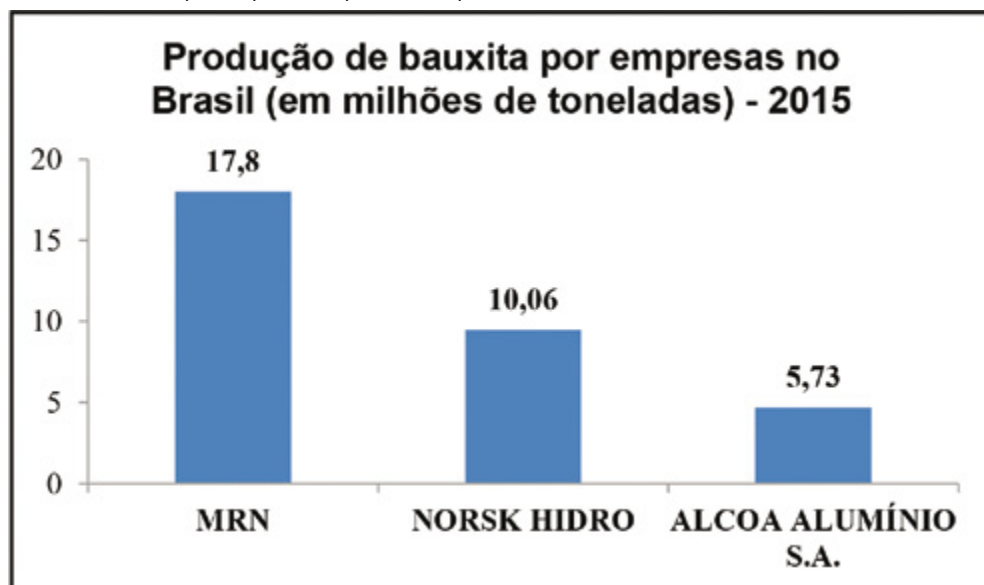
**Gráfico 01**- Produção de bauxita no Brasil.



FONTE: Anuário Mineral Brasileiro (2016)

Outro ponto que vale ser ressaltado refere-se ao domínio no país da exploração de bauxita. Basicamente o mercado é controlado por três empresas principais, entre as quais a Alcoa, que explora o minério em Juruti, situando-se como a terceira maior empresa exploradora de bauxita no país (DNPM, 2015). Nessa lista incluem-se também a Mineração Rio do Norte (MRN) que explora depósitos de bauxita em Trombetas (município de Oriximiná (PA), que faz

**Gráfico 02-** As principais empresas exploradas de bauxita no Brasil.



FONTE: ABAL (2017).

limite com Juruti) e a Norsk Hidro explorando bauxita em Parauapebas (PA). O **gráfico 02**, apresenta a produção dessas empresas no ano de 2014.

Neste contexto, as três empresas são responsáveis pelas principais áreas de exploração de depósitos bauxíticos da Amazônia paraense. O que evidencia uma concentração de investimentos e de empresas extratoras. Como já citado anteriormente, Juruti situa-se como uma das áreas mais recentes da Amazônia há receber um projeto de mineração industrial. O município que antes

pertencia a cadeias produtivas em escala regional caracterizadas basicamente pela produção agrícola e pecuária, passa a ser inserida em uma rede de comercialização internacional de commodities, neste caso, a bauxita.

Segundo Silva e Costa (2015), o projeto ocorre em um contexto, no qual a Alcoa incentivada pela disponibilidade de recurso natural, no caso a bauxita e incentivos de políticas estatais, encontrou suportes para o desenvolvimento da atividade mineradora. Entre as ações para funcionamento, destacam-se a construção de infraestruturas, como porto, ferrovia, alojamentos, entre outros. Necessários para darem suporte ao funcionamento da empresa. Como já destacado por Silva e Costa (2015) e alertado por Wanderley (2008) o projeto atraiu uma quantidade “grande” de imigrantes, segundo Marialva (2011) aproximadamente 15 mil no período de implantação (entre 2005 e 2009), sendo que a população urbana era de aproximadamente 17.000 mil habitantes. Ou seja, um processo que quase duplicou a população da cidade, o qual não estava preparado para atender uma demanda por serviços básicos (educação, segurança, saneamento, moradia, entre outros).

Neste sentido, o projeto de exploração da bauxita em Juruti, divide-se em três etapas:

- a) Estudos de Impactos Ambientais para obtenção de licenças Prévia, de Instalação e Operação do Projeto “Mina de Juruti” pela Alcoa: 2002 a 2004.
- b) Instalação do projeto minerador: basicamente de 2005 a 2009;
- c) Funcionamento (exploração da bauxita): Novembro de 2009 até o presente momento.

## **Os Impactos da Mineração no Município**

---

A instalação da Alcoa na cidade de Juruti ocasionou uma série de dinâmicas espaciais, dentre as quais destacaremos algumas como: o crescimento da área urbana com o surgimento de novos bairros; a construção de infraestruturas (figura 02) que funcionam como suporte para a mineradora (entre as quais o porto e a ferrovia); a influência da arrecadação na Prefeitura relacionada aos tributos pagos pela mineradora (com destaque para a CFEM) e a instalação de instituições públicas relacionadas ao projeto de mineração.

**Figura 02-** Porto da Alcoa na cidade de Juruti (PA)

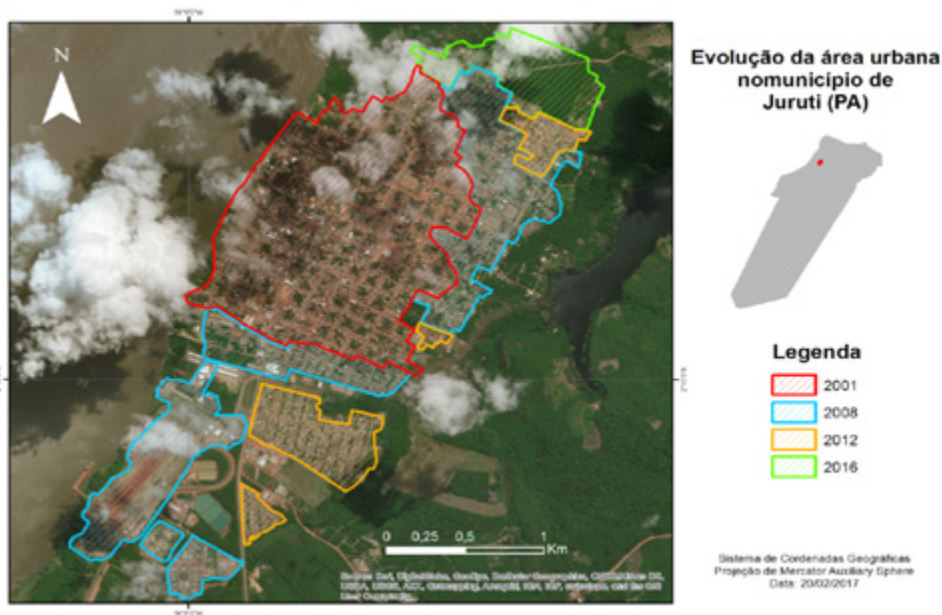


FONTE: Trabalho de campo (Maio de 2016).

Com relação ao surgimento de novos bairros na área urbana, os mesmos em sua maioria foram formados por ocupação irregular. As antigas áreas eram caracterizadas por ser propriedade privada. Um ponto que cabe ser ressaltado refere-se ao fato da maioria dos moradores dessas áreas serem imigrantes de municípios limites com Juruti. Em um total de 30 entrevistas realizadas em bairros que surgiram após a chegada da Alcoa, 22 eram de origem de outros municípios. Desse total, 12 vieram de Santarém (PA), 4 de Alenquer (PA), 3 de Oriximiná (PA), 3 de Parintins (AM). Ou seja, apenas 8 nasceram em Juruti, que demonstra a força de atração que o projeto de mineração exerce, principalmente na região do Baixo Amazonas, de onde é a maioria dos moradores identificados nesses bairros.

A vinda dos moradores está relacionada com o objetivo de conseguir algum tipo de emprego. Como na maioria das vezes, não possuíam força de trabalho qualificada para trabalhar diretamente com a atividade mineradora, a oportunidade surgia com as empresas terceirizadas contratadas e prestadoras de serviços para a Alcoa. Cabe ser ressaltado, como já citado anteriormente, o período de maior chegada de imigrantes foi no período de instalação da empresa. No **Mapa 02**, observamos os novos bairros que surgiram em Juruti com o início do projeto de exploração da bauxita no município.

**Mapa 02-** Áreas que foram originadas na cidade de Juruti a partir da implantação do projeto de exploração mineral pela Alcoa.



Fonte: Elaboração a partir de imagens de satélite do Google Earth.

Um dos problemas, com a chegada de imigrantes na cidade relaciona-se com a demanda por moradia. Ocasionalmente ocasionando um processo de especulação imobiliária e conseqüentemente o aumento do solo urbano no período de instalação. Entretanto, terminado o período de instalação do projeto minerador, onde a exigência por mão-de-obra qualificada não era tão exigente, o preço dos imóveis diminuíram. Nas entrevistas, foi destacada a média de preços dos imóveis antes e depois do período de instalação. O período entre 2005 a 2010, o preço dos imóveis variavam de R\$ 600,00 à R\$ 900,00. Geralmente as casas oferecidas para aluguel possuíam apenas um quarto, quando a demanda era alta.

Os moradores destacam que a partir de 2013, quando a exploração de bauxita já estava em pleno funcionamento. Com todas as infraestruturas que dão suporte para o projeto construídas, entre as quais, área do porto e ferrovia, os preços dos imóveis diminuíram. Nos imóveis pesquisados, atualmente encontramos valores entre R\$100,00 a R\$ 300,00. A relação do que foi citado com o projeto de exploração da bauxita refere-se ao fato de diminuição das



empresas terceirizadas contratadas pela Alcoa e conseqüentemente a redução no número de empregos. Neste contexto, uma parte dos imigrantes retornou (não existem dados oficiais) para seus lugares de origem ou para novos lugares que se transformam em “*novas esperanças*”.

A paisagem que se constituiu nesses bairros, após o “boom” de “*oportunidades*” (empregos) da fase de implantação passou a ser caracterizada de inúmeros terrenos com placas de venda, moradores retornando para seus lugares de origem, antigos moradores da zona rural que vieram para cidade e tiveram que retornar para o trabalho agrícola, entre outros casos. Identificamos uma contradição na ocupação das áreas que deram origem a novos bairros na cidade de Juruti. Segundo moradores no bairro Nova Jerusalém, “*a maioria das ocupações ocorreram por pessoas que já tinham imóveis na cidade*”. O processo entre outras razões ocorre por especulação imobiliária de quem já detinha imóvel na cidade. No bairro Nova Jerusalém (figura 03), um dos bairros onde foi realizado a pesquisa, os moradores entrevistados (8 no total) foram identificados como segundo ou terceiro dono dos imóveis atualmente. Sendo que o bairro originou-se no ano de 2008.

**Figura 03-** Bairro Nova Jerusalém.



Fonte: Trabalho de campo – Maio de 2016.

Outra questão relacionada às novas áreas que surgiram, enfatizando a realidade dos bairros Nova Jerusalém e Jardim Tiradentes. Os serviços urbanos são precários, tais como, ausência de serviço de água tratada e encanada para as residências, a coleta de lixo é realizada somente duas vezes por semana, nenhuma das ruas é asfaltada, não existe saneamento básico, em algumas casas, ainda é possível encontrar banheiros sem fossa séptica próximos de poços utilizados para coleta e consumo de água. No início de 2016 que o serviço de energia elétrica passou a ser cobrado pela empresa prestadora. Ou seja, uma realidade que se contrapõem ao sonho de “*melhorar de vida*” (termo bastante utilizado nas entrevistas). A atividade mineradora era citada como algo que trouxe “*desenvolvimento*” para o município, contrastando com a realidade observada em trabalho de campo. Entretanto, conforme Gendron et. al. (2013) “for bauxite – rich states, the mineral has embodied a promise of development, but it has also served as a powerful symbol of exploitation by colonial governments and multinational companies”. Ou seja, o projeto de exploração da bauxita é tido como uma promessa de progresso, no entanto, nem sempre igualitário para todos.

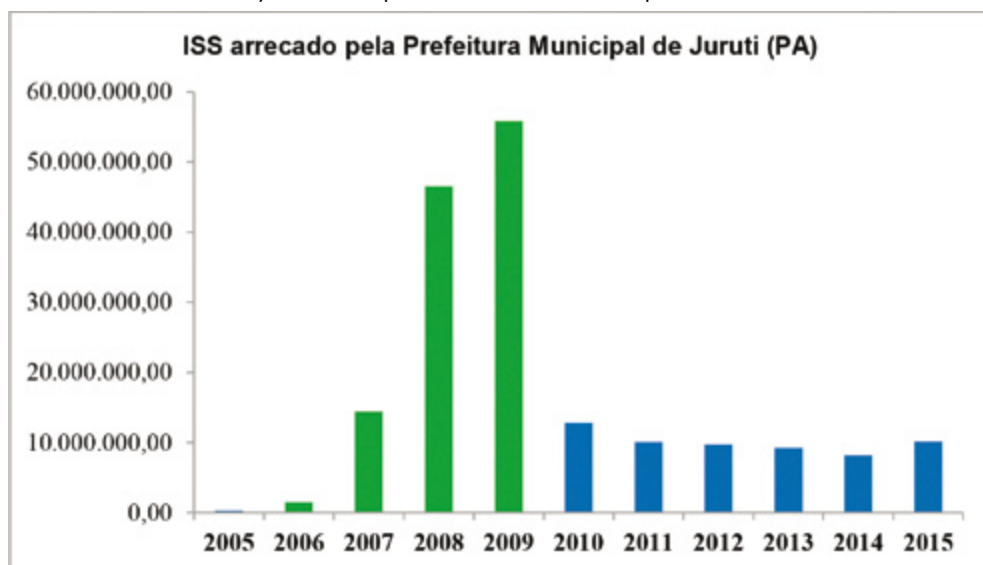
Um ponto que cabe ser ressaltado é o discernimento percebido nas entrevistas no caso da mineradora não ser responsabilizada pelas condições precárias de vivência dos entrevistados. Como observar-se na fala de um dos entrevistados: “*A Alcoa paga (a CFEM e os tributos) tudo direito para a Prefeitura, eles (poder público) que não sabem utilizar*”. Ou seja, na fala observamos que há um discernimento daquilo que seria responsabilidade da mineradora e do poder público. Neste contexto, pela magnitude do projeto a Alcoa poderia ser “*confundida*” com o poder público no exercício de suas atribuições.

Entretanto, é necessário cuidado para não realizarmos juízo de valor com relação à atividade mineradora em Juruti. A mesma se projeta na realidade como um processo contraditório. E quando nos referimos a impactos negativos ou positivos relacionados à mineradora, a contradição se materializa no que pode ser negativo para determinado sujeito pode não ser para outro. Por exemplo, os comerciantes o período de instalação da Alcoa foram um dos sujeitos mais beneficiados. Em entrevistas realizadas, segundo três comerciantes do ramo de construção civil, as vendas diminuiriam a partir do ano



de 2013. Portanto, são mudanças com temporalidades estabelecidas. Neste sentido, algumas mudanças ocorreram com maior ou menor duração. Como citado, o aumento de vendas na cidade se concentrou no período de instalação. Neste contexto, outro impacto que cabe ser citado, refere-se à importância que os impostos pagos pela Alcoa têm sobre as contas municipais. Um dos exemplos é a arrecadação do ISS (Imposto Sobre Serviços Diversos) pela Prefeitura (**gráfico 03**).

**Gráfico 03-** Arrecadação de ISS pela Prefeitura Municipal de Juruti (PA).



Fonte: Divisão de Tributos da Prefeitura Municipal de Juruti.

O **gráfico 03** mostra que os anos de maior arrecadação de ISS no município ocorreram no período de instalação do projeto de mineração da Alcoa, entre 2005 e 2009, destacados pelas barras em cor verde. A partir do momento que a mina entra em funcionamento, a arrecadação diminui, visto que as obras de infraestruturas para darem suporte ao projeto são finalizadas. Conforme as entrevistas, “a partir de 2010 as empresas terceirizadas começam a sair do município e com isso a demissão de muitos funcionários” (morador entrevistado). Cabe destacar que outras taxas que deixaram de ser pagas pela Alcoa, tais como a taxa de execução de obras e taxa de ocupação.

Não estamos querendo dizer que a quantia (de tributos) paga pela Alcoa seja *justa* ou *injusta*, seria juízo de valor de nossa parte. Mas mostrar, como na realidade o funcionamento de um empreendimento minerador acarreta mudanças nos lugares que se instalam, e as finanças do município podem nos servir como instrumento de análise. Abaixo, no **gráfico 04** os valores da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), no qual 65% do valor total são repassados para o município de Juruti pela Alcoa. Conforme Santos (2013) “a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no Brasil incide sobre o valor do faturamento líquido (matéria bruta e/ou prima, antes da transformação industrial), e sua alíquota varia entre 0,2% e 3% de acordo com a substância tributada”.

**Gráfico 04-** Compensação Financeira pela Exploração de Recurso Mineral (CFEM) paga pela Alcoa ao município de Juruti (PA).



Fonte: Alcoa World Alumina Brasil LTDA.

Em um dos trabalhos de campo realizados na Secretaria Municipal de Finanças de Juruti, não foi esclarecido em que serviços básicos (educação, saúde, saneamento básico, entre outros) a CFEM é utilizada. No que se refere ao ano de 2013, a quantia contabilizada corresponde até o mês de abril daquele ano.

No gráfico podemos observar que ocorre uma diminuição do valor repassado da CFEM a partir de 2011. A diminuição ocorreu, pois está relacionada com a quantidade produzida pela mineradora. Situação contextualizada em um momento de diminuição do preço das commodities (incluído o alumínio) em escala internacional (DNPM, 2014). Ou seja, menor quantidade de bauxita exportada de Juruti a partir desse momento. Santos (2013) problematiza um ponto relacionado aos subsídios oferecidos às empresas mineradoras, no qual alguns impostos são onerados “sendo o mais importante o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), cuja alíquota básica praticada é de 17%. O ICMS não incide sobre o minério exportado”. Neste contexto, Lira (2003) tece crítica com relação à legislação tributária que o Estado desenvolve na Amazônia Brasileira desde a década de 60, com relação aos projetos mineradores:

“A legislação tributária que o governo federal tem adotado na Amazônia só tem beneficiado os empreendimentos capitalistas na região, impondo enormes sacrifícios aos demais entes federativos, o que é prejudicial para o desenvolvimento socioeconômico regional”.

Outro ponto que cabe ser ressaltado, que mostra a influência e magnitude do projeto de mineração da Alcoa em Juruti, está relacionado com a chegada de instituições ligadas ao Estado que antes não existiam na cidade. Uma dessas instituições é o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) instalado na cidade de Juruti em 2006. Sua instalação está diretamente relacionada ao estabelecimento da multinacional Alcoa, no qual sua funcionalidade está relacionada com a qualificação da força de trabalho para trabalhos no processo produtivo de exploração de bauxita. Podemos citar também, a construção do campus da UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), no qual os cursos disponíveis estarão relacionados com a atividade mineradora. Ou seja, serve como variável para identificarmos a influência do projeto de mineração em diferentes escalas.

O projeto de exploração da bauxita em Juruti é resultado de uma articulação de escalas de poderes (do Estado, da Empresa, dos sujeitos locais), distintas entre si, mas que se complementam no desenvolvimento da atividade mineradora. No qual a sua formação tem um contexto político, econômico e social diferente de outros projetos desenvolvidos na Amazônia que surgiram, principalmente na década de 70.

A Alcoa desenvolve o projeto de exploração de bauxita em Juruti, em um momento de elevação dos preços das commodities (incluído o alumínio) na escala internacional, na década de 2000. Tratando-se dos impactos ocasionados pela exploração da bauxita em Juruti, a escala urbana foi a mais impactada no município, no que se refere a impactos sociais e econômicos. Principalmente no período de instalação da mineradora Alcoa. Entretanto, as mudanças não são lineares espacialmente nem temporalmente. Algumas se manifestaram “positivamente” em determinado período e atualmente se manifestam “negativamente”, mostrando que o processo é contraditório.

Neste contexto, podemos citar como exemplo a especulação imobiliária e a arrecadação tributária do município que aumentou no período de instalação, juntamente com a geração de empregos (principalmente de empresas terceirizadas), terminado essa fase as “oportunidades” começam a diminuir. Assim como surgem as oportunidades, a desigualdade também se espacializa. Os novos bairros periféricos que surgiram em Juruti (com condições precárias de infraestrutura) servem de elemento para identificar as classes sociais e de renda que foram mais beneficiadas com o projeto.

Dentre os grupos sociais, os que tiraram mais proveito da chegada da mineração em terras jurutiense foram os comerciantes (construção civil, supermercados, lazer, vestimenta, entre outros) e proprietários de imóveis. A mineração não chega sozinha nos espaços onde se instala, vem acompanhada de processos, como a migração. Neste sentido, Juruti antes de ser o “espaço de esperança” para imigrantes é o espaço da bauxita que incorporou ou subsumiu o município à sua lógica espacial e territorial.

## Agradecimentos

---

Agradecemos a CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFAM pela bolsa concedida e financiamento da pesquisa. Ao Laboratório de Estudos Sociais (LAES/INPA) pelo suporte oferecido para realização do trabalho analítico.

## Referências

---

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO – ABAL. Bauxita no Brasil: mineração responsável e competitividade. Gráfica Mundo, 2017.
- BORBA, M. R. M. A exploração de bauxita em Juruti (PA) e o modelo “Juruti Sustentável”. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia-USP, São Paulo, 2012.
- COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. Verticalização da produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales do Amazonas e Tocantins. Revista Território, Ano VII, Nº 11, Rio de Janeiro, 2003.
- COELHO, M.C. N.; MONTEIRO, M. A. M.; FERREIRA, B. C.; BUNKER, S. Impactos Ambientais da estrada de Ferro Carajás no Sudeste do Pará. Belém, 2007.
- COELHO, M. N. Grandes Mineradoras e processos de territorialização na Amazônia Brasileira. In: BICALHO, M. S. M.; GOMES, P. C. C. (orgs.). Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica. Rio de Janeiro: Publit, 2009.
- COSTA, M. L. Alumínio e bauxita no Brasil. In: MELFI, A. J.; AROLDO MISI, D. A. C.; CORDANI, U. G. (orga.). Recursos Minerais no Brasil: Problemas e desafios. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, 2016.
- GENDRON, R.; INGULSTAD, M.; STORLI, E. Aluminum ore: the political economy of the global bauxite industry. Vancouver : University of British Columbia Press, 2013
- GIDDENS, A. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- LOPES, L. O. C. Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista juru-

ti velho, município de Juruti-Pará- Amazônia-Brasil. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS, Porto Alegre, 2012.

MALERBA, J.; MILANEZ, B. Um novo código mineral para quê? *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2014. Disponível em : <https://diplomatie.org.br/print.php?tipo=ar&id=1317>.

Acessado em: 29/01/2017.

MARIALVA, D. A. Novas dinâmicas territoriais na Amazônia: desdobramentos da mineração de bauxita em Juruti (PA). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, 2011.

MCMMASTER, R. B.; SHEPPARD, E. Introduction: Scale an Geographic Inquiry. In: MCMMASTER, R. B.; SHEPPARD, E. *Scale an Geographic Inquiry: Nature, Society an Method*. Blackwell Publishing, 2004.

SANTOS, R. S. P. Mineração no Brasil: por um debate amplo sobre a captura de rendas minerais. 2013. *Revista Não Vale, Açailândia (PA)*, 2013. p. 75-89. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Santos-2013-Minera%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 05/02/2017.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, 1977.

SILVA, M. B.; COSTA, R. C. Exploração da bauxita e impactos no município de Juruti (PA). *Anais do XI Encontro Nacional da Anpege*, 2015.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1993.

SWYNGEDOUW, E. Scaled Geographies: Nature, Place, and the Politics of scale. In: MCMMASTER, R. B.; SHEPPARD, E. *Scale an Geographic Inquiry: Nature, Society an Method*. Blackwell Publishing, 2004.

WANDERLEY, L. J. M. *Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2008.

---

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira. *E-caderno Ces*, 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1117>. Acessado em: 08/02/2017.

---

\_\_\_\_\_. *Geografia do ouro na Amazônia Brasileira: uma análise a partir da porção meridional*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia –UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

# Índice Remissivo

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>Biodiversidade</b> .....         | 07, 08, 09, 10, 15, 34, 42, 45, 46, 47, 48,<br>49, 50, 51, 52, 54, 56, 64, 71, 73, 74, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 97, 105, 115, 143, 144  |
| <b>Bioproduto</b> .....             | 21, 54, 55, 73, 78, 86, 87   |
| <b>Biotecnologia</b> .....          | 14, 15, 53, 74, 82, 84, 85, 88   |
| <b>Cadeias produtivas</b> .....     | 7, 8,<br>9, 10, 11, 16, 22, 23, 25, 26, 27, 32, 34, 38, 40, 42, 48, 49, 50, 54, 55, 70, 73, 103, 144, 156  |
| <b>Campesinato</b> .....            | 19, 55, 113  |
| <b>Capital</b> .....                | 7, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 29,<br>31, 32, 35, 50, 51, 71, 72, 74, 76, 83, 88, 96, 100, 103, 109, 112, 121, 124, 130, 139, 142, 144, 148, 151   |
| <b>Circuito</b> .....               | 7, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35,<br>38, 40, 41, 42, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 70, 71, 73, 74, 87, 90, 96, 105, 109, 121, 123, 144   |
| <b>Circuito Espacial</b> .....      | 13, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 40, 41, 73, 87, 123, 144   |
| <b>Circulação</b> .....             | 17, 19, 21, 23,<br>24, 26, 27, 29, 30, 34, 40, 41, 42, 47, 69, 76, 77, 80, 91, 98, 102, 103, 120, 121, 139, 142, 163   |
| <b>Comércio</b> .....               | 7, 15, 19, 24, 29, 33, 71, 84, 88, 90, 95, 96, 97, 99, 104, 114, 142, 144  |
| <b>Economia</b> .....               | 9, 10, 18, 20, 24, 34, 35, 38, 41, 48, 50, 51, 71, 73, 74, 76, 83, 84, 86, 92, 93, 96  |
| <b>Espacial</b> .....               | 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 40, 41,<br>42, 48, 52, 53, 56, 73, 74, 77, 87, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 103, 104, 106, 110, 123, 144, 148, 149, 150, 164  |
| <b>Espaço</b> .....                 | 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22,<br>23, 24, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 54, 73, 74, 77, 78, 87, 90, 91, 92,<br>93, 95, 96, 97, 98, 102, 104, 106, 108, 123, 124, 140, 142, 144, 146, 149, 150, 153, 164, 165, 166 |
| <b>Formação Sócioespacial</b> ..... | 11, 26, 33   |
| <b>Geossistema</b> .....            | 141  |
| <b>Geográfico</b> .....             | 11, 15, 21, 22, 27, 54, 73, 74, 87, 91, 93, 97, 105, 123, 144, 148, 149  |
| <b>Impacto</b> .....                | 8, 13, 17, 18,<br>21, 23, 24, 25, 26, 32, 41, 47, 72, 91, 137, 148, 150, 151, 152, 153, 156, 160, 161, 164, 165, 166   |
| <b>Lugar</b> .....                  | 16, 19, 20, 22,<br>25, 28, 32, 33, 34, 39, 43, 48, 51, 53, 54, 72, 90, 97, 98, 132, 135, 147, 150, 153, 154, 159, 162  |
| <b>Mercado</b> .....                | 7, 9, 10, 11, 12, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34,  |

|                             |   |
|-----------------------------|---|
|                             | 38, 42, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 59, 65, 66, 68, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 110, 114, 117, 121, 126, 127, 142, 144, 147, 155, 164   |
| <b>Natureza</b> .....       | 7, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 21, 22, 54, 73, 74, 86, 87, 97, 106, 108, 109, 114, 115, 123, 124, 132, 141, 143, 144, 147, 152, 154  |
| <b>Paisagem</b> .....       | 22, 38, 39, 71, 97, 102, 137, 138, 150, 159   |
| <b>Pecuária</b> .....       | 45, 46, 47, 156   |
| <b>Política</b> .....       | 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 56, 71, 72, 74, 81, 82, 84, 86, 90, 96, 97, 98, 123, 124, 131, 132, 137, 141, 144, 148, 149, 150, 152, 156, 165                                  |
| <b>Potencialidade</b> ..... | 9, 14, 15, 34, 47, 52, 59, 71, 73, 81, 84, 95, 97, 115, 144   |
| <b>Recursos</b> .....       | 7, 8, 9, 35, 54, 70, 71, 81, 83, 85, 91, 108, 111, 116, 121, 124, 132, 141, 142, 144, 146, 149, 162, 165  |
| <b>Sociedade</b> .....      | 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 24, 29, 30, 32, 33, 35, 42, 57, 72, 73, 74, 86, 87, 90, 91, 94, 104, 108, 109, 114, 123, 132, 137, 141, 144, 149, 166  |
| <b>Tecnologia</b> .....     | 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 23, 25, 26, 28, 31, 33, 35, 43, 49, 51, 53, 54, 55, 57, 59, 62, 72, 74, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 97, 115   |
| <b>Território</b> .....     | 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 70, 71, 72, 74, 81, 85, 96, 98, 144, 165   |
| <b>Trabalho</b> .....       | 7, 8, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 33, 39, 41, 42, 43, 48, 51, 54, 57, 59, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 93, 99, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 124, 126, 128, 130, 132, 138, 140, 142, 143, 149, 151, 157, 159, 160, 162, 163, 165 |



O presente trabalho é derivado de editais públicos de pesquisa em que alguns temas ligados às cadeias produtivas foram os norteadores dos trabalhos. Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq (projetos PPBio/CNPq, CT-Agro/CNPq, REPENSA/CNPq, CT-Amazônia/CNPq e INCT-CENBAM/CNPq), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM (projetos REDEBIO/FAPEAM e REPENSA/FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES (projeto Pro-Amazônia/CAPES) pelos auxílios financeiros e bolsas concedidos. Agradecemos também a todos os que gentilmente colaboraram com o desenvolvimento dos trabalhos.

ISBN: 978-65-5633-002-0



## A P O I O



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÕES